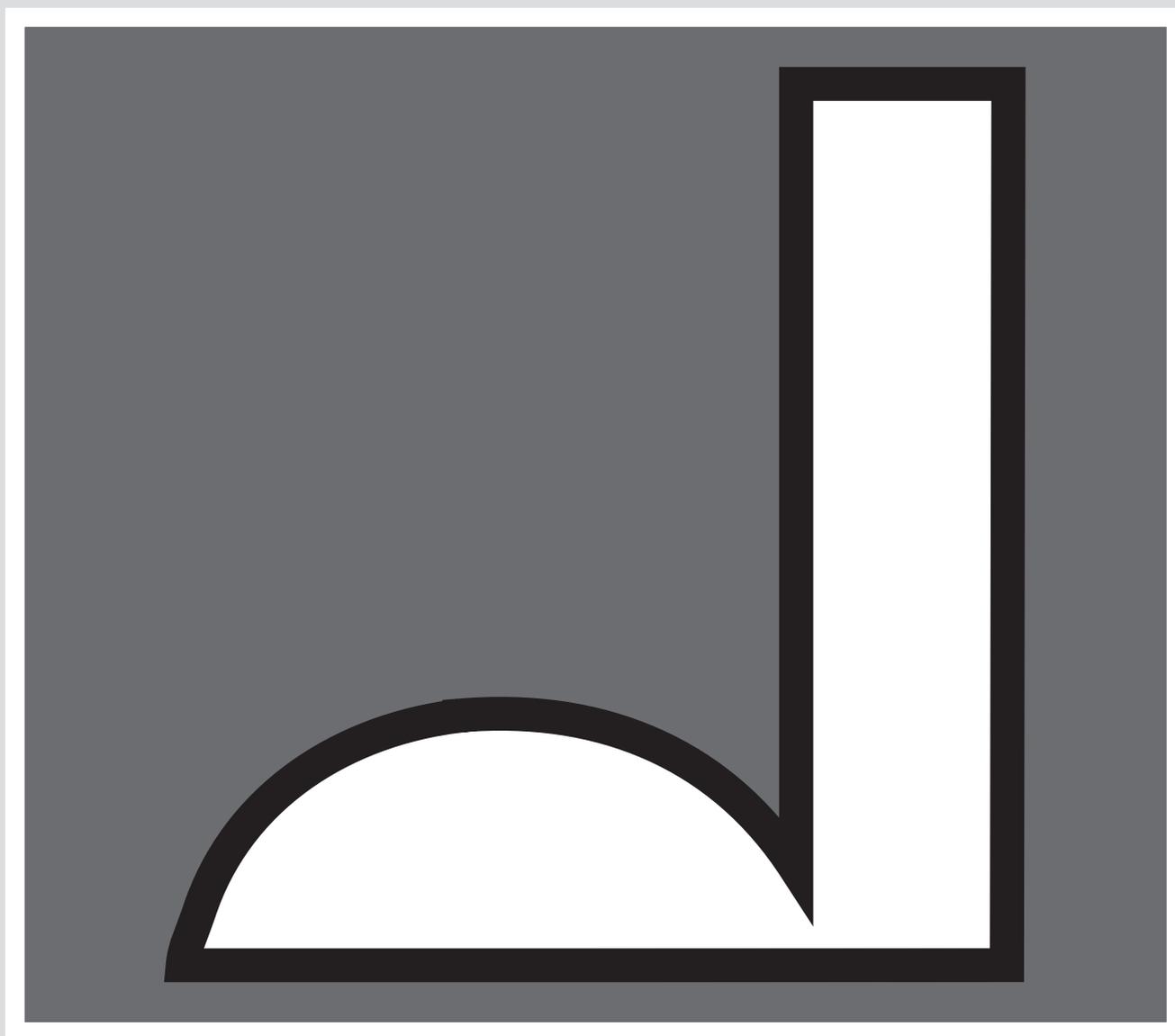




**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXIII - Nº 002 - SÁBADO, 9 DE FEVEREIRO DE 2008 - BRASÍLIA-DF**

---

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente**  
Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN<sup>2</sup>  
**1º Vice-Presidente**  
Tião Viana – PT-AC  
**2º Vice-Presidente**  
Alvaro Dias – PSDB-PR  
**1º Secretário**  
Efraim Morais – DEM-PB  
**2º Secretário**  
Gerson Camata – PMDB-ES

**3º Secretário**  
César Borges<sup>1</sup> PR-BA  
**4º Secretário**  
Magno Malta – PR-ES

**Suplentes de Secretário**  
**1ª** - Papaléo Paes – PSDB-AP  
**2º** - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE  
**3º** - João Vicente Claudino – PTB-PI  
**4º** - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

### LIDERANÇAS

| MAIORIA (PMDB) – 20   | BLOCO DE APOIO AO GOVERNO<br>(PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)-<br>28   | LIDERANÇA PARLAMENTAR DA<br>MINORIA (DEM <sup>1</sup> /PSDB) – 27  |
|---|--|--|
| <b>LÍDER</b><br><b>Valdir Raupp</b>   | <b>LÍDER</b><br><b>Ideli Salvatti – PT</b>   | <b>LÍDER</b><br><b>Demóstenes Torres</b>   |
| VICE-LÍDERES<br>.....   | VICE-LÍDERES<br>Epitácio Cafeteira<br>João Ribeiro<br>Renato Casagrande<br>Inácio Arruda<br>Marcelo Crivella<br>Francisco Dornelles<br>..... | VICE-LÍDERES<br>Flexa Ribeiro<br>Adelmir Santana<br>Eduardo Azeredo<br>Kátia Abreu<br>Mário Couto<br>Heráclito Fortes<br>João Tenório<br>Raimundo Colombo<br>Papaléo Paes <sup>4</sup><br>Romeu Tuma <sup>4</sup><br>..... |
| <b>LÍDER DO PMDB – 20</b><br><b>Valdir Raupp</b>  | <b>LÍDER DO PT – 12</b><br><b>Ideli Salvatti</b>   | <b>LÍDER DO DEM – 14</b><br><b>José Agripino</b>   |
| VICE-LÍDERES DO PMDB<br>Wellington Salgado de Oliveira<br>Valter Pereira<br>Gilvam Borges<br>Leomar Quintanilha<br>Neuto de Conto | VICE-LÍDERES DO PT<br>Eduardo Suplicy<br>Fátima Cleide<br>Flávio Arns  | VICE-LÍDERES DO DEM<br>Kátia Abreu<br>Jayme Campos<br>Raimundo Colombo<br>Edison Lobão<br><br>Romeu Tuma<br>Maria do Carmo Alves   |
|   | <b>LÍDER DO PTB – 6</b><br><b>Epitácio Cafeteira</b>   | <b>LÍDER DO PSDB – 13</b><br><b>Arthur Virgílio</b>  |
|   | VICE-LÍDER DO PTB<br>Sérgio Zambiasi   | VICE-LÍDERES DO PSDB<br>Sérgio Guerra<br>Alvaro Dias<br>Marisa Serrano<br>Cícero Lucena  |
|   | <b>LÍDER DO PR – 4</b><br><b>João Ribeiro</b>  |  |
|   | VICE-LÍDER DO PR<br>Expedito Júnior  |  |
|   | <b>LÍDER DO PSB – 2</b><br><b>Renato Casagrande</b>  |  |
|   | VICE-LÍDER DO PSB<br>Antônio Carlos Valadares  |  |
|   | <b>LÍDER DO PC do B – 1</b><br><b>Inácio Arruda</b>  |  |
|   | <b>LÍDER DO PRB – 2</b><br><b>Marcelo Crivella</b>   |  |
|   | <b>LÍDER DO PP – 1</b><br><b>Francisco Dornelles</b>   |  |
| <b>LÍDER DO PDT – 5</b><br><b>Jefferson Péres</b>   | <b>LÍDER DO P-SOL – 1</b><br><b>José Nery</b>  | <b>LÍDER DO GOVERNO</b><br><b>Romero Jucá - PMDB</b>   |
| VICE-LÍDER DO PDT<br>Osmar Dias   |  | VICE-LÍDERES DO GOVERNO<br>Delcídio Amaral<br>Antônio Carlos Valadares<br>Sibá Machado<br>João Vicente Claudino  |

<sup>1</sup> Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 2.10.2007).

<sup>2</sup> Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007)

### EXPEDIENTE

|  |  |
|--|--|
| <b>Agaciél da Silva Maia</b><br>Diretor-Geral do Senado Federal<br><b>Júlio Werner Pedrosa</b><br>Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações<br><b>José Farias Maranhão</b><br>Diretor da Subsecretaria Industrial | <b>Cláudia Lyra Nascimento</b><br>Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal<br><b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b><br>Diretora da Secretaria de Ata<br><b>Denise Ortega de Baere</b><br>Diretora da Secretaria de Taquigrafia |
|--|--|

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 2ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 8 DE FEVEREIRO DE 2008

- 1.1 – ABERTURA
- 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Leitura de requerimento

Nº 22, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da Sra. Dulce de Souza Leão Sampaio..... 1008

#### 1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Considerações sobre o movimento organizado pelas centrais sindicais a favor da redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais, sem redução de salários. Defesa da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, que dispõe sobre a atualização das aposentadorias e pensões..... 1008

SENADOR ALVARO DIAS – Defesa da investigação dos gastos com cartões corporativos..... 1013

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Debate acerca dos problemas da Amazônia. Registro do Editorial intitulado “Quem te viu e quem te vê” publicado no jornal O Estado de S.Paulo..... 1022

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Considerações sobre os gastos com cartões corporativos. 1029

SENADOR ADELMIR SANTANA – Relato de viagem realizada a Washington, nos Estados Unidos, em companhia do Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, para tratar da assinatura de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)..... 1035

SENADOR ROMERO JUCÁ – Justificativas sobre o requerimento para instalação da CPI dos cartões corporativos. .... 1039

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Réplica ao pronunciamento do Senador Romero Jucá..... 1045

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Considerações sobre a instalação da CPI dos cartões corporativos. .... 1049

SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Posicionamento do PSDB sobre a necessidade das investigações sobre os gastos com Cartões corporativos. .... 1054

SENADOR MÃO SANTA – Defesa das investigações contra o mau uso dos cartões corporativos.. 1055

#### 1.3 – ENCERRAMENTO

### 2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, EM 08.02.2008

#### SENADO FEDERAL

#### 3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

#### 4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

#### 5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

#### 6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

#### 7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

#### 8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

#### 9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

#### CONGRESSO NACIONAL

#### 10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

#### 11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

#### 12 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

#### 13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

# Ata 2ª Sessão Não Deliberativa, em 8 de fevereiro de 2008

## 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Alvaro Dias, Adelmir Santana, Geraldo Mesquita Júnior e Mão Santa*

*(Inicia-se a sessão às 9 horas)*

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

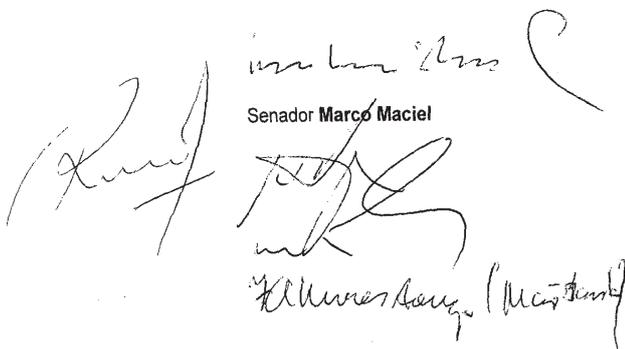
### REQUERIMENTO Nº 22 , DE 2008

Na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens pelo falecimento da Senhora Dulce de Souza Leão Sampaio, ocorrido no dia 3 de fevereiro em Recife-PE:

I – inserção em ata de voto de profundo pesar;

II – apresentação de condolências a seus familiares.

Sala das Sessões, 8 de fevereiro de 2008.



Senador Marco Maciel

### Justificação

A Senhora Dulce de Souza Leão Sampaio foi casada por 55 anos com o ex-Governador de Pernambuco, Cid Sampaio, deixando cinco filhos, doze netos e onze bisnetos.

À época que seu marido governou o Estado, presidiu a Cruzada de Ação Social, dedicando-se com afinco às causas sociais, as quais nunca abandonou.

Cid Sampaio é uma referência política para Pernambuco e para os pernambucanos. Além de governar o Estado no período de 1959 a 1962, representou-o na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Dona Dulce teve sempre uma participação ativa na sociedade pernambucana, acompanhando seu marido na criação do Centro das Indústrias de Pernambuco e no Sindicato das Indústrias de Açúcar de Pernambuco.



**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Consultando a lista de oradores inscritos, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador Garibaldi Filho, é uma satisfação para todos nós, em plena sexta-feira, após o carnaval, falar numa sessão sob a Presidência de V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Alvaro Dias, Senador Sérgio Zambiasi, senhoras e senhores, eu gostaria de dizer que considero de suma importância – e o assunto será debatido nesta Casa – o movimento que está sendo organizado pelas centrais sindicais de trabalhadores – CUT, Força Sindical, CGTB, UGT, CGT – e que tem também o apoio de todas as confederações. Tenho certeza de que o setor do empresariado, com o qual já estive conversando, é a favor do debate, o que não significa que aprobe na íntegra a emenda constitucional, de minha autoria, que norteia essa discussão.

Essas entidades vão realizar, na segunda-feira, um ato a favor da redução de jornada de trabalho – das atuais 44 para 40 horas –, sem redução de salários. A manifestação será na rua, na Praça Ramos de Azedo,

defronte ao Teatro Municipal de São Paulo, onde começará a coleta de assinaturas favoráveis à redução da carga horária de trabalho no Brasil.

A redução da jornada de trabalho, sem redução salarial, é uma antiga reivindicação do movimento sindical brasileiro e, tenho certeza, de todos os trabalhadores. O movimento sindical, mais uma vez, mostrou-se consciente da sua função, que é a de lutar por um País mais justo e solidário, onde todos tenham direito ao trabalho.

Ainda hoje pela manhã, em uma entrevista para Caxias do Sul, eu disse que desde pequeno – e sei que essa é, mais ou menos, a sua história, Senador Zambiasi – aprendi que trabalhar e estudar é muito bom. Tenho orgulho de dizer que, muito jovem, aprendi a importância do trabalho e do estudo. Apenas estudo, sem trabalho, não é bom. Esse ócio em que parte da nossa juventude fica acaba não contribuindo para a formação dos homens e mulheres que vão dirigir este País.

Ontem, falei de Obama e de Hillary Clinton, ressaltando o qualificado debate que estão fazendo, como reconheci também a força do candidato republicano. Hoje, lembro que, nos Estados Unidos, muitos jovens estudam e trabalham durante meio período. Alguns jovens que cursam a universidade, durante meio expediente, são caixas de banco ou trabalham em supermercados.

Então, trabalhar é muito bom e, por isso, quero que todos tenham direito ao trabalho e, é claro, ao lazer, ao convívio com a família e ao estudo, o que é muito importante. Essa proposta vem nesse sentido.

Acredito, Sr. Presidente, que o nosso País está amadurecido o suficiente para implantar a medida que vai gerar, de forma escalonada, como estou propondo, em médio prazo, cerca de sete milhões de novos empregos. Quero lembrar também que, já em 1995, em parceria com o então Deputado Federal e agora Senador Inácio Arruda, apresentei essa PEC na Câmara dos Deputados. Infelizmente, até hoje ela não foi votada.

Na Assembléia Nacional Constituinte, trabalhei com outros Parlamentares e aprovamos a redução de 48 para 44 horas. Esse foi um momento importante, que gerou novos postos de trabalho no Brasil. Tenho a alegria de dizer que fui um dos que assinou o documento produzido, na época, pelo Diap e que, num dos seus artigos, estabelecia a redução da jornada de 48 para 44 horas.

No Senado, tenho a PEC nº 75, que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e cujo Relator é o Senador Marcelo Crivella.

Aproveito este momento para fazer um apelo ao Presidente da CCJ, Senador Marco Maciel, para que essa PEC seja colocada em votação. Este é o momento propício, e o Senador Marcelo Crivella já manifestou seu parecer favorável.

Sr. Presidente, há várias pesquisas sobre a redução de jornada de trabalho como forma de criação de novos empregos e de melhoria da qualidade de vida dos assalariados no Brasil e no mundo. Isso, com certeza, contribuirá para uma melhor distribuição de renda e, conseqüentemente, para a melhoria das condições de vida do nosso povo.

Conforme documento do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a redução da jornada de 44 para 40 horas geraria, de imediato, três milhões de novos postos de trabalho. Num segundo momento, com a redução para 36 horas semanais, que é o objetivo principal, seriam gerados cerca de seis milhões de empregos.

É claro que a geração de novos postos de trabalho e a redução da jornada de trabalho devem vir acompanhadas de medidas para se evitarem as horas extras, porque não adianta reduzir a jornada e aumentar as horas extras. Assim é que, efetivamente, serão garantidos novos postos de trabalho.

A experiência da redução de jornada de 39 para 35 horas feita na França durante o Governo de Lionel Jospin, de 1997 a 2002, mostrou-se positiva. Naquele momento, foram criados mais de um milhão de empregos. O exemplo francês criou benefícios, pois, além da geração de mais empregos, houve redução de custo das empresas, pela diminuição de contribuições.

Entendo que deva existir uma grande concertação, como alguns dizem – já que não gostam de falar em pacto –, um grande entendimento para que a redução de jornada não signifique somente mais gastos para o empregador. Tenho consciência disso. É preciso, também, que se diminuam as contribuições do empregador, mediante a opção pela redução de jornada e o emprego de milhões de outros brasileiros. Todos devem entender que a redução de jornada somente representará uma vitória, como eu dizia, se for fruto do entendimento entre empregados, empregadores e Governo.

O País decente que queremos baseia-se na política de humanização das relações de trabalho. Dessa forma, todos podem sair vencedores.

O empresário brasileiro necessita de incentivos para a produção e a redução de custos, enquanto que os empregados, que são a força viva do trabalho, necessitam de uma participação maior no sistema para terem uma vida digna.

É certo que haverá avanços tanto para o empregado quanto para o empregador. As empresas vão se capitalizar e vão investir mais em postos de trabalho.

É bom enfatizar que a redução da jornada vai contribuir, também, para a diminuição dos acidentes de trabalho, porque o trabalhador não estará tão cansado na sua atividade. Está comprovado que é no período de maior exaustão que os acidentes acontecem.

Os trabalhadores poderão se preparar melhor para o convívio com as novas tecnologias que passam pela sua formação, e terão mais tempo para o lazer e para a família. Com isso, fortaleceremos o ciclo natural da economia e do mercado interno, pois milhões de brasileiros estarão trabalhando, produzindo, recebendo e consumindo.

O objetivo principal, Sr. Presidente, dessa discussão que as centrais e as confederações promovem neste momento a respeito da redução de jornada – e a PEC nº 75 contempla essa visão – são as 36 horas de jornada. Repito que, num primeiro momento, a jornada de trabalho seria reduzida de 44 para 40 horas. Daí para frente, seria reduzida em uma hora por ano, até se chegar à jornada de 36 horas, quando haveria turnos de seis horas para todos.

Conforme matéria já publicada pela imprensa, o Governo, num diálogo com as centrais, disse que pretende encaminhar um projeto ao Congresso Nacional. Espero que, se o projeto for encaminhado, seja pensado aos projetos mais antigos da Casa que tratam desse tema, não pela paternidade da idéia, mas porque já há um debate acumulado no Congresso. Apresentei o assunto como Constituinte, apresentei-o como Deputado e, agora, como Senador.

Vamos torcer para que consigamos até mesmo formar, quem sabe, Senador Mesquita Júnior, uma comissão especial para debater a questão, em toda a sua complexidade, juntamente com o empregador, o Governo e, naturalmente, os trabalhadores. Espero que isso aconteça.

Sr. Presidente, aproveitando bem o tempo que V. Ex<sup>a</sup> me concedeu, quero, desta tribuna do Senado da República, fazer a leitura de uma carta que a Cobap, na figura do seu presidente, ex-Deputado também, o companheiro Benedito Marcílio Alves da Silva, entregou ao Presidente Lula recentemente.

A carta, Sr. Presidente, que fala da importância da luta dos aposentados e pensionistas do nosso País, foi entregue ao Presidente Lula no mês passado e traz as principais reivindicações dos aposentados acerca de temas debatidos dia 27 de janeiro durante o XIX Encontro Nacional dos Aposentados e Pensionistas, realizado na cidade de Aparecida, Estado de São Paulo,

para o qual inclusive fui convidado para falar um pouco mais sobre o PL nº 58.

A decisão final desse Encontro foi a de que, este ano, aposentados e pensionistas ligados a todos os movimentos sociais vão calçar suas lutas pela aprovação do PL nº 58, que vai garantir ao aposentado e ao pensionista o direito a voltar a receber o número de salários mínimos que recebia à época em que se aposentaram. No eixo deste Projeto, está garantido que o mesmo percentual de reajuste dado ao salário mínimo também será dado aos aposentados.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, diz a carta o seguinte:

A Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), entidade máxima que representa o movimento de milhões de aposentados e pensionistas do Brasil, fundada em 1985, no IX Congresso Nacional de Aposentados e Pensionistas (CNAP), realizado entre os dias 10 e 13 de outubro, na cidade de Curitiba, busca incansavelmente os direitos previstos na Carta Magna e no Estatuto do Idoso, criado pela Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

Senador Geraldo Mesquita, posso dizer que, ao longo da minha vida, sinto-me orgulhoso em dizer que o Estatuto do Idoso foi a melhor obra que tive a alegria de apresentar, e que foi aprovado depois da contribuição de todos os Senadores e Deputados, de todo o Congresso Nacional, a exemplo de V. Ex<sup>a</sup>, do Senador Alvaro Dias, do Senador Heráclito Fortes, do Senador Garibaldi Alves, enfim, de todos os que participaram da redação final, que culminou com o Estatuto do Idoso.

Diz mais a Carta: “Seguimos esperançosos para que este ano de 2008, quando a Previdência Social brasileira completa 85 anos, no dia 24 de janeiro, data em que se comemora o Dia Nacional do Aposentado”.

Como o dia 24 caiu no recesso parlamentar, aprovamos, na Casa, que dia 27 de fevereiro, às 10 horas, teremos uma sessão especial para lembrar o Dia Nacional dos Aposentados.

Diz ainda a carta:

Esperamos que, no decorrer do ano, o Governo amplie o número de hospitais e postos de saúde; que haja mais medicamentos contínuos disponíveis para os aposentados e que sejam criados centros específicos de referência em todo o País para idosos.

Há verba no Orçamento, que nós, Senadores – e tenho a certeza de que os Deputados também –, trabalhamos para avançar nesse sentido, além do que já

havia constatado na peça original encaminhada pelo Governo.

As políticas de inclusão e assistência social [com certeza] ajudaram a milhões de pessoas de baixa renda, desde que Vossa Excelência assumiu o Governo.

E nós, do movimento dos aposentados, temos visto o esforço do Senhor para ajudar a todos, e é nesse sentido que pedimos melhorias para os milhões de aposentados e pensionistas.

No início de janeiro, a Fundação Getúlio Vargas divulgou o Índice de Inflação de 2007 para a terceira idade, que teve uma alta de 5,04%, e ficou acima da taxa nacional, que foi de 4,60%.

Presidente, nós, os aposentados, queremos que o reajuste das aposentadorias seja o INPC mais a variação do PIB e que nos concedam a reposição das perdas de nossos benefícios.

Isso é exatamente o que está sendo dado hoje, pela legislação, aos aposentados e pensionistas.

Aliás, quero deixar bem clara a minha posição: sou a favor de que o salário mínimo devesse ser corrigido pelo INPC mais o dobro do PIB. Mostro, com cálculos – no momento estou lendo a carta –, já que tenho uma relação muito fraternal, muito carinhosa e respeitosa com os aposentados, mas eles gostariam de receber pelo menos aquilo que está sendo dado hoje ao salário mínimo, que é a variação do PIB e o INPC.

Sr. Presidente, continuo a leitura da carta: “Precisamos, Excelentíssimo, que volte o Conselho da Seguridade Social, que ele seja quadripartite e com poderes deliberativos, conforme o documento elaborado pelo Fórum Nacional de Previdência Social”.

Quero dizer que temos projeto na Casa nesse sentido, para que a gestão da Previdência seja quadripartite e com poder deliberativo e não somente consultivo. Se isso fosse feito, não teria dúvida alguma de que a Previdência Social brasileira seria, efetivamente, superavitária. Embora eu diga que ela é superavitária, sempre há os que dizem que não é. Agora, com uma gestão quadripartite transparente, não tenho dúvida alguma de que iríamos avançar para o superávit da Previdência Social.

Diz ainda a carta:

Somente assim, a Seguridade Social poderá elaborar ações destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à Previdência Social e à assistência social, como um exercí-

cio de cidadania, respeito e dignidade a todos os brasileiros.

Solicitamos que o Governo apóie o PLS nº 58/03, do Senador Paulo Paim (PT/RS), e o PLP nº 311/02, de iniciativa popular [que tem a mesma redação do PLS nº 58].

Para mim, desde que se aprove, o importante é que um dos dois projetos prospere.

Queremos também que apresente um projeto de aposentadoria complementar pública, visando a uma maior ampliação das políticas de ações sociais.

Sobre a mudança das regras para o Crédito Consignado para os aposentados, queremos que seja revista a Instrução Normativa do INSS nº 25/2008, no quesito do percentual de juros, que, ao invés de 2,64% ao mês, seja de 1% ao mês.

Isso é, de fato, o que deveria pagar como juros o aposentado e pensionista que faz opção pelo empréstimo consignado, haja vista que se trata de uma transação garantida. Com certeza absoluta, o banco só terá lucro, porque o chamado empréstimo consignado é descontado diretamente na folha de pagamento do aposentado. Por isso, o banco não tem o que perder se adotar uma prática de juros de 1% ao mês.

O Presidente Marcílio, da Cobap, termina a carta ao Presidente da República, dizendo:

Portanto, Excelentíssimo Senhor Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, almejamos que, no decorrer de 2008, o Governo e a Cobap trabalhem em parceria, em favor dos aposentados, pensionistas e idosos [e eu poderia complementar: de todo o povo brasileiro].

Atenciosamente, – Benedito Marcílio Alves da Silva, Presidente Cobap.

Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho, mediante essa manifestação, quero reafirmar que entreguei à Mesa requerimento para que, no dia 27 deste mês, às 10 horas – gostaria muito que V. Ex<sup>a</sup>, inclusive, se pudesse, que presidisse – façamos realizar aqui, neste plenário, a sessão especial em homenagem aos aposentados e pensionistas brasileiros e a todos os idosos.

Termino, dizendo que essa homenagem aos aposentados e pensionistas tem de ter um eixo: a aprovação de uma política permanente de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas. O eixo seria garantir que todos os aposentados e pensionistas tenham direito de receber como reajuste de seus benefícios o mesmo percentual dado ao salário mínimo.

O PL nº 58, Sr. Presidente, já foi entregue à Casa com mais de um milhão de assinaturas; e está pronto para ser votado. O que, espero, aconteça rapidamente.

Sr. Presidente Garibaldi, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo tempo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Paulo Paim.

Desde logo, quero dizer que, na Presidência, estou à disposição desse trabalho que se realiza nesta Casa em favor dos aposentados e dos pensionistas.

Digo isso a V. Ex<sup>a</sup> de maneira categórica, de modo que possamos ter iniciativas que não sejam isoladas, de um Senador ou outro – e sei que sua iniciativa não é isolada, pois V. Ex<sup>a</sup> conta com o prestígio de todos os outros Senadores –, mas que haja esse empenho coletivo em favor dos aposentados e dos pensionistas, que são pessoas sofridas ao longo desse processo da vida política e econômica do País.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, Senador Paulo Paim?

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Um minuto, Senador Mão Santa.

Senador Garibaldi Alves Filho, os aposentados e pensionistas do País, que estão nos assistindo neste momento, em cadeia, pela Cobap, sua organização, tenho certeza, ficaram muito felizes com sua manifestação de apoio a esse movimento, que é coletivo e solidário. V. Ex<sup>a</sup> foi feliz, como o foi anteontem, na abertura dos trabalhos. Será um trabalho coletivo, e não individual, em defesa de todos os aposentados e pensionistas. Muito obrigado.

Como meu tempo se esgotou, Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> decide se permite o aparte do Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Deus escreve certo por linhas tortas. Vinha ouvindo atentamente o discurso de V. Ex<sup>a</sup> no carro. Ninguém melhor do que V. Ex<sup>a</sup> para defender os pequenos, todos eles, como tem feito. Foi bom isso neste início de ano. Vamos estudar aqueles vetos, Presidente. Um dos vetos que mais fez tremer de indignação a sociedade foi quando esta Casa, cumprindo seu dever, em um dos mais belos espetáculos, estudou o aumento dos aposentados. E esta Casa, depois de muita pesquisa, muito estudo, muita responsabilidade, deu aos aposentados, que construíram este País, 16,7%. Sua Excelência o Presidente da República, Luiz Inácio, inspirado pelos alopados da economia que o rodeiam, reduziu para 4%. Então, nada mais simples do que esta Casa, já altaneira com o nosso comandante, buscar aquele veto – nós sabemos da generosidade do Presidente

da República, ele é generoso e justo –, discuti-lo e, se possível, derrubar, restituir o que é de direito, o que o Governo roubou dos aposentados. E V. Ex<sup>a</sup> merece uma homenagem. Em nome do PMDB – somos minoritários, mas, qualitativamente, talvez, superamos o restante do PMDB –, nós pediríamos e lembrariamos ao Presidente Luiz Inácio uma reivindicação nossa, já que ele, com muita firmeza, limpou o seu Ministério, tirando a Ministra que embarcou na canoa da corrupção dos cartões corporativos. Nós, em nome do PMDB minoritário – mas aquele PMDB autêntico que serviu ao País –, solicitaríamos que V. Ex<sup>a</sup> fosse indicado Ministro da Igualdade Racial. Nenhuma indicação superaria esta, em nenhum quadro político. Ele teria que ressuscitar Martin Luther King para trazer um homem que tanto trabalha pela igualdade racial, no Brasil e no mundo, como V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, de forma muito rápida, apenas para dizer que, particularmente, entendo que, quando a Ministra Matilde Ribeiro foi envolvida na ação dos cartões e reconheceu seu erro publicamente, de pronto renunciou ao mandato de Ministra. Foi uma postura corajosa. Como seria bom, neste País, que outras pessoas que cometessem qualquer tipo de erro ou equívoco, reconhecessem e pedissem demissão de seus cargos.

**O Sr. Heráclito Fortes** (DEM – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Paulo Paim?

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (DEM – PI) – Concordo com V. Ex<sup>a</sup> em gênero, número e grau: a Ministra Matilde Ribeiro tomou a atitude correta. Mas V. Ex<sup>a</sup> há de convir que, infelizmente, ela foi vítima de fogo amigo do Governo de V. Ex<sup>a</sup>. Por que só ela? Por que só ela foi chamada a tomar uma posição? Por que o Ministro do Esporte não? Por que o Ministro da Pesca não? E com gastos bem maiores. Há algo além do que avião de carreira envolvendo o episódio da Ministra da Igualdade Racial. Lamento. Lamento. Foi uma saída fácil demais. No entanto, estão protegendo outros aí, e protegendo indevidamente. É o Governo agindo com dois pesos e duas medidas. Sr. Presidente, digo isso porque fiz uma convocação que seria apresentada à Casa para que a Ministra viesse aqui prestar esclarecimentos. Era o mínimo. Mas não. Anteciparam os fatos e tomaram decisão com relação a ela. Mas, pelo mesmo princípio, devia se tomar providências com relação a outros que estão diretamente envolvidos, inclusive alguns que já devolveram quantias bem maiores do que a da Ministra. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Paim?

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Alvaro Dias.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Senador Paulo Paim, V. Ex<sup>a</sup> lembra bem: se o exemplo da Ministra fosse seguido pelos demais, não sobraria Governo. Aliás, não sobraria nem Presidente da República. Teríamos que convocar eleições no País. Estaríamos numa situação inusitada. Quero, ao final, dizer que concordo com o Senador Mão Santa: se esse Ministério existe e se ele se sustenta, em que pese a inutilidade verificada até o presente momento – o que se conheceu desse Ministério foi só escândalo dos cartões corporativos –, mas se esse Ministério existe e se ele se sustenta, V. Ex<sup>a</sup> seria o nome adequado para ocupá-lo.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador Alvaro Dias, Senador Mão Santa, Senador Heráclito Fortes, em primeiro lugar, deixo claro que não sou candidato a nenhum posto, quer seja de Ministro ou Secretário Especial. Gosto muito aqui do Senado da República e do meu trabalho parlamentar, e pretendo concluir esse trabalho durante os próximos três anos. Não nego, lá no meu Rio Grande, que sou candidato a reeleição ao Senado, e ponto. Digo isso sempre com muita antecipação.

Quanto à questão dos cartões, o Governo, a meu ver, e a Oposição agiram corretamente. Há dúvida? É preciso haver o esclarecimento. Já disse ontem desta tribuna – o Senador Garibaldi Alves Filho estava presente, e me socorri de V. Ex<sup>a</sup> – que concordo com seu discurso de não banalizarmos as CPIs, mas se existem denúncias, vamos ver, efetivamente, quem tem culpa em cartório.

Ontem, na Comissão de Direitos Humanos, lembrei que quando a ex-Ministra de Ação Social, Benedita da Silva, foi questionada sobre uma viagem, para não criar nenhum constrangimento ao Presidente Lula, ela renunciou. Para mim, foi um ato de altivez.

A Ministra Matilde, uma vez questionada sobre o uso do cartão, reconheceu que houve um erro administrativo e renunciou. Para mim, também, foi um ato de altivez, para não criar nenhum tipo de constrangimento ou especulação indevida em relação ao seu ministério e ao Governo.

Muito bem; a CPI está aí. Tanto a Situação quanto a Oposição concordam. Vamos averiguar todo o período que for necessário, seja quem for. Percebo que já começou o debate nos Estados sobre os cartões de crédito também adotados pelos governos. Não vou aqui polemizar com esse ou aquele partido, mas, nos mais variados Estados, todos já estão levantando também a possibilidade de CPIs, o que é muito bom. Que sejam instaladas CPIs também nos Estados, e vamos ver quem está usando indevidamente o dinheiro público.

Considero correta a iniciativa tanto da Oposição quanto do Governo de querer colocar transparência absoluta na questão dos cartões.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e anuncio a palavra do Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, essa história dos cartões corporativos se desenvolve em vários capítulos, já há um bom tempo. Pelo menos há cerca de três anos, estamos tentando revelar os mistérios desse segredo guardado a sete chaves pelo Presidente da República.

Requeremos, inicialmente, uma auditoria do Tribunal de Contas da União nos meados de 2005 e analisamos algumas notas fiscais. Constatamos que eram notas fiscais frias que justificavam o saque de dinheiro vivo em caixa eletrônico com a utilização dos cartões corporativos da Presidência da República.

Em razão dessa investigação, descobrimos que a empresa que fornecia as notas fiscais era de fachada. Ela não vendia o produto especificado na nota fiscal: era registrada na Receita Federal como empresa de alimentos e, para o Governo, era uma empresa fornecedora de cartuchos de impressora. Era uma empresa de fachada que fornecia notas frias para algumas prefeituras do entorno de Brasília e que estava sendo já investigada pelo Ministério Público. O seu proprietário era um laranja. Utilizava-se como proprietário da empresa um laranja, trabalhador num bar da estação rodoviária de Brasília.

Chegamos até ele. E, surpreso, manifestou desconhecimento do que se estava passando. Na verdade, ele não era proprietário de empresa alguma, não vendia cartuchos para impressoras do Palácio do Planalto. Ele é um trabalhador assalariado num bar da Estação Rodoviária de Brasília.

Redigimos, por isso, um requerimento, solicitando informações sobre as despesas da Presidência da República com a comprovação por meio de notas fiscais que poderiam suportar os saques efetuados em caixa eletrônico com os cartões corporativos da Presidência.

Nessa justificativa, afirmamos que tal situação tornou-se ainda mais suspeita, quando se verifica que as notas fiscais que justificam os referidos saques dizem respeito a empresas desconhecidas e até mesmo sob investigação do Ministério Público como empresas que participam de um verdadeiro esquema de fornecimento de notas fiscais frias. Uma dessas empresas apare-

ce como fornecedora de cartuchos para impressoras, sendo que, no Cadastro de Contribuintes da Receita Federal, aparece como empresa de alimentos. Além do mais, a citada empresa dista mais de 40 quilômetros do Palácio.

É extremamente suspeito que a Presidência da República, podendo adquirir mercadorias de fornecedores credenciados e por cartão de crédito, opte por fazer aquisições em condições suspeitas. É por essa razão que encaminhamos esse requerimento no dia 28 de agosto de 2005.

No dia 21 de setembro, esse requerimento chegou às mãos da Ministra-Chefe da Casa Civil no Palácio do Planalto.

No dia 9 de setembro, em razão da resposta do Palácio do Planalto, sugerimos à Mesa do Senado – aliás, sugerimos não, a sugestão foi da Ministra-Chefe da Casa Civil. O que alegou a Ministra para não responder ao nosso pedido de informações? Alegou tratar-se de documentação volumosa. Seria impossível ao Governo remeter ao Senado Federal tantos documentos que comprovavam os gastos da Presidência da República com a utilização dos cartões corporativos.

Disse, em ofício a esta Casa, a Ministra:

No período compreendido entre 2003 e agosto de 2005, foram formalizados cerca de 964 processos, considerando uma média de 100 folhas por processo. Caso fossem remetidas as cópias dos processos ao Senado Federal, seria necessária a reprodução de quase 100 mil cópias. Mesmo se fossem reproduzidas apenas as notas fiscais, deve-se considerar um total aproximado de 22.300 notas fiscais neste mesmo período.

E, por essa razão, a Ministra concluía, afirmando que, com a impossibilidade de remeter essa farta documentação para análise ao Senado Federal, aceitava uma indicação pelo Senado Federal de um funcionário que fosse ao Palácio do Planalto realizar essa investigação.

Em razão disso, propusemos a indicação do auditor Eduardo Nery Machado, do Tribunal de Contas da União, que, naquela oportunidade, estava cedido ao nosso Gabinete, para nos assessorar durante os trabalhos da CPMI dos Correios.

Isso se deu no dia 9 de fevereiro de 2006. No dia 13 de fevereiro de 2006, a Mesa do Senado encaminhou a indicação desse funcionário ao Palácio do Planalto.

Para resumir a história, depois de um dia de trabalho, quando se aproximava dos documentos da Secretaria da Presidência da República, o funcionário

foi impedido de continuar trabalhando. Foi devolvido a esta Casa, e recebemos – o Senado Federal recebeu – um ofício da Chefia da Casa Civil da Presidência da República:

Eu resumo:

[...] não se vislumbram óbices em consentir com a permanência de tal acesso e consulta, desde que respeitadas as observações relativas ao acesso a documentos de caráter sigiloso; [...] deve-se negar imediatamente acesso do servidor a serviço do Senado Federal aos processos de prestação de contas relativos ao uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – [...] mormente aqueles relacionados a despesas efetuadas com o Presidente da República, por se tratar de informações sigilosas, uma vez que imprescindíveis à segurança do Estado [...].

Essa foi a justificativa do Palácio do Planalto para impedir que o auditor designado pelo Senado Federal trabalhasse nessa investigação a serviço do interesse público.

Sr. Presidente, ao recebermos esse ofício, requeremos da Mesa do Senado Federal as necessárias providências. Em razão do nosso requerimento, a Presidência do Senado Federal o encaminhou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para a devida análise, que aprovou o nosso pleito. Em que pese o voto em separado do Senador Romero Jucá, em nome do Governo, a maioria da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou a seguinte conclusão:

Impende aduzir, ademais, que o descumprimento das decisões da Mesa do Senado Federal importa em crime de responsabilidade, conforme o disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal. Assim, deve ser reiterada àquele Órgão a solicitação de informações supracitadas, no prazo de cinco dias, sob pena de imputação legal, nos termos do art. 5º do Ato nº 1, de 2001:

Art. 5º Ao final do prazo de trinta dias, contado do recebimento pelo destinatário da solicitação, se as informações ainda não houverem sido prestadas, o Senado reunir-se-á dentro de três dias úteis, para declarar a ocorrência do fato e adotar as providências decorrentes do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição.

§ 1º A Mesa poderá, antes de declarar a ocorrência do fato a que se refere o *caput* deste artigo, decidir pela reiteração do pedido de informações cujo atendimento, nesse caso, deverá ocorrer no prazo máximo de dez dias.

§ 2º O autor do requerimento, sob o fundamento de haver sido incompleta a resposta, poderá solicitar à Mesa a reiteração do pedido de informações, cujo atendimento deverá ocorrer no prazo estabelecido no parágrafo anterior.

§ 3º O disposto no *caput* deste artigo aplica-se, no que couber, ao caso de prestação de informações falsas.

Cabe, ainda, observar a imposição estabelecida no art.216, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Portanto, Sr. Presidente, o que estamos solicitando agora à Mesa do Senado Federal não é aprovação para um novo pedido de informações à Presidência da República. Nós estamos solicitando à Mesa do Senado Federal que faça cumprir o dispositivo constitucional em defesa de uma prerrogativa que não nos pertence e, sim, à sociedade brasileira. Cabe ao Senado Federal, como uma das suas atividades precípuas essenciais, a fiscalização do Poder Executivo.

Estamos sendo impedidos de fiscalizar o Governo, e cabe ao Presidente desta Casa adotar as providências que a lei impõe. É crime de responsabilidade. Há necessidade de responsabilização, e o que estamos solicitando, em adição às providências indicadas, diante da gravidade da situação, é a adoção dessas providências sugeridas no nosso Requerimento nº 942, numa correspondência enviada ao Presidente do Senado no dia 17 de abril de 2006.

Primeira providência: expedição de Ofício da Presidência do Senado dirigido à Ministra Chefe da Casa Civil e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, advertindo-os para as implicações de sua postura e indagando sobre a proibição de o servidor designado prosseguir nas análises com a comprovação de recebimento e prazo para a resposta, na forma do art. 48, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Segunda providência: em caso da manutenção da negativa de acesso à decisão sobre se o crime de responsabilidade em tese praticado pela Ministra e pelo Secretário de Administração da Presidência guarda conexão com a responsabilidade do máximo Magistrado da Nação e devida representação para responsabilização das autoridades à Procuradoria Geral da República ou competente processo e julgamento no Senado Federal, a par da propositura de medidas judiciais para assegurar as prerrogativas fiscalizatórias do Congresso Nacional.

Essas são as providências que nós estamos solicitando, e é exatamente isto que será alvo de deliberação na primeira reunião da Mesa do Senado Fe-

deral neste ano de 2008, já, quem sabe, na próxima terça-feira.

Eu reitero: não estou solicitando à Mesa do Senado Federal – e o Relator é o Senador César Borges – e não me importa a auditoria já realizada pelo Tribunal de Contas da União. Ela não é suficiente. Ela é incompleta.

Não é este o foco do requerimento que fiz, avaliado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O foco é outro: é o desrespeito a uma prerrogativa constitucional do Senado Federal.

O Presidente da República, quem sabe, a Ministra Chefe da Casa Civil com certeza e o Secretário da Presidência da República cometeram crime de responsabilidade, e nós estamos solicitando à Presidência do Senado Federal que adote as providências judiciais cabíveis neste caso. Ou o Senado defende essas prerrogativas ou se agacha ainda mais.

Um Poder Legislativo agachado, Senador Mão Santa, não alcança os interesses da sociedade brasileira. Este Poder Legislativo tem sido achincalhado em excesso. Esta Casa tem sido desmoralizada em demasia. Não pode se comportar com a submissão com que se comporta em casos da gravidade como este.

É urgente que o Senado Federal adote essas providências. Ou o Senado Federal assume essa postura de independência em relação ao Poder Executivo ou não contribui para reabilitar as esperanças do povo brasileiro nas instituições públicas deste País. As instituições públicas estão desgastadas, Senador Heráclito Fortes. Cabe-nos, em primeiro lugar, lutar para reabilitá-las e não as reabilitaremos com postura submissa, agachados diante da prepotência do Poder Executivo.

Quando o Senado discute a instalação de CPI e o próprio Governo a propõe – é claro, com má-fé, mas a propõe –, a Ministra-Chefe da Casa Civil se apressa em dizer: “Os documentos da Presidência da República são sigilosos e não serão fornecidos à CPI”; como se CPI não tivesse mais o poder de quebrar o sigilo, que é uma das suas prerrogativas essenciais. CPI que não quebra sigilo não é CPI, é fábrica de pizza. O que deseja a Ministra-Chefe da Casa Civil, o que deseja o Presidente da República ao estimular essa iniciativa, o que deseja o líder do Governo nesta Casa é obstruir as investigações que se pretende realizar através de uma CPI mista, com fato determinado e específico, para investigar o uso desonesto dos cartões corporativos durante o mandato do Presidente Lula.

O PT alega que houve desvios no passado. Por que não os investigou a tempo? Se desvios aconteceram, cabia ao PT, na Oposição, investigar e denunciar. Nunca se ouviu denúncia qualquer a respeito da malversação na utilização de cartões corporativos

durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso. Aliás, a CPI que propõe Romero Jucá começa a investigação em 1998. Seriam dez anos que deveriam ser investigados, ampliando excessivamente o foco da investigação, tentando desviar os olhos da Nação dos cartões corporativos, que hoje são utilizados para comprar produtos piratas na feira “paraguaia” de Brasília, cartões para serem utilizados em mesa de sinuca, ou na veterinária, ou na joalheria, ou na padaria, ou no açougue, ou no supermercado, ou em hotéis pelo País afora, em restaurantes de Brasília.

Ora, Sr. Presidente, o que temos que investigar é esse escândalo, o que temos que investigar é essa desmoralização da instituição pública através dessa omissão, dessa complacência, dessa cumplicidade com a corrupção.

Ora, Sr. Presidente, nós não podemos misturar as coisas. Querem investigar o passado? Que investiguem, mas instalem uma CPI própria para tal. Não vamos mistificar, informando à Nação que queremos investigar, quando, na verdade, queremos semear a confusão para impedir a investigação, para que não se abra, Sr. Presidente, essa caixa-preta, onde se escondem os mistérios da Presidência da República na utilização dos cartões corporativos – e lá são 150 cartões utilizados! Que não se estabeleça a confusão também ao afirmar, como se afirmou aqui ontem, que o Governo de São Paulo se utiliza de cartões corporativos. Lá não há cartão corporativo. O governo paulista, hoje, informa:

Não existe cartão corporativo no governo do Estado de São Paulo. Nenhum secretário, secretário-adjunto ou qualquer autoridade estadual possui cartões do governo para qualquer tipo de gasto. Nenhum servidor possui cartões para pagamento de despesas pessoais.

Eu peço que se registre nos Anais a íntegra da nota divulgada pelo Governo de São Paulo e publicada na *Folha de S. Paulo* de hoje.

Peço também, Sr. Presidente, que se publique nos Anais da Casa editorial: “Gastos Corporativos”, da *Folha de S. Paulo*.

Sr. Presidente, vou concluir, agradecendo...

Parece que o Senador Heráclito Fortes me solicita um aparte. É com prazer que o concedo a V. Ex<sup>a</sup>, antes da conclusão do nosso pronunciamento.

**O Sr. Heráclito Fortes** (DEM – PI) – Meu caro Senador Alvaro Dias, quem está nos ouvindo agora, neste instante – e o Brasil nos ouve muito, Sr. Presidente, felizmente –, há de se lembrar das cobranças insistentes feitas por V. Ex<sup>a</sup> ainda no primeiro governo do Presidente Lula. Ao não responder os pedidos de informações feitos por V. Ex<sup>a</sup>, o Governo cometeu um crime. A Mesa

do Senado precisa se posicionar sobre isso. Eu quero deixar isto bem claro para quem está ouvindo: esse é um assunto que vem desde 2003, aproximadamente, e o volume foi crescendo em 2004 e em 2005. Qual é a data do primeiro requerimento de V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sobre a Presidência da República... Aconteceram outros requerimentos anteriores. Sobre a Presidência da República, dia 28 de agosto de 2005.

**O Sr. Heráclito Fortes** (DEM – PI) – Em 28 de agosto de 2005. Em 2006, novamente veio à tona denúncia de excesso de gastos de cartão corporativo, no período de campanha eleitoral, com o deslocamento de funcionários da equipe presidencial. Os esclarecimentos poderiam ter sido prestados. Mas não. A certeza da impunidade deu força ao segundo, ao terceiro, ao quarto escalão do Governo, para praticarem o mesmo crime. E isso aí proliferou e está sob controle – a grande verdade é essa. Chamar à tona a questão de São Paulo é uma tática antiga, suada e batida do Partido dos Trabalhadores. Antigamente, era só Fernando Henrique. Chama o Fernando Henrique. Agora estão chamando o Serra. É ano de eleição. É aquela velha tese: estou no banco dos réus, mas quero companhia. Não, minha gente. Se há irregularidades em São Paulo, em que não acredito, este não é o fórum para discussão. O que temos de discutir aqui, e não vamos dizer isso de foco, são os gastos do Governo Federal, os gastos da Presidência da República. Esse escândalo vai da tapioca à esteira de exercícios, ao pano de sinuca, ao pãozinho de primeira qualidade comprado em uma padaria chique do Baixo Leblon. E por aí vai. Senador Alvaro Dias, quando digo que o cartão corporativo se transformou no Bolsa Família dos privilegiados deste Governo, não tenho dúvida alguma. E se vai criar agora uma caixa absoluta sem nenhum critério. Abrem-se os jornais de hoje e só se vê notícia de que estão tirando do Portal da Transparência fulano de tal, sicrano. É um tiro no pé na idéia brilhante do Presidente Lula. Foi o Presidente Lula que criou o Portal da Transparência. O Presidente Lula não pode ser desmoralizado. Se ele pediu transparência, vamos atendê-lo. O Presidente Collor – falo com todo respeito, porque, hoje, diante do que estamos vendo, nada mais nos assusta – personalizou o cheque quando obrigou, meu caro Presidente, que fosse colocado o CPF. O cheque deixou de ser anônimo, como era no Brasil, para ser identificado. A primeira vítima foi feita no seu próprio Governo. A história se repete agora. O Presidente Lula, como na velha história, jogou um cesto de pedra para cima, esqueceu-se de sair debaixo e elas estão caindo em sua cabeça. Agora, a sua equipe precisa protegê-lo e não prejudicá-lo. Deve-se apurar. O Senador Romero,

ontem, não apareceu aqui. Hoje, ainda não tive notícia do Senador Romero. Eu quero assinar novamente o seu pedido, sem erros, sem rasuras nem borrões. Mas, Senador Alvaro Dias, o País lhe fará justiça, e o Paraná terá orgulho, porque foi V. Ex<sup>a</sup> o pioneiro, nesta Casa, nessa questão. Talvez se o Governo, naquele momento, tivesse tido humildade, verificado e corrigido os erros, não estivesse passando pelo vexame que passa agora. Subestimou, foi soberano, foi soberbo e está pagando. Paciência. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes. V. Ex<sup>a</sup> tem sido um brilhante opositor na Casa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Peço ao Presidente, em razão da polêmica que este assunto desperta, que me conceda mais alguns minutos, até porque a sexta-feira é muito tranquila aqui no Senado Federal, para que o Senador Mão Santa possa apartear.

**O SR. PRESIDENTE** (Adelmir Santana. DEM – DF) – Concedo mais algum tempo a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, com muita firmeza, com muita clareza, redime este Senado de qualquer fraqueza. V. Ex<sup>a</sup> está notável. Eu estava pensando no momento de inspiração do Presidente Sarney, quando terminava seu mandato. Havia uma série de candidaturas do PMDB e ele pensou no nome de V. Ex<sup>a</sup> – e eram os anos 90. Agora estamos em 2007. V. Ex<sup>a</sup> continua com uma atuação exemplar pela democracia. Passaram-se 17 anos, quando o Presidente Sarney lembrou ao partido que V. Ex<sup>a</sup> seria o melhor nome do PMDB, mas continuo a pensar se V. Ex<sup>a</sup> hoje não é o melhor nome do PSDB, com Arthur Virgílio, para fazer a chapa da esperança, da verdade no Brasil. V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns. E o Piauí aqui quer homenageá-lo, convidando-o para que nos visite, para mostrar que ainda há uma esperança na democracia do Brasil.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. A generosidade de V. Ex<sup>a</sup> já é conhecida desta Casa e do País. Agradeço, sobretudo, este convite para visitar o seu Estado do Piauí, um Estado importante e, lamentavelmente, desprezado, nos últimos anos, em matéria de administração pública. Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Vou concluir, Sr. Presidente, mas preciso de mais alguns minutos exatamente para responder em respeito aos apurados que recebi.

Veja, Sr. Presidente, que, em Florianópolis, Santa Catarina, uma autopeças forneceu notas fiscais

inúmeras vezes durante alguns meses. Por que o Governo necessitaria tanto de uma única empresa de autopeças com cartão corporativo? Depois que nós revelamos, Senador Mão Santa, aquelas notas frias às quais nos referimos há pouco, ficamos suspeitando, quando conhecemos informações que dizem respeito a notas fiscais com a mesma origem, repetidas, valores redondos. Não há, em nenhuma das notas fiscais, valores quebrados; são todos valores redondos. Ou esses alugueis de veículos. Como alugam veículos pagando com dinheiro vivo, retirado do caixa eletrônico...

O Senador Mão Santa foi governador e sabe: quando um Ministro chega no Estado, ele é recebido com pompas, tem todo o aparato governamental a seu serviço, veículos, etc. Mas não há necessidade alguma de se alugarem veículos. E os Ministros justificam valores expressivos de alugueis de veículos. É por isto que disse ao Senador Paulo Paim em aparte: se o exemplo da Ministra Matilde fosse seguido, o Governo acabaria e não teríamos mais nem Presidente da República, porque os principais equívocos e as principais irregularidades se concentram exatamente nos órgãos ligados à Presidência da República.

Quero pedir também que conste nos Anais da Casa mais um editorial do jornal **O Estado de S. Paulo**, denominado “Segurança Nacional”. Esse editorial analisa a afirmação do Governo de que não pode revelar os documentos que comprovam despesas da Presidência da República em nome da segurança nacional. Aliás, tese rechaçada pelo Ministro Marco Aurélio, que diz não encontrar dispositivo constitucional para sustentar essa justificativa do Governo.

Sr. Presidente, ao final, concluindo mesmo, diz este editorial: “Afinal, o que originou essa onda toda que já parece uma tsunami foi a “disparada” dos gastos com cartões no Governo Lula. O cartão foi criado pelo Governo FHC em 2001, ano em que se gastaram com ele R\$96”. Repito, no Governo Fernando Henrique Cardoso, no ano de 2001, quando se instituiu o cartão corporativo, o gasto foi de R\$96, para acabar com essa onda de que no Governo Fernando Henrique se gastava mais com cartão corporativo do que se gasta atualmente. “Isso mesmo, noventa e seis reais – prossegue o editorial. Em 2002, o gasto foi de R\$3.620.945 (final do Governo Fernando Henrique Cardoso). Em 2003, primeiro ano do Governo Lula, o total pulou para R\$8.774.039.”

Sr. Presidente, aprenderam a usar o cartão corporativo, gostaram do cartão e gastaram, no ano passado – pasmem – R\$78.029.530, sendo que R\$59 milhões sacados em dinheiro vivo no caixa eletrônico.

E o editorial ainda diz o seguinte: "O tiro não foi no pé. Foi pela culatra."

Sr. Presidente, reitero, espero que a Mesa do Senado Federal, na reunião da próxima terça-feira, decida por preservar as suas prerrogativas.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE  
O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**Folha de S. Paulo**

**Gastos corporativos**

*Editorial*

A REVELAÇÃO de gastos extravagantes de ministros e outras autoridades federais tornou explícito um padrão de conduta que permanecia ao abrigo de vigilância. Nesse patrimonialismo do dia-a-dia, paga-se a conta de um free shop, alugam-se carros nas férias, abriga-se a família num hotel -tudo sacado dos contribuintes- com a naturalidade e o automatismo de quem não deve satisfação.

Esse hábito arcaico começa a ser atacado por três razões básicas. Uma é a própria disseminação dos cartões de crédito corporativos na administração federal; outra é a louvável decisão do governo Lula de explicitar essas despesas na internet -tal nível de transparência não se repete, por exemplo, no caso do governo paulista. O terceiro e decisivo fator é a cobrança feita pela imprensa e por organizações civis com base nos dados públicos.

Está certa, portanto, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, quando defende as vantagens do uso de cartões de crédito para a prestação de contas de despesas emergenciais e com viagens. O sistema, cujo controle é automático, é muito superior ao modelo das chamadas contas B, pelo qual se coloca um montante à disposição do funcionário, que pode gastá-lo emitindo cheques.

Mas, se o governo estivesse mesmo convencido do trunfo do cartão de crédito com a fatura publicada na internet, deveria obrigar todos os ministros e servidores graduados a usá-los, fechando a brecha dos saques em dinheiro permitidos com o cartão. O montante para retirada foi de fato limitado a 30% do valor gasto -contudo, estranhamente, agora se recomenda aos ministros que deixem de utilizar os cartões. Em outro ato que contraria o princípio da prestação de contas, despesas da Presidência foram retiradas da internet.

O valor irrisório da maioria dos gastos revelados denota que não está em tela, nesse caso, um grande escândalo com dinheiro público. O caráter pitoresco e até anedótico de alguns flagrantes não deixa, porém, de comprometer a conduta das autoridades, de quem se exige rigor exemplar no trato de recursos que lhes são confiados pelos cidadãos. Uma "CPI da Tapioca", investigação que se limitasse a tomar os dados públicos e cobrar explicação dos autores da despesa, teria pouco a acrescentar em relação ao trabalho que imprensa, ONGs e alguns órgãos de controle vêm realizando. Já uma CPI que concentrasse seus esforços em desvendar a parcela do gasto corporativo federal que

permanece na penumbra -em 2007, 75% das despesas com cartão foram saques em dinheiro vivo; quase R\$ 100 milhões fluíram pelas contas B- teria um serviço relevante a prestar.

† J. Carlos Alvaro,  
Essas parcelas, 75% das  
despesas com cartão foram  
saques em dinheiro vivo,  
deve ser o objeto das  
investigações. (s.m.f.)

## Folha de S. Paulo

### Governo diz não ter cartão corporativo

*Da Reportagem Local*

Em nota, o governo paulista afirmou que "não existe cartão corporativo no governo do Estado de São Paulo".

"Nenhum secretário, secretário-adjunto ou qualquer autoridade estadual possui cartões do governo para qualquer tipo de gasto. Nenhum servidor possui cartões para pagamento de despesas pessoais." Leia a seguir a íntegra da nota do governo:

★

"Não existe cartão corporativo no governo do Estado de São Paulo. Nenhum secretário, secretário-adjunto ou qualquer autoridade estadual possui cartões do governo para qualquer tipo de gasto. Nenhum servidor possui cartões para pagamento de despesas pessoais.

O que existe é um sistema eletrônico para a realização de despesas do dia-a-dia, como compra de combustíveis, peças para automóveis e suprimentos de informática, conforme legislação de 1968 e decreto de 2001 (que instituiu a Bolsa Eletrônica de Compras). As secretarias com maior gasto (Saúde, Educação e Segurança Pública) são justamente as que se destacam na prestação de serviços diretos ao cidadão, e precisam manter as maiores estruturas de pessoal, viaturas e unidades. Não por acaso, na Secretaria da Segurança Pública a maior despesa realizada por esse sistema é com manutenção de viaturas, na Secretaria da Saúde, com pagamento de vale-transporte aos funcionários e, na Educação, com a manutenção das escolas e suprimentos de informática.

A variação dos gastos de 2006 para 2007 é, inclusive, inferior ao crescimento das despesas totais do Estado. O crescimento do orçamento do Estado foi de 9,98% enquanto o aumento com o uso dos cartões foi de 5,8%.

É importante esclarecer que o Estado não utiliza nenhum cartão de crédito. Os cartões de despesa são na modalidade débito, portanto atrelados ao limite de despesa fixado pelos órgãos. Cada cartão é emitido para apenas um tipo de despesa. O cartão utilizado para compra de combustíveis, por exemplo, não pode ser usado para envio de correspondência. O sistema não aceita a transação.

Para cada cartão é designado um gestor, que realiza as operações e é responsável pela prestação de contas. E cada servidor cuida de, no máximo, dois cartões. (e por

conseqüência, de dois tipos de despesa). Isso facilita o controle e a responsabilização perante o Tribunal de Contas do Estado.

Para que o gasto seja realizado, é preciso haver uma previsão do órgão responsável, que estima antecipadamente as despesas com cada tipo de compra. Passados 30 dias da liberação, os valores não utilizados são automaticamente bloqueados e devolvidos ao Tesouro do Estado.

Há uma regulamentação rígida sobre as despesas que podem ser realizadas com saques. Aquisição de combustíveis, por exemplo, não é permitida. Já compra de vale-transporte e manutenção de viaturas da polícia podem ser feitas por meio de saque.

Assim como nos gastos com o cartão de débito, os saques não são realizados pelos servidores que farão uso do produto comprado, mas sim pelos ordenadores de despesas, e estão sujeitas à prestação de contas.

Para todas as operações, é obrigatória a apresentação de notas fiscais. Esses documentos são examinados pelo Tribunal de Contas do Estado, e as transações são registradas no Sigeo (Sistema de Gerenciamento Orçamentário), que é público."

## O Estado de S. Paulo

### Segurança nacional?!

*Editorial*

Os argumentos usados pelo governo Lula para defender-se no "escândalo dos cartões" - que adquire dimensões antes insuspeitadas, com a divulgação diária de novos abusos - revelam, para dizer o menos, a baixa avaliação que muitos integrantes da cúpula governamental fazem da capacidade crítica (para não dizer da inteligência) dos brasileiros. Afirmar, como o fizeram com palavras diferentes, mas no mesmo sentido, o ministro das Comunicações, Franklin Martins, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Jorge Armando Felix, que a revelação de gastos feitos com cartões corporativos, por funcionários, assessores ou familiares do presidente da República, assim como das despesas do Palácio (incluindo as com churrascos e com lavanderia), compromete a "segurança nacional" - por colocar em algum risco a "segurança" do presidente da República e de seus convidados -, é, realmente, dose de elefante!

Esse hábito de fazer pouco do discernimento da sociedade proporciona cenas hilariantes. Mas também justifica apreensão. O general Félix afirma que, se dependesse dele, os gastos das pessoas sob a proteção do serviço de segurança não seriam revelados no Portal da Transparência. Ora, vejam só: no Reino Unido, todos os gastos da família real são divulgados às minúcias nos tablóides e nem por isso alguém já disse que a "segurança nacional" britânica é posta em risco. E lembremo-nos de que foi o próprio presidente Lula quem, em 2005, por ocasião do lançamento do Portal da Transparência (onde são obtidas as informações sobre o uso dos cartões), afirmou: "É nossa intenção que o povo brasileiro seja estimulado a dar sua contribuição no controle e fiscalização." E é, justamente, essa a contribuição que está sendo dada, através dos veículos de comunicação social - contribuição para que o leitor possa distinguir o que é "segurança nacional" do que é mera desfaçatez dos que se lambuzam até com as pequenas benesses do Poder.

Também tem ares de escracho a estratégia utilizada pelo governo no Congresso. Sua liderança antecipou-se à oposição - que pretendia instalar uma CPI mista sobre o uso dos cartões corporativos, criados em 2001 - na criação de uma CPI apenas no Senado,

ampliando-a para abranger os gastos do governo desde 1998, incluindo as contas B, relativas ao segundo mandato do presidente Fernando Henrique. Quem é líder do governo Lula e foi líder do governo FHC, como o senador Romero Jucá (PMDB-RR), pode ser acusado de tudo, menos de falta de esperteza. Ao atropelar a oposição, obtendo 35 assinaturas (mais do que as 27 necessárias) e protocolando na Mesa do Senado o pedido de instalação da CPI dos Cartões, o líder governista usou a eficiente estratégia de investigar tudo para não investigar nada.

É claro que o problema dos cartões corporativos não está em seu uso, mas sim em seu abuso. O que deveria ser uma forma racional de fazer frente a despesas emergenciais de altos servidores públicos no exercício de suas funções, poupando-os da penosa burocracia, transformou-se numa fonte de gastos mal explicados e até de prebendas pessoais. Em princípio, ninguém se deveria opor (nem a oposição) a que sejam investigados todos os gastos governamentais dos últimos dez anos, como pretende o líder do governo no Senado com sua manobra, ao que se diz, avalizada pelo próprio presidente Lula. O que é difícil de deglutir, em termos éticos, é o brandir da espada investigatória, como arma dissuasória, pelos investigados, em termos de "não venha me investigar, que te investigo". Seja como for, conviria reter o que disse o experiente senador Efraim Moraes: "O governo deu um tiro no pé. Todo mundo sabe como uma CPI começa, mas ninguém sabe como termina."

Afinal, o que originou essa onda toda que já parece um tsunami foi a "disparada" dos gastos com cartões no governo Lula. O cartão foi criado pelo governo FHC em 2001, ano em que se gastaram com ele R\$ 96,00. Isso mesmo, noventa e seis reais. Em 2002 o gasto foi de R\$ 3.620.945,00. Em 2003, primeiro ano de Lula, o total pulou para R\$ 8.774.039,00. Daí em diante a escalada foi geométrica até atingir R\$ 78.029.530,00 em 2007.

O tiro não foi no pé. Foi pela culatra.

*Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Adelmir Santana.*

**O SR. PRESIDENTE** (Adelmir Santana. DEM – DF) – As solicitações de V. Ex<sup>a</sup> serão atendidas na forma do Regimento.

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Sr. Presidente, pela ordem, antes que chegue à tribuna o extraordinário Senador Geraldo Mesquita.

**O SR. PRESIDENTE** (Adelmir Santana. DEM – DF) – Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Adelmir Santana, V. Ex<sup>a</sup> fica bem aí e vou dá-lo como exemplo. Admiro V. Ex<sup>a</sup> porque conheci a sua família no momento em que o Piauí o reconhecia como cidadão piauiense. Mas há uma dúvida se V. Ex<sup>a</sup> nasceu no Maranhão ou no Piauí. Mas, agora, os legisladores do Piauí buscaram esse direito.

Geraldo Mesquita está ali e também conheço a família dele. O pai, extraordinário governador. Família é uma coisa muito importante. Está ali Rui Barbosa. Conhecemos os ensinamentos de Rui Barbosa e o quanto ele dignifica o que simboliza o Parlamento brasileiro. Mas uma das assertivas dele foi definir – ó Luiz Inácio, atentai bem – que a pátria é a família amplificada.

Mas se alguém não quiser acertar, vou buscar Deus. Deus colocou o seu filho querido, especial, depois de muita tentativa de melhorar o mundo. Mas não o desgarrou, colocou-o numa família, a Sagrada Família. Então, quero dar essa contribuição que este Senado tem dar ao Poder Executivo. Somos, como o Pai, o Filho e o Espírito Santo, um só, o reino da democracia.

Quero dar essa contribuição ao nosso Presidente Luiz Inácio. Luiz Inácio, **O Estado de S. Paulo** publica... Olha o que eu disse sobre a família: a família, para mim, é a maior riqueza. Considero-me um dos mais ricos Senadores daqui pela grandeza da minha família: minha mulher, meus filhos, meus netos.

Heráclito Fortes, que representa o Piauí... Ontem mesmo o vi enfurecido quando distorceram suas palavras, querendo dizer que Heráclito tinha atingido a família do Presidente. Ele se rebelou, porque é uma verdade; ele nunca atingiu família de ninguém. Acompanho a sua vida política.

Mas está aqui uma nota que nem o piauiense, nem o brasileiro entendem, porque a imagem do Presidente da República é de generosidade. Olha aqui: "Irmão tenta, pela terceira vez, visitar Luiz Inácio". Luiz Inácio, atenda seu irmão! Terceira vez! Sei que V. Ex<sup>a</sup>

tem uma família grande, mas ainda não pegou bem essa generosidade. Não podemos entender. A imprensa também, que cumpra a sua missão, já que hoje é o poder mais forte deste País, muito respeitada.

Alvaro Dias, também peguei manchetes e nelas não se entende como o nosso Presidente não tinha visitado, vamos dizer assim, seus irmãos que faleceram. E, agora, em vida: irmão tenta, pela terceira vez, visitar Luiz Inácio no Guarujá. E ontem não tinha agenda.

Portanto, Luiz Inácio, receba o seu irmão. É um exemplo que estará dando ao País. É a obediência a Deus, que colocou a Sagrada Família. É uma obediência a Rui Barbosa, porque a pátria é a família amplificada. Então, pela terceira vez. Um problema de família. Pode ser mesmo de saudade. Porque isso, Luiz Inácio, é uma das necessidades da vida humana. Falo como médico, professor de Biologia, de Psicologia. É uma necessidade biológica do seu irmão receber o seu abraço, o seu carinho, o seu sorriso e ver em Vossa Excelência a construção da família dele, do pai e da mãe.

Então, Luiz Inácio, é este o conselho que aqui, em nome deste grandioso Senado da República, dou a Vossa Excelência: receba o vosso irmão, que pela terceira visita tenta visitá-lo. Sei que Vossa Excelência está descansando no Guarujá, mas talvez o maior descanso seja o da sua consciência ao abraçar o seu irmão.

**O SR. PRESIDENTE** (Adelmir Santana. DEM – DF) – Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

V. Ex<sup>a</sup> terá a palavra por vinte minutos.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Agradeço, Sr. Presidente. Quero registrar aqui o fato de que o Senador Mão Santa acaba por fazer justiça ao seu amigo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, hoje, ao reconhecer que o Presidente está em descanso, está em férias, porque ontem, mesmo tendo essa informação, o Senador Mão Santa exibiu aqui a agenda do Presidente que, de fato, não tinha nenhum compromisso. Mas hoje, para minha alegria e satisfação, ele acaba por reconhecer que o Presidente realmente está em gozo de alguns dias de descanso, porque, de fato, ninguém é de ferro. Parabéns, Senador Mão Santa, pelo gesto, pela homenagem.

Mas venho hoje à tribuna, assim como prometi ontem, para dar continuidade em um assunto – e vou fazê-lo de forma exaustiva aqui nesta Casa, neste plenário, onde tiver espaço para fazê-lo –, qual seja, as questões atinentes à Amazônia, os problemas dos quais o povo brasileiro toma conhecimento dia-a-dia, do que ali ocorre, fatos graves, fatos que denotam omissão do Poder Público, fatos que denotam agres-

são de criminosos naquela região. E, na esteira do que propôs o Senador Cristovam Buarque, sugiro abriremos um ciclo de debates acerca desse assunto tão importante, assunto, inclusive, que atrai a atenção de toda a mídia brasileira.

Nos dias de recesso, de descanso, de fato ninguém descansa. Talvez trabalhemos até mais, porque andamos mais, visitamos mais. Porém, nesses dias, pude colecionar um sem-número de recortes de jornal, informações, análises profundas – outras, nem tanto –, em suma, a mídia, a imprensa brasileira está mobilizada para discutir com a sociedade brasileira esse assunto tão candente, tão importante, Senador Mão Santa.

O Senador Alvaro Dias, um dos Parlamentares mais responsáveis, mais preparados deste Senado Federal, com quem aprendo muito nesta Casa, acaba de pedir a transcrição nos Anais da Casa de matéria publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**. Não é que tenhamos – o Senador Alvaro Dias e eu – escolhido **O Estado de S. Paulo**, hoje, para pedir transcrição de suas matérias, mas houve uma coincidência muito feliz: a matéria de que o Senador Alvaro Dias pede transcrição é de fundamental importância. É uma análise muito interessante. E nos deparamos com outra, Sr. Presidente: na verdade, trata-se de editorial de hoje do jornal **O Estado de S. Paulo**, que traz o discurso proferido pelo Presidente da nossa Casa, nosso companheiro Garibaldi. O título da matéria é “Quem te viu e quem te vê”.

Segundo o jornal, esse tipo de expressão, Senador Mão Santa, quase sempre exprime [...] a surpresa e a decepção diante de alguém que por qualquer motivo mudou para pior, comparado com o que era ou parecia ser, a ponto de se tornar irreconhecível. Mas o que queremos transmitir, no caso específico de que se tratará a seguir, é rigorosamente o contrário.

O jornal manifesta sua surpresa auspiciosa. Diz o artigo:

[...] diante de um ato que o obriga a rever o que se pensava de depreciativo a respeito de quem o praticou. Em outras palavras, o certo seria uma variante do ditado ‘de onde menos se espera ...’ De fato, não havia a menor razão para esperar que fizesse o que fez na solenidade de abertura do ano legislativo, na quarta-feira, o político escolhido para completar o mandato de presidente do Senado [...]. O potiguar Garibaldi Alves – dele é que estamos falando – pronunciou na ocasião um discurso que, pela franqueza, lucidez e absoluta pertinência, se distingue de todos quantos possam vir à memória em formalidades do gênero.

E discorre, e analisa, ponto por ponto, a fala do Presidente do Senado e do Congresso Nacional, por ocasião da abertura do Congresso. São abordadas as críticas que ele faz, o chamamento que ele faz à responsabilidade das instituições, dos Poderes, inclusive da própria Casa Senado Federal, do Congresso Nacional, para que assumam suas responsabilidades.

O editorial de **O Estado de S. Paulo** aborda pontos importantíssimos da fala do Presidente, como a questão atinente ao abuso de edição de medidas provisórias, a não-revisão dos vetos presidenciais, e por aí vai.

Portanto, na esteira do que fez o Senador Alvaro Dias, peço também, Sr. Presidente, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, desse editorial de **O Estado de S. Paulo**, por sua relevância, por sua importância, porque ele é uma voz de fora da Casa, é a mídia enxergando perspectivas de mudança, enxergando perspectivas alvissareiras do que poderá acontecer nesta Casa, com a colaboração de todos nós, sob o comando do eminente Presidente Garibaldi Alves Filho.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Geraldo Mesquita!

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Senador Mão Santa, o Senador Alvaro Dias pediu-me aparte antes de V. Ex<sup>a</sup>. Logo em seguida, conceder-lhe-ei um aparte com o maior prazer.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, primeiramente, destaco que tenho enorme consideração por V. Ex<sup>a</sup>, muito apreço e admiração pelo comportamento de independência que adota. A exemplo de outros Senadores, como Pedro Simon, Jarbas Vasconcelos e Mão Santa, no PMDB, V. Ex<sup>a</sup> desponta como um Senador que proclama a necessária independência do Poder Legislativo em relação ao Executivo. Isso ficou comprovado no desempenho de V. Ex<sup>a</sup> relativamente à derrubada da CPMF no final do ano passado. E V. Ex<sup>a</sup> faz bem em registrar, nos *Anais* da Casa, o editorial “Quem te viu e quem te vê”, do jornal **O Estado de S. Paulo**. O Presidente Garibaldi soube resumir as principais missões do Parlamento brasileiro na luta por recuperar conceito, imagem e credibilidade. E, animados por essa disposição do Presidente Garibaldi Alves, requeremos, como fizemos há pouco, no discurso que pronunciamos, da Mesa do Senado que faça valer as prerrogativas da instituição, que não são nossas, não são dos Senadores; pertencem a esta instituição, onde estão fincadas as pilastras essenciais do regime democrático. Não podemos, de forma alguma, permitir que uma instituição valiosa no processo democrático seja desgastada, a cada passo, a cada atitude, a cada postura, dos seus membros ou de membros do outro Poder, como vem ocorrendo relativamente a requerimentos de informações, que daqui partem e que

não voltam com respostas. Portanto, cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pela oportunidade do discurso e pela iniciativa de registrar nos **Anais** da Casa o discurso do Presidente Garibaldi, que é, acima de tudo, um programa de ação que pretende desenvolver como Presidente desta Casa. Espero que a prática corresponda ao discurso. Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Eu que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Alvaro.

Concedo um aparte ao meu prezadíssimo e querido amigo Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Geraldo Mesquita, sem dúvida nenhuma, com certeza absoluta, V. Ex<sup>a</sup>, pelo seu saber jurídico, pela firmeza no Direito, é o que mais se aproxima de Rui Barbosa nesta Casa. Quero dizer que, ontem – porque fui Governador de Estado –, revi esses problemas. Na Constituição brasileira, para Estado nenhum estão previstas férias para o mandante do Executivo. Não existem férias. Daí eu ter me surpreendido ao chegar às minhas mãos a agenda do Presidente sem nada. Mas justifico: ele está lá descansando, ninguém é de ferro. Sou médico e professor de Biologia. Justifico. Até há pouco, pedi a palavra pela ordem, concedida pelo nosso Presidente Adelmir Santana, e disse que o Presidente deveria aproveitar esses momentos de descanso para receber a família. E também admito Luiz Inácio não gostar de ler, não gostar de estudar. Foi ele mesmo que disse que ler uma página era uma besteira, que era melhor fazer uma hora de esteira. São palavras dele. Então, até com generosidade, eu sugeriria que, mesmo sem usar o cartão de crédito, alguém desse de presente a ele aquele CD do Cid Moreira: a Bíblia, ouvida – é bela na voz daquele locutor da Rede Globo, de cabelos brancos –, para ele se inspirar, Senador Adelmir Santana, no José, do Egito, o grande sábio, o grande guia, que saiu de Israel, foi preso e, mesmo assim, venceu os seus traumas e recebeu todos os seus irmãos. Quero dizer, então, que este Senado é para isto mesmo, para denunciar e fiscalizar. Essas são finalidades do Senado na história do mundo. Primeiro, o que foi trazido aqui: José Serra simboliza honestidade. Tanto é verdade que, na sua última entrevista a essa extraordinária revista nova que recebeu o grandioso nome de Piauí, José Dirceu foi criticado porque apontou que José Serra seria uma das melhores opções para presidir este País. Então, isso não pega, essa fuga, essa falta de se trazer a verdade e a vergonhosa existência dos cartões corporativos. E, mais ainda, quero dizer também ao jornal **Folha de S. Paulo** – reconhecendo o valor da imprensa, a qual acho que, hoje, é até o primeiro poder –, que nós não somos nem poder. Entendo que somos instrumentos da democracia: instrumento

Executivo, instrumento Legislativo, instrumento Judiciário. Poder é o povo que trabalha e paga os impostos e a conta para nos sustentar. Quanto ao nosso Presidente, um quadro vale por dez mil palavras. Eu diria à imprensa: ele disputou dez eleições e só perdeu uma eleição, e por essas eleições que não foram normais, foram as mais corruptas de toda a história do mundo, com essas bolsas que foram distribuídas.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Fiz uma consideração, uma observação acerca do que V. Ex<sup>a</sup> disse ontem e hoje, estribado na sua incomensurável generosidade. Tenho por V. Ex<sup>a</sup> uma admiração enorme e tenho-o como um irmão mais velho. V. Ex<sup>a</sup> sabe disso. Apesar dessa sua atuação firme, sólida, consistente, do combate que V. Ex<sup>a</sup> faz ao Presidente da República e ao seu Governo, em alguns momentos, no fundo, no fundo, a Nação brasileira desconfia ou sabe da sua extrema generosidade. V. Ex<sup>a</sup> é um homem justo e, sobretudo, um homem generoso, por isso me atrevi a fazer esse tipo de comentário.

O tempo está avançando e quero botar o pé no assunto principal que me traz aqui, nesta manhã, caríssimo Presidente. É uma coincidência terrível, mas Sr. Presidente, solicitando a sua atenção, quero pedir, mais uma vez, a transcrição de uma outra matéria, também divulgada hoje pelo jornal **O Estado de S. Paulo**. É um artigo do jornalista Washington Novaes, cujo tema é: “O problema não está nos números”. Ele fala da Amazônia, dos seus desmates, dos desmandos ali ocorridos, do caos que é, hoje, o gerenciamento do que se constitui, do que costumamos denominar de Amazônia. Um ponto muito particular ele fixa no seu artigo para sustentar o que vou dizer a seguir. Quero me estribar nisso.

**O SR. PRESIDENTE** (Adelmir Santana. DEM – DF) – Os expedientes de V. Ex<sup>a</sup> serão atendidos na forma do Regimento.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Muito obrigado.

Eu quero reproduzir apenas uma parte do artigo do jornalista Washington Novaes, que fala dos assentamentos que envolvem micros e pequenos produtores na Amazônia, a quem, via de regra, vira-e-mexe, de forma ostensiva ou de forma sub-reptícia, tenta-se atribuir a responsabilidade pelos grandes desmates ocorridos na Região Amazônica e na Floresta Amazônica.

Ele diz o seguinte:

Da mesma forma, criar condições (ele está propondo) para que os assentamentos da reforma agrária deixem de contribuir com 18% para o desmatamento, segundo os levantamentos. (Ele reproduz aquilo que eu

estava afirmando há pouco.) Em parte dos assentamentos mais antigos não poderia acontecer outra coisa.

Ou seja, na opinião do Novaes, nos assentamentos mais antigos não se poderia esperar outra coisa senão o paulatino avanço do desmatamento ocorrido naquela região.

Ele escreve:

Sem recursos, sem assistência técnica, sem transporte, sem mercado para nada, aos assentados não resta senão remover a floresta para implantar pastos e alugá-los a um pecuarista - ou vendê-los e sair em busca de outro lote, contribuindo para o chamado "desmatamento itinerante"(...)

O artigo é extenso e aborda diversas questões, mas eu queria me ater a esse ponto em particular, porque me preocupa sobremaneira, Presidente, que se atribua aos pequenos produtores da Amazônia, particularmente aos do meu Estado – onde há muitos pequenos produtores assentados em pequenos lotes –, a responsabilidade pelo que está acontecendo na região.

Primeiramente, essas pessoas estão sendo pressionadas. A mídia as pressiona e a sociedade se inquieta. Simplesmente, essas pessoas estão sendo colocadas na parede, porque não têm alternativa, Sr. Presidente, a questão é essa. Tudo bem quando se cobra uma outra postura de um segmento da população ou de uma determinada comunidade que tem meios para substituir aquela atuação, digamos, predatória, mas os pequenos produtores da Amazônia, particularmente os do meu Estado, não têm meios para substituir a forma de produção que herdaram dos seus pais, dos seus avós e dos seus bisavós.

Comete-se uma injustiça monumental contra essas pessoas, que são milhares e talvez milhões, na Amazônia, Sr. Presidente, ao se emparedá-las, porque não se permite mais que avancem naquilo que chamo de única tecnologia de que dispõem e dominam para produzir para si e gerar um pequeno excedente para o mercado. A única tecnologia que dominam é aquela multissecular, à qual me referi ontem, aqui, de derrubar, brocar, queimar e plantar. Não há outra.

Para que substituam essa tecnologia e voltem a ocupar áreas já derrubadas, que são imensas na Amazônia – e precisamos reocupá-las e reutilizá-las –, eles precisam aportar nova tecnologia, equipamentos, tratores agrícolas, insumos, crédito, estradas rurais por onde possam retirar as safras na época oportuna.

Estive, há pouco, no meu Estado, no período do recesso, conversando com dezenas de produtores rurais. O drama que eles vivem permanece secularmente no Acre. Eles me disseram: "Senador, perdi uma plantação de melancias porque, na época da colhei-

ta, não pude retirar." "Senador, perdi todo o meu arroz porque, na época..."

*(Interrupção do som.)*

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – "...em que queria retirá-lo, não consegui, porque, nas estradas, não passa nem sapo acorrentado" – eles têm essa expressão no Acre. É algo interessante. Veja como o povo é sábio, Senador. Ele cria as imagens para mostrar, de forma clara e transparente, a dificuldade que vive.

Quanto à questão do desenvolvimento sustentável na Amazônia, Senador, posso falar do que acontece no meu Estado: é uma grande balela. É uma grande balela. É, talvez, algo que se coloca numa vitrina para que o mundo inteiro perceba que estamos promovendo o desenvolvimento sustentável. Balela! É pura balela. Desenvolvimento sustentável, no meu Estado – do restante não posso me comprometer a falar porque não conheço com profundidade –, significa, simplesmente, Senador Mão Santa,...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – ...que a maioria da população sofrida, sustenta o desenvolvimento de poucos. Isso é que é o desenvolvimento sustentável lá no Acre. Desconfio de que isso ocorre em toda a Amazônia, Senador Mão Santa.

Portanto, precisamos remover esses mitos; precisamos agir com responsabilidade e com sinceridade, tendo, no homem e na mulher que vivem no Acre, em Roraima, no Amapá, na Amazônia de maneira geral, o centro da nossa preocupação. Vira-e-mexe, falamos que "o desmatamento está aumentando", que "vamos promover isso e aquilo", mas o foco não é a existência daquelas pessoas que estão ali. Parece até que elas não existem, não é? Parece até que elas não existem...

Um grande diagnóstico tem de ser produzido para se constituir em um grande projeto da Amazônia: o que fazer com aquilo ali? Até hoje, Senador, toda a história da Amazônia é uma história de depredação, de retirada de matéria-prima bruta da Amazônia para enriquecer gente mundo afora, e manter o povo amazônico na extrema miséria. Refiro-me à grande maioria do povo.

Não se pode negar que existem crescimento e desenvolvimento na Amazônia. Mas ele diz respeito a um número cada vez mais reduzido de pessoas naquela região. E a grande maioria dos amazônidas, dos acreanos continuam vivendo em extrema miséria, desassistidos, desprotegidos e ainda sendo acusados, colocados na parede, por não tomarem as medidas corretas que devem ser tomadas. Eles não têm condição

de fazê-lo, a não ser com a parceria forte da União, dos Estados e dos Municípios.

Do contrário, continuarão sendo acusados de estarem destruindo a floresta, de estarem depredando o meio ambiente. De forma covarde fazem uma acusação dessa! Porque quando você acusa, mas dá alternativa, aí, sim, lá na frente, você pode cobrar. Mas acusar as pessoas dessa forma, sem lhes oferecer alternativa, Senador, sem oferecer a essas pessoas uma parceria consistente e responsável, é uma atitude covarde. Portanto, voltaremos, insistentemente, a tocar nesse assunto.

Precisamos remover esse véu, que paira sobre a mente de muita gente no Brasil, que acha que o que está acontecendo ali é uma coisa e não é – é outra coisa completamente diferente –, para que a Nação brasileira assuma a responsabilidade pelo que possa acontecer naquela região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR GERALDO MESQUITA JÚ-  
NIOR EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)*

## O problema não está nos números

### Washington Novaes

Seja qual for o desfecho das polêmicas em torno do desmatamento na Amazônia, alguns pontos parecem já claros. O primeiro deles é quanto à confiabilidade dos números levantados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Além do depoimento do próprio ministro da Ciência e Tecnologia, que lhes atribui um índice de acerto entre 95% e 97%, e do manifesto da comunidade acadêmica, cientistas da Universidade Federal de Goiás que trabalham diretamente no monitoramento da Amazônia, consultados pelo autor destas linhas, também opinam na mesma direção. Entendem eles que os dados do sistema Prodes costumam ser mais precisos, mas com a limitação de que só são apurados uma vez por ano. Os do sistema Deter, mais frequentes (os últimos divulgados), “num primeiro momento costumam superestimar os números”, mas “em seguida eles são corrigidos” e também são confiáveis. Agora está sendo desenvolvido o sistema Detex, capaz de registrar o que acontece em áreas menores.

### Muito preocupante é o País continuar sem uma estratégia para a Amazônia

Na opinião desses cientistas, os últimos números anunciados “têm o mérito de ser o primeiro alarma quanto à gravidade da situação”, sem esperar pelo balanço anual. Mas seria preciso avançar mais. Porque, na verdade, não existe um levantamento da situação fundiária em cada área – e sem ele o desmatamento é detectado, mas não se sabe quem o fez, não se pode punir, coibir, até mesmo porque a fiscalização governamental é extremamente precária, como

muitos representantes do próprio Ibama têm reconhecido. E também porque continua a falta de articulação na área com o Sipam/Sivam, que tem aviões equipados com radar e poderia ajudar muito no monitoramento. Mas, como os dirigentes desse sistema têm dito, jamais receberam qualquer pedido da área ambiental para essa ou outras tarefas.

Um segundo ponto está na evidência – demonstrada na mais recente crise – de que o País continua sem estratégia para a Amazônia. Pior ainda, a desejada “transversalidade” – que levasse todas as áreas do governo a incorporar em sua atuação as premissas ditas ambientais –

está longe de ocorrer. A prova maior é a divergência pública entre os ministros da Agricultura e do Meio Ambiente quanto à responsabilidade da soja e da pecuária no avanço do desmatamento. Mais grave ainda a diver-

gência entre o presidente da República e sua ministra do Meio Ambiente, além das polêmicas entre esta e os governadores de Mato Grosso e Rondônia. Pode-se lembrar também que ainda recentemente instituições e ONGs que participaram das audiências públicas para definir políticas na área da Rodovia BR 163 – de modo a evitar que seu asfaltamento favoreça mais desmatamento – publicaram documento dizendo que, quase dois anos passados, nada foi feito. E tudo isso sem ainda chegar à desastrosa fala em que o ministro das Estratégias de Longo Prazo propôs a construção de aquedutos para transpor águas da Amazônia para o Nordeste. Ou à incompreensível política governamental que concede juros subsidiados a projetos que têm como base o desmatamento.

É tudo muito preocupante. A pecuária está sendo apontada como responsável por 86% do desmatamento, com um rebanho bovino na área que corresponde a mais de um terço do total nacional, cerca de 75 mi-

lhões de cabeças. O próprio Ministério da Agricultura estima que a produção bovina ali cresça 31,5% até 2018 (já são abatidos mais de 10 milhões de cabeças por ano) e só 87 dos mais de 200 abatedouros na área são registrados. Que se espera que aconteça na área dos problemas com a exportação de carne bovina pelo Brasil, se um terço da produção na Amazônia tem esse destino, segundo a Amigos da Terra? O Imazon também afirma que, dos 80,6 milhões de hectares desmatados entre 1990 e 2006, nada menos que 25,3 milhões se devem ao avanço da pecuária, ante 5,3 milhões da soja e de reflorestamentos.

Além de definir uma estratégia para Amazônia, muitos outros avanços terão de ser feitos. É inconcebível que a União não consiga monitorar/fiscalizar os 47% das terras do bioma que são do seu domínio. E nelas, principalmente, que ocorre o desmatamento. E, somadas às reservas indígenas e a outras áreas protegidas por lei, chegam-se a mais de 70% da Amazônia

Legal. Também é preciso tirar do papel, da ficção, o monitoramento das reservas legais, que, em áreas de floresta tropical, precisam representar 80% das propriedades particulares. Da mesma forma, criar condições para que os assentamentos da reforma agrária deixem de contribuir com 18% para o desmatamento, segundo os levantamentos. Em parte dos assentamentos mais antigos não poderia acontecer outra coisa. Sem recursos, sem assistência técnica, sem transporte, sem mercado para nada, aos assentados não resta senão remover a floresta para implantar pastos e alugá-los a um pecuarista - ou vendê-los e sair em busca de ou-

tro lote, contribuindo para o chamado "desmatamento itinerante", registrado desde 1997 pelo relatório de uma comissão especial da Câmara dos Deputados.

Não faz sentido, igualmente, prosseguir na atual política de repassar a governos estaduais a competência para licenciar desmatamentos. Se é difícil para o poder central resistir às pressões políticas e econômicas, imagine-se no âmbito estadual. Ainda mais lembrando que o poder político local sempre invoca o apoio da população mais pobre, que, por falta de alternativas, considera importantes fontes de geração de trabalho e rendimentos várias atividades ilegais - garimpo e desmatamento entre elas. Essas atividades há muito tempo são também um desaguiadouro - pelas migrações - para problemas de regiões onde o desemprego é grave.

Se todos esses fatores não forem considerados na definição de uma estratégia adequada para a Amazônia, será pouco produtivo o espasmo regulatório mais recente, diante dos novos números. E podem ser esperados novos problemas na área das exportações de carne e grãos. ●

## Quem te viu e quem te vê

**A** expressão que dá o título deste comentário quase sempre exprime, como se sabe, a surpresa e a decepção diante de alguém que por qualquer motivo mudou para pior, comparado com o que era ou parecia ser, a ponto de se tornar irreconhecível. Mas o que queremos transmitir, no caso específico de que se tratará a seguir, é rigorosamente o contrário - surpresa, sim, mas auspiciosa, diante de um ato que obriga a rever o que se pensava de depreciativo a respeito de quem o praticou. Em outras palavras, o certo seria uma variante do ditado "de onde menos se espera...". De fato, não havia a menor razão para esperar que fizesse o que fez na solenidade de abertura do ano legislativo, na quarta-feira, o político escolhido para completar o mandato de presidente do Senado, interrompido pela renúncia do então titular, o tristemente notório Renan ("Rei do Gado") Calheiros.

O potiguar Garibaldi Alves - dele é que estamos falando - pronunciou na ocasião um discurso que, pela franqueza, lucidez e absoluta pertinência, se distingue de todos quantos possam vir à memória em formalidades do gêne-

ro. Durante quase uma hora, o orador do evento, que reuniu, como de praxe, os presidentes da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal, além da ministra da Casa Civil, representando o presidente da República, deixou literalmente boquiabertos os seus pares e convidados de honra. Em lugar das protocolares frases feitas que o público, de antemão resignado, imaginava que iria ouvir, Garibaldi fez uma crítica implacável - e verdadeira - das distorções da ordem política brasileira, responsáveis pela acentuada assimetria entre os Poderes da República. Teoricamente iguais e harmônicos, formam na prática um sistema desfigurado por um Executivo agigantado, um Legislativo apequenado e um Judiciário espaçoso.

"A grande centralização do poder federal, com uma União dominadora, poderosa em tudo e onipresente em toda parte, não permite que o Congresso Nacional exerça seu papel", disse Garibaldi, que fez questão de acrescentar: "Precisamos impedir que outro Poder substitua o Congresso, embora reconheçamos que é uma falha nossa." "Fantasiado de

poder decisório”, acusou, “incapaz de dar ao País, a tempo e a modo, até o Orçamento da União” - que ele diz que é mera ficção -, o Congresso Nacional foi transformado em “quarto de despejo de um presidencialismo de matiz absolutista”. Ao mesmo tempo e por omissão dos próprios parlamentares, o Judiciário extrapola de sua missão constitucional e passa

“a operar uma agenda legislativa”.

Sabe-se ainda que, do lado do Executivo, o mais absolutista dos recursos de poder que lhe permitem impor-se a um Congresso cronicamente complacente é o instituto das medidas provisórias - “cuja precariedade é de sua própria essência”, assinalou o presidente do Senado. Ele não se limitou, porém, a chover no molhado.

Talvez sob o signo da “utopia necessária”, como disse em outra passagem, Garibaldi propôs conferir às Mesas da Câmara ou do Senado, em revezamento, a atribuição de julgar, caso a caso, se as medidas provisórias emanadas do Planalto atendem aos requisitos constitucionais da urgência e da relevância - grande número delas não é uma coisa nem outra, as-

sim como é numeroso o contingente de deputados e senadores que as verberam, mas nada fazem para ao menos filtrá-las: ou porque apóiam o governo ou porque, na oposição, esperam retomá-lo e exercê-lo com a mesma desenvoltura em matéria de legislar. Há lógica, portanto, nessa autodesvalorização a que Garibaldi chamou “império da inércia”. Ele apontou ainda outra chaga do Congresso - e nisso não poderia ter sido mais oportuno, agora que tomou posse, no lugar do pai promovido a ministro, o senador sem votos e sob suspeitas Edison Lobão Filho. “Há grande perplexidade”, reconheceu, “quanto à investidura de alguns.”

Foi chocante o contraste entre o discurso do presidente do Senado e a mensagem do presidente da República, lida pela ministra da Casa Civil na abertura da solenidade. Versão brasileira da fala sobre o Estado da União, do presidente norte-americano, o discurso, despachado burocraticamente, cala sobre o estado do Brasil em 2008, preferindo decantar os feitos lulistas, invariavelmente sem paralelo, em 2007. Ao Lula governante, não se aplica o “quem te viu e quem te vê” - é sempre a mesma cantilena autolouvatória.

**O SR. PRESIDENTE** (Adelmir Santana. DEM – DF) – Serão transcritas as solicitações de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Geraldo Mesquita, nos termos do Regimento.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, definitivamente, Senador Adelmir Santana, ninguém conseguirá, neste País, entender o que pensam os companheiros do Presidente Lula, como há de convir V. Ex<sup>a</sup>, Senador Alvaro Dias. Até acho que o Presidente Lula tenha sido vítima de tudo isso.

Meu caro Senador Geraldo Mesquita, quero transcrever nos Anais desta Casa trechos de um pronunciamento feito pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 7 de junho de 2005, na abertura do Fórum Global de Combate à Corrupção. Vejam bem, brasileiros, a palavra do Presidente Lula, que, já lá atrás, estava preocupado, Senador Alvaro Dias, com os fatos!

Vou encurtar um pouco a leitura, mas há alguns trechos lapidares que merecem ser destacados. Vejam bem:

Nosso governo passou a planejar e a agir de modo integrado na luta contra a corrupção. Mudamos a qualidade da Controladoria-Geral da União, dando-lhe o *status* de Ministério e novos instrumentos de atuação. Fortalecemos o Ministério da Justiça e determinamos o reaparelhamento da Polícia Federal, capacitando-a a agir de modo muito mais intenso e eficaz. Foram contratados, por concurso, três mil servidores, entre delegados, agentes, es- crivões e técnicos.

Em dois anos e quatro meses, a nova Controladoria-Geral da União já realizou 7,5 mil auditorias em alguns órgãos federais, encaminhando ao Tribunal de Contas da União cerca de três mil processos de tomadas de contas especiais, com retorno potencial de R\$850 milhões aos cofres públicos. Estão em curso, por exemplo, 70 apurações de casos de servidores públicos que apresentaram sinais exteriores de riquezas incompatíveis com a renda declarada. Por meio de concurso público, acrescentamos 450 novos auditores aos 1,8 mil já existentes e continuaremos nesse caminho (...)

Mais adiante – atentai bem, Mão Santa! –, diz o Presidente da República:

(...) o Portal da Transparência, iniciativa inédita no Brasil, que divulga, pela Internet, em

linguagem acessível, os gastos e investimentos federais em todo o território nacional.

(...)

Esse programa divulga todos os gastos, licitações, contratos, convênios, despesas com viagens, entre outras, possibilitando que sejam conhecidos e fiscalizados publicamente. Com o sucesso e aperfeiçoamento da experiência, todos os Ministérios passarão a adotá-lo.

Mais adiante, diz Sua Excelência:

Nosso governo está firmemente empenhado no combate ao mau uso dos recursos públicos e ao crime organizado. Transformamos a luta contra a corrupção numa atitude permanente ampla e que vai se intensificar cada vez mais. Mas, para pôr fim à corrupção, é preciso que a impunidade não proteja os corruptos, é importante que eles se sintam constantemente ameaçados e sintam que o governo e a sociedade estão vigilantes, que estamos tomando as medidas preventivas, fechando o cerco, apurando toda e qualquer denúncia, envolva quem envolver.

E aí Senador Alvaro Dias, paralelamente, as suas solicitações, curiosamente, não foram respondidas. E os punidos – se é que foram punidos – não tiveram divulgação nacional de 2005 até agora.

Continua Sua Excelência: “A grande maioria são casos antigos que não foram combatidos. Agora estão sendo descobertos, investigados e punidos.” Esse Portal da Transparência deveria, detalhadamente, dar esses nomes. Diz ainda: “O que tem aumentado, no Brasil, não é a corrupção, mas o combate permanente que o Governo faz à corrupção”.

Continua Sua Excelência: “Independentemente do uso político-eleitoral que alguns estejam fazendo dessas denúncias, quero deixar claro que meu governo levará as investigações até as últimas conseqüências”.

Mais adiante, diz Sua Excelência: “Tenho, ademais, uma biografia a preservar, um patrimônio moral, uma história de décadas em defesa da ética na política. Por isso, não iremos acobertar ninguém, seja quem seja que esteja envolvido”.

Mais em frente, diz o Presidente:

Não faltarei às minhas responsabilidades, estejam certos. O Governo está investigando. Não se opõe, ao contrário, estimulará que o Poder Legislativo desenvolva suas investigações com o equilíbrio que sabemos possuir o Congresso Nacional. Esse Congresso, que não pode estar sujeito à compra [não sei o que quis dizer Sua Excelência com isso]. E,

quero repetir, esse Congresso – e estou vendo muitos parlamentares aqui –, esse Congresso não pode, de forma nenhuma, estar sujeito à compra. O momento exige de todos nós a máxima transparência.

Deve ter sido quando Roberto Jefferson denunciou aquelas compras, e o Presidente aqui faz uma citação a esse fato.

Mais adiante, Sua Excelência diz: “...enquanto os países em desenvolvimento não resolverem o problema da corrupção, enquanto os países pobres não resolverem o problema da corrupção, nós não iremos nos transformar em um país definitivamente desenvolvido”.

Já ao final, diz:

No Brasil, nós fomos mais longe. Este país já fez um *impeachment* de um Presidente da República, há pouco tempo atrás. Neste país, juiz já foi preso. Neste país, delegado de polícia também é preso. Será que os presos são todos que nós queríamos? Não. Certamente, ainda falta muita gente [isso se deu em 2005].

E a solução para combater a corrupção significa mais democracia, significa mais transparência, significa mais vontade política e significa determinação que, certamente, não apenas os meus ministros estão colocando em prática, mas é o comportamento de cada ministro deste governo.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Presidente Lula, que criou o Portal da Transparência, deve ser o paladino e o guardião da sua continuidade. Como ele mesmo diz, esse é um instrumento inédito, que não pode estar sujeito, segundo o próprio Presidente da República, a pressões, partam elas de onde partirem.

Mas o curioso é que, no dia 14 de dezembro de 2003, antes de o Presidente Lula completar seu primeiro ano de mandato, o sempre bem informado jornalista Josias de Souza, da *Folha de S. Paulo*, escreve um artigo intitulado “Terrorismo espreita Lula, Alencar e ministros”. É fantástico esse artigo! Senador Adelmir Santana, veja que coisa interessante: “O repórter buscava informações sobre cartões de crédito”. Em 2003, Senador Alvaro Dias, já se falava sobre cartões de crédito. Prossegue:

Súbito, deu de cara com o furo jornalístico. O terror amedronta Brasília. Quem informa é o GSI (Gabinete de Segurança Institucional) da Presidência.

Aqui se revelou, em 16 de novembro, que o Planalto reservara R\$4,8 milhões para

despesas com cartões de crédito corporativos em 2003. Em carta à Folha, a Casa Civil queixou-se da conclusão de que havia muito dispêndio e pouca transparência. Exigiu “reavaliação”.

O raciocínio, diz a carta, poderia “dar margem para que se crie a falsa impressão de que se gasta de modo impróprio, o que não corresponde à marca de seriedade e transparência que tem caracterizado este governo”.

Seduzido pela “transparência” da questão petista, o repórter também enviou carta a José Dirceu [o então Ministro da Casa Civil]. Pediu acesso aos extratos dos cartões de crédito da Presidência.

Senador José Agripino, estou lendo aqui artigo do jornalista Josias de Souza sobre cartão de crédito corporativo, publicado em 14/12/2003. É atualíssimo! Prossigo a leitura:

A resposta veio na quarta-feira. Em certidão, o secretário de Administração do Planalto, general Romeu Costa Ribeiro Bastos, atualizou o montante de despesas. Entre janeiro e outubro de 2003, o Planalto gastou com cartões R\$5,045 milhões.

Negou-se acesso aos extratos. O “detalhamento” dos gastos, anotou o General Romeu, constitui “informação reservada”. A divulgação colocaria em risco a “segurança do Estado”.

Cioso da fragilidade do Estado, o repórter pediu, em contato verbal com subordinados de Dirceu, que lhe fosse fornecida ao menos uma lista com a discriminação genérica dos gastos.

Nada feito.

Em nota aprovada pelo General Wellington Fonseca, chefe interino do GSI, alegou-se que “nem sequer valores nominais globais discriminados por natureza de despesas devem ser divulgados”.

Diz a nota: “No tocante à segurança presidencial, os assuntos revestem-se de especial cautela, pois a simples informação sobre compra de alimentos poderá aferir o número de pessoas que serão alimentadas ou o tipo de consumo alimentar capaz de ser atingido por atos de terrorismo”.

Também “merecem proteção” as despesas com locação de veículos, hospedagem e transportes, porque “dizem respeito à segurança do chefe de Estado, do vice-presidente

e respectivos familiares, dos titulares dos órgãos essenciais da Presidência e de outras autoridades”.

Movido por curiosidade descabida, o repórter não se deu conta da mina que se esconde sob o dinheiro de plástico. Mina de pólvora, bem entendido.

Criado por FHC, o cartão de crédito governamental experimentou sob Lula um vertiginoso incremento [atentai bem, Senador Mão Santa!]. Há hoje 106 repartições públicas servindo-se da facilidade [isso se deu em 2005].

Só no Planalto, há cerca de 30 cartões [isso se dava em 2005; imaginem quantos serão hoje!]. São manuseados por igual número de funcionários. Têm licença para gastar. Oito deles, a serviço dos gabinetes de Lula e dos ministros palacianos, respondem por despesas levadas à contabilidade oficial sob a rubrica “peculiaridades”.

Esses oito servidores respondem por R\$4,356 milhões dos R\$5,045 milhões consumidos com cartões até outubro. O dinheiro pagou de comida a diárias de hotel. Gastos secretos, descobre-se agora.

Feitas as contas, restaram R\$689 mil em dispêndios cujo detalhamento não ofereceria minuição aos terroristas. Curioso incorrigível, o repórter pediu para ver os extratos relativos a esse universo. Foi atendido. Numa sala do Planalto, pôde manusear uma pilha de processos. Pinçaram-se alguns gastos. Chama-se Maria da Penha Pires a servidora que administra o cartão de crédito posto à disposição do ministro Luiz Gushiken (Secom). Paga, por exemplo, despesas com “viagens a serviço”.

Gushiken trabalha muito em São Paulo. Dá duro até nos finais de semana. Hospedou-se “a serviço” no Caesar Park de 15 a 17 de agosto (...). Ficou hospedado no mesmo hotel de 22 a 25 de agosto (...).

Entre 19 a 21 de setembro (...), preferiu acomodar-se “a serviço” no Hotel Cadore. Afora as diárias, consumiu seis águas, três guaranás, um café, um chá, um suco, frutas (...) (R\$584).

Não foram franqueados ao repórter comprovantes de gastos de colegas de Gushiken. Entre eles Dirceu e Luiz Dulci (...).

Os cartões da Presidência bancam também despesas com a segurança de filhos de Lula e Marisa. Quatro deles moram em São Bernardo do Campo. Alugou-se uma casa na

cidade para abrigar os agentes. Promoveram-se adaptações no imóvel. Coisa barata.

Em 28 de agosto, a firma Casimiro Equipamentos Industriais recebeu R\$700 para subir o muro da casa e instalar portão e grades de proteção. Dinheiro sacado de cartão gerido pelo GSI. Em 29 de setembro, a Casimiro amealhou mais R\$330. (...) A mesma Casimiro recebeu, em 1º de outubro (...) R\$750. A nota fiscal informa que se referem, de novo, ao portão, às grades e ao muro.

Como casa com três portões, camada tripla de grades e muro nas nuvens é coisa que nem o medo do terrorismo justifica, é provável que se tenha fracionado a despesa para acomodá-la nos limites do cartão (...).

Reconheça-se, porque é de justiça, que o grosso dos papéis manuseados tem aparência asséptica. A despeito de incluírem inúmeras contas de conveniência duvidosa: biscoitos (...) brioches (...) mussarela, presunto, cervejas (...) etc.

É pena que a ameaça terrorista impeça o acesso aos extratos que registram as despesas de Lula e de seu mais seletivo grupo de auxiliares.

Somam, não é demasiado repetir, R\$4,356 milhões. Feitos assim, na escuridão própria das coisas secretas, todos esses gastos são pardos.

Quero transcrever esse artigo do Josias de Souza e recomendar a leitura do artigo do mesmo jornalista no dia de hoje.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Heráclito, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Senador Mão Santa, com o maior prazer.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Heráclito, o Piauí e hoje todo o Brasil são orgulhosos da atuação de V. Ex<sup>a</sup>. Primeiro, como Deputado Federal, muito inteligente, muito firme, repete a atuação, com o brilho maior da experiência, no Senado da República. Um dos momentos mais brilhantes da democracia foi naquele mais brilhante dia em que nós enterramos um dos 76 impostos que escorcham o povo brasileiro; foi o dia da batalha dos heróis da CPMF, iguais aos trezentos heróis de Esparta, e daqueles pronunciamentos, e um de V. Ex<sup>a</sup> merece destaque. V. Ex<sup>a</sup>, na sua inteligência, lia um pronunciamento que enterrava e aniquilava a CPMF no seu nascedouro, tentando abortá-la e, de repente, disse que não era seu pronunciamento, mas de Paulo Paim, do PT. Aquilo, sem dúvida nenhuma, foi uma contribuição. Inspirado em Geraldo Mesquita,

que está ali e que mais se aproxima de Rui Barbosa na sua firmeza do direito, disse: “De tanto ver a nulidade triunfar, a corrupção campear, rir-se das honras, vai-se chegar o dia em que vamos ter vergonha de ser honestos”. Chegou. V. Ex<sup>a</sup> busca do Presidente da República um discurso de anos passados, em que fez o povo brasileiro acreditar que ia defender este País contra a corrupção. A corrupção denunciada por Rui Barbosa, por aquele que está encantado no fundo do mar. Ulysses disse: “A corrupção é o cupim que destrói a democracia”. Ô Luiz Inácio, se não acredita em Rui, em Ulysses, em Deus, que disse “não roubarás”, então é a hora de este Senado escrever outra página bela pela democracia e dizer basta à corrupção, a essa vagabundagem do cartão corporativo. São mais de 11 mil, que a brava imprensa, o primeiro poder hoje – a voz do povo é a voz de Deus. Ulysses disse: “Ouça a voz rouca...” Não tem mais negócio de Poder Judiciário, que ganhou 7% numa pesquisa, de Poder, de político, que ganhou 2% na última pesquisa. Então, somos apenas instrumentos da democracia. Poder é o povo, que paga a conta e que deve ser respeitado. E esta Casa só tem sentido, se respeitar e defender o povo, combatendo por aquilo que foi por ele construído: a democracia. A democracia foi construída pelo povo gritando nas ruas: liberdade, igualdade, fraternidade. Vamos enterrar esses cartões corporativos, que, no momento, são a maior praga, a maior imoralidade e nódoa desse Governo. Por menos disso, Shakespeare disse: “Há algo de podre no reino da Dinamarca.” Luiz Inácio, a podridão está no seu reino.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)** – Meu caro Senador Mão Santa, como disse – vou repetir agora –, esse pronunciamento foi feito na abertura do IV Fórum Global de Combate à Corrupção. E aí, Senador Alvaro Dias, ele faz uma saudação aos Ministros, às autoridades e, finalmente: “Meus caros agraciados do concurso de monografias e redações sobre corrupção”. Era o momento de se fazer uma nova versão desse concurso e de o Presidente Lula, de maneira solene, agradecer os autores de textos sobre corrupção e, claro, evidente, que devidamente atualizados.

Senador Alvaro Dias, ouço V. Ex<sup>a</sup>, com o maior prazer.

**O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR)** – Senador Heráclito Fortes, é inevitável a investigação. O escândalo tomou conta da mídia brasileira, com repercussões internacionais. Veja *O Globo* de hoje: “Cartão corporativo paga de camelô a Copacabana Palace. Flores, jóias, vinhos, roupas e colchões estão entre os gastos cobertos. “Neste País, tudo agora termina em tapioca. A dona da tapiocaria estranhou o freguês pagar com o cartão com brasão.” Enfim, cartão corporativo foi até

usado para compra em feira que vende produtos piratas – de barraca a hotel de luxo. São as manchetes dos jornais. Nenhum Governo pode resistir a esse apelo da sociedade, reproduzido pela mídia do País. Será pior se o Presidente da República continuar escondendo na caixa-preta dos cartões corporativos o segredo dos gastos realizados. Não há, Senador Heráclito, problema em se investigar o cartão corporativo desde a sua instituição em 2001, quando o Governo Fernando Henrique Cardoso gastou R\$96,00 com os cartões corporativos e, no ano 2002, quando gastou três milhões e alguns reais, para chegarmos, em 2007, a R\$78 milhões no Governo Lula. Vamos investigar desde a origem do cartão corporativo e apresentar à sociedade brasileira o que se fez com esse instrumento instituído para facilitar, para desburocratizar, para tornar mais eficiente a ação da Administração Pública. Não foi instituído para a corrupção, para a clandestinidade, para essa espreteza, para a malandragem, para essa afronta à pobreza do País, para esse desrespeito a quem paga impostos sem poder pagar. Não foi instituído também, para que o Governo escondesse a desonestidade. Guarda a sete chaves os mistérios dos cartões corporativos. Temos o dever de revelá-los, e V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns pelo pronunciamento que faz.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)** – Senador Alvaro Dias, estamos apenas na pontinha do *iceberg*. Na medida em que esses fatos começarem a ser estudados, em que esse quebra-cabeça começar a ser montado, vamos ver, Senador José Agripino, onde isso vai dar. Não vou furar o furo, mas há um órgão de imprensa que curiosamente detectou uma despesa feita, salvo engano, em setembro de 2006, no Mato Grosso. A despesa foi em nome da empresa fulano de tal e filhos Ltda. Só que o nome fantasia é de uma casa de prazer, de um motel. Evidentemente, o Governo, no afã de defender os acusados, vai alegar que foi uma emergência. E como se vai fazer?

O Governo até agora tem tentado encontrar justificativas para tudo, mas isso é o fim da picada! Um fato desses ter ocorrido... Porque, quando a Ministra diz que o cartão corporativo foi turbinado em nome da transparência, conclui-se, Sr. Líder, que tudo isso foi investigado. Como se deixam passar escândalos dessa natureza? O Presidente Lula foi um estadista, ao criar o Portal da Transparência, não pode recuar nenhum minuto.

O Presidente Collor personalizou o cheque, acabou com aquela farra – V. Ex<sup>a</sup> sabe bem – de que ninguém tinha responsabilidade sobre o cheque que emitia, e o laranjal vivia solto. A vincular o CPF, o instituto do cheque passou a ter DNA. A primeira vítima foi o seu próprio governo, mas, de maneira altiva e soberana,

enfrentou o problema sem nenhuma ameaça de medida de exceção. Retornou a esta Casa e deve estar vendo o que acontece, hoje, neste País sem que providências nenhuma sejam adotadas e que o discurso do Presidente, numa hora solene como esta, não sirva para hoje, não seja colocado em prática.

Ninguém pode acusar a Oposição. O Presidente, em 2005, já dizia que o uso político não justificava as atitudes corruptas praticadas por quem quer fosse.

Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> que é chegado aos provérbios e às citações mundo afora, existe uma história, se V. Ex<sup>a</sup> me permite contar, de origem árabe, de que dois homens resolveram associar-se numa plantação de uvas. Um são e o outro cego, Senador Alvaro Dias.

Fizeram a sociedade e, ao final do ano, prepararam-se para a primeira colheita. Aos seus costumes, um propôs ao outro: “Vamos comemorar nós dois comendo o primeiro cacho de uva.” Na realidade, não era um cacho, eram vários cachos de uva. Sentaram-se frente à frente e o são fez uma proposta ao cego: “Só tem um acordo, nós só podemos retirar uma uva de cada vez, fora isso, é desonestidade, é corrupção”. O cego topou. Passados uns três ou quatro minutos, o cego, irritado, bateu na mesa: “Você está roubando. Você é ladrão”. O são disse: “Por quê?” “Já é a quinta vez que eu tiro de duas e três uvas e você não reclama. Se você está calado é porque você está tirando mais do que eu. Ponha-se daqui para fora. Você não é sócio digno.”

É o que está acontecendo neste Governo. Os fatos não se surpreendem; um encobre o outro. Os que estão no banco dos réus querem companhia e vão tentar buscar fantasmas no Governo Fernando Henrique, esquecendo-se de que o cartão corporativo, criado no último ano em nome da modernidade, foi instalado com parcimônia, e menos de 120 cartões foram distribuídos. Querem confundir a opinião pública, trazendo para cá um episódio de São Paulo que é totalmente diferente, Sr. Presidente.

São Paulo não tem cartão corporativo. O Senador Alvaro Dias já explicou isso muito bem. São Paulo tem um cartão de débito para uso específico em determinada atividade, exatamente para evitar manipulações ou liberdade dessa natureza. E o cartão de São Paulo não é dado a secretário nem a Governador, e sim aos ordenadores de despesas. Totalmente diferente! Mas se estivesse errado, o erro de lá não justifica o daqui. Essa história de porque estou no banco dos réus quero companhia, é inaceitável. A vida pública do Governador Serra está aí para ser vista. O Brasil inteiro conhece. De repente tentar mudar o foco com esse tipo de ameaça é perda de tempo.

Acho graça quando companheiros meus, os quais estimo, me chegam dizendo que no Governo Fernando Henrique se gastou mais. E digo: mostrem. Não tenho receio algum. Primeiro, não tenho compromisso com erro. Segundo, um erro não justifica o outro.

O Governo da purificação, da modificação, da reforma, do combate à corrupção é o que está aí, que se elegeu com essa cantilena em praça pública. E não vimos até agora, infelizmente, ninguém ser preso, ninguém ser condenado. Os aloprados protegidos, e voltando.

Senador José Agripino, os argumentos são os mais frouxos, mais chochos, como a carne do Presidente Bush, segurança do Presidente Bush. O Presidente Bush gostou da carne? Naturalmente, o Senador Romero devia estar nesse churrasco fabuloso e deve ter provado. Mas por que o Presidente Bush tem de ter mais proteção do que o cidadão comum?

Aí eu queria ver – se meu Líder puder responder – se aquele festival de carne que aquele aloprado do Lorenzetti serviu no Palácio e que deu tanta dor de cabeça ao Presidente Lula tinha aquisição sigilosa. Quem comprou? Onde comprou? Quem pagou? Foi com cartão corporativo? Lembrem-se de que ele era conhecido como o churrasqueiro do Palácio.

Ouçõ o aparte do Senador Alvaro Dias, com a permissão do Presidente.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Serei rápido, Senador. Primeiramente, não entendo por que queiram o PT e o Governo, nesta hora, investigar o Governo passado. Por que o PT não o fez à época?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – No dia seguinte.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Evidente. Por que não denunciou? Eu não me lembro de denúncia alguma do PT sobre cartão corporativo no Governo Fernando Henrique Cardoso. Aliás, quem pode testemunhar isso é o Líder Romero Jucá, do atual Governo e do Governo anterior.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Senador Romero Jucá.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – O Senador Romero Jucá, como Líder do Governo Fernando Henrique Cardoso, pode dar todas as explicações nesta Casa. Não haveria necessidade de CPI alguma. O Senador Romero Jucá, certamente, vai atestar a lisura dos procedimentos do Governo Fernando Henrique Cardoso porque foi seu Líder e, dessa tribuna, inúmeras vezes, o defendeu incansavelmente pela lisura dos procedimentos, pela retidão do comportamento. Portanto, é estranho verificar que agora o Líder do Governo Lula lidere. Certamente para comprovar a lisura dos procedimentos do Governo anterior. Não vejo má-fé no com-

portamento do Senador Romero Jucá. Essa CPI que ele pretende para investigar o Governo passado tem o objetivo de dar um atestado de boa conduta ao Governo do qual foi líder, e não para investigar eventuais irregularidades. De outro lado, é bom lembrar sempre: as contas do Governo passado já foram aprovadas pelo Tribunal de Contas da União.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – V. Ex<sup>a</sup> pensa, com relação ao Senador Romero, como eu penso. O Senador Romero foi grato, foi reconhecido e foi justo com o Governo Fernando Henrique. Ao pedir a extensão até 1998, é evidente que atendeu algum capricho da fúria de algum leão palaciano. Mas sabia de antemão que esse cartão só foi criado em 2001 e que apurar antes é apurar fantasmas. E vai-se ver a lisura.

Não me lembro, Senador Romero, já estou ficando com a memória meio fraca, se V. Ex<sup>a</sup> foi à última viagem que o Presidente Fernando Henrique fez a Nova Iorque. V. Ex<sup>a</sup> foi?

**O Sr. Romero Jucá** (PMDB – RR) – Eu estava trabalhando aqui.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Já para o próximo Governo. Isso foi em dezembro. Fernando Henrique ainda era o Presidente. Estava trabalhando. Tudo bem. Entendi. Mas eu fui. E lá houve um episódio interessante, um almoço. O Presidente estava com o ajudante de ordem. Alguém disse na hora de pagar a conta: “Paga com o corporativo”. Aliás, foi a primeira vez, Senador, que ouvi falar naquilo. E o Presidente Fernando Henrique, mão-de-ferro como é, disse: “Você está doido? Eu nunca usei antes, por que vou usar agora?” E botou todos nós para pagar, fez uma vaquinha. Todos nós pagamos a conta, evidente, menos ele.

De forma que, Sr. Presidente, faça esse registro. E aproveite a presença do meu querido amigo, Senador Romero Jucá, com quem tenho aprendido ao longo da vida, para dizer que acabei de receber uma solicitação de S. Ex<sup>a</sup> para que eu concorde com a tramitação de um documento rasurado de autoria dele. Não fica bem para mim, não fica bem para V. Ex<sup>a</sup>. Não fica bem para a história e para esta Casa que se dê prosseguimento a um documento rasurado, sem nenhuma má-fé, sem nenhuma maldade, sem nenhuma má intenção de V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> foi vítima da pressa. Eu imagino o que são os gritos palacianos querendo solução para um caso que eu não tinha visto na minha vida. Tanta pressa, Senador José Agripino, que se atropelava uma iniciativa da Câmara dos Deputados, que era a proposta da CPI Mista.

Senador Romero Jucá, faça um apelo a V. Ex<sup>a</sup>: vote o requerimento, limpinho, sem rasuras, sem borões, para que nós possamos assinar, para que, daqui

a 50 anos, seus filhos, netos e bisnetos, orgulhosos do autor dessa CPI – que vai mudar a história do País, quero eu crer –, ao lerem, vão ver que não há emendas nem rasuras.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Senador Heráclito Fortes, inspirado por V. Ex<sup>a</sup>, eu gostaria de fazer uma proposta ao Senador Romero Jucá. Vamos redigir juntos um requerimento para a instalação de uma CPI, no Senado Federal, que investigue cartões corporativos desde a sua instituição no Governo Fernando Henrique Cardoso. Mas vamos estabelecer o fato determinado específico, porque abraçar o mundo em matéria de CPI é não desejar esclarecer nada. Por essa razão, se o Líder do Governo aceitar a proposta, nós redigimos juntos um requerimento em que se instalará uma CPI para investigar os cartões corporativos desde o Governo Fernando Cardoso, em 2001, quando foi instituído o cartão.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Finalizo, agradecendo a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, dizendo à Nação e tranquilizando todos mais uma vez: não é foco da nossa investigação quanto gastou a Polícia Federal correndo atrás dos alopados, prendendo alopados em São Paulo, indo para Mato Grosso – trata-se de verba sigilosa; não é foco desta CPI examinar o General Félix com seu grupo institucional de investigação tática de proteção ao Presidente da República. Não. O Governo não tem o direito de desvirtuar os fatos. O que queremos saber é quem se hospedou no Copacabana Palace e o que foi fazer lá. Quem comprou a tapioquinha lá na esquina, o pão quentinho no Baixo Leblon, que é um dos pães mais charmosos do Rio de Janeiro, a carne de primeira, a esteira, para manter a forma física de alguns privilegiados.

Sr. Presidente, tal qual a fábula árabe que contei agora, ou o Governo se explica ou o velho ditado “quando a esmola é grande, o pobre desconfia” vai prevalecer. E esse cartão corporativo vai passar para a história do País como o Bolsa-Família dos apaniguados do Palácio do Planalto.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Adelmir Santana, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.*

*Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.*

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito bem, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Adelmir Santana, ilustre representante do Distrito Federal neste Senado, por permuta com o seu companheiro, o Senador Mão Santa.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

Apenas gostaria de solicitar a palavra, logo após o Senador Aldemir Santana, tanta pela Liderança do Governo quanto pelo art. 14, por ter sido citado, para dar as explicações e fazer os comentários necessários a esse assunto que é tão importante para o País.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – V. Ex<sup>a</sup> falará pelo art. 14, logo em seguida.

**O SR. ADELMIR SANTANA** (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero, inicialmente, elogiar as palavras do nosso Presidente Garibaldi Alves, em sua posse – já estive aqui entre nós –, quando definiu, claramente, a missão do Poder Legislativo, fortalecimento que pediu também das posições desse poder e que já foi largamente comentado por outros oradores, na manhã de hoje e no dia de ontem.

Mas o que me traz a esta tribuna hoje, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é fazer um relato e um comentário a respeito da viagem que fizemos, acompanhando o Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, e alguns de seus Secretários a Washington, para tratarmos da assinatura de um empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e, ao mesmo tempo, no dia seguinte, no dia 31, um contato com o Banco Mundial.

Essa assinatura, no dia 30, com o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento – significa um empréstimo de US\$176 milhões, com uma contrapartida de US\$93 milhões do Governo do Distrito Federal. São recursos que estão destinados ao programa Brasília Integrada.

E quero aqui destacar o esforço do Governo do Distrito Federal ao fazer os ajustes que eram necessários para ter o direito ao aval, por parte da União, nesse empréstimo. Ajustes esses que tiveram, no primeiro momento, características de impopularidade, porque obrigou ao Governador do Distrito Federal reduzir drasticamente a máquina pública do Distrito Federal. Apenas para citar um exemplo, houve a redução de 36 secretarias para 20 secretarias de Estado e a necessidade de demissão de 17 mil servidores que estavam vinculados ao Poder Executivo do Distrito Federal sem o devido concurso público. Isso, naturalmente, no primeiro momento, trouxe a impopularidade do Governo que se instalava.

Mesmo após a eleição e antes de tomar posse, o Governador José Roberto Arruda manteve contatos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, entabulando a realização desse convênio, desse contrato.

E é bom que se destaque aqui a participação do Governo Federal ao exigir do Governo local uma série de medidas de redução de seus custos, que foram prontamente atendidas pelo Governador.

Foi uma luta constante. O Senado teve uma participação efetiva na aprovação desses projetos.

Destaco aqui a participação do Senador Heráclito Fortes como relator dessa proposição na Comissão de Assuntos Econômicos, que foi aprovada por unanimidade naquela comissão, a participação de Líderes: o Líder do Governo, Senador Romero Jucá; o Líder dos Democratas, Senador José Agripino; o Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, e de todos os Senadores, que compreendiam o esforço e a vontade do Governo do Distrito Federal em se fazer habilitado para a assinatura desse acordo.

E o que é essa Brasília integrada? Que projeto é esse? É um projeto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que visa a melhoria do transporte público no Distrito Federal.

E, volto a repetir, isso só foi possível porque o Governador José Roberto Arruda teve a coragem de fazer as reformas, teve a coragem de demitir, teve a coragem de reduzir o tamanho do Estado, para se enquadrar dentro dos princípios exigidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Numa primeira fase, esse projeto de integração, chamado de projeto de melhoria do transporte coletivo de Brasília, que chamamos de Brasília Integrada, vai, naturalmente, modificar sobremaneira o sistema de transporte público no Distrito Federal.

Serão implantados, Sr. Presidente, vários corredores exclusivos para ônibus, com a integração com o metrô e com o transporte de microônibus. Serão ampliadas ruas e avenidas de grande fluxo de veículos, como a Avenida Hélio Prates, em Taguatinga; a EPTG, a Avenida Samdu, a Avenida Comercial, a Avenida Central de Taguatinga, como também a ampliação da Estrada Parque de Indústrias Gráficas, a Estrada Parque do Setor Policial Sul, a ligação de Samambaia com o Setor P-Sul.

Serão instaladas passarelas aéreas e canteiros centrais nas avenidas exclusivas para ônibus, inúmeros, centenas de pontos de ônibus serão instalados, vias marginais, novos retornos, viadutos, ciclovias e terminais de integração. Além disso, também serão reformados terminais já existentes. Será, como disse, uma verdadeira revolução no transporte público do Distrito Federal.

E quero aqui registrar o que disse o presidente do BID, Luís Alberto Moreno: “Para liberação do empréstimo do BID é preciso comprovar a capacidade de executar o projeto e de construir o endividamento. É preciso gastar menos do que arrecada e tornar a administração mais eficiente. Diversos vêm aqui – e quando ele diz “diversos” se referia a governadores do Brasil – pedem, falam muito, mas pouco fazem. Por isso, cumprimento o – e ele dizia isso perante toda a direção do Banco – o Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, por ter cumprido e conseguido tomar decisões difíceis e pela forma como encara os problemas e os resolve”. Foram palavras ditas pelo Presidente do Banco, Luís Alberto Moreno.

Ele também falou da alegria em estar assinando um contrato daquela natureza, isso num decurso de prazo de apenas 13 meses. E a alegria foi externada pelo Presidente do Banco e também pelo Governador do Distrito Federal, que teve a coragem de dizer que já havia ido a Washington como Secretário de Estado, como Presidente de Companhia, como Senador, mas se sentia, naquele dia, extremamente feliz e orgulhoso por estar assinando, como Governador da sua cidade, um contrato daquela natureza.

Mas, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não ficou apenas na assinatura desse contrato. O que me chamou também a atenção foi a disposição da diretoria do Banco, toda a diretoria, que nos convidou para um almoço – o Governador e a figura do Senador que lhes fala –, e a alegria de todos em fazer a assinatura daquele contrato naquele instante, que se refere apenas à primeira etapa do Programa Brasília Integrada, porque, naquela oportunidade, paralelamente à assinatura desse contrato, o Governador já levava projetos novos, que seriam a segunda etapa do Projeto Brasília Integrada.

E aí quero destacar o Projeto VLT – Veículo Leve sobre Trilhos. É intenção do Governador fazer a ligação das avenidas W3 Sul e Norte e uma extensão ao aeroporto e ao estádio para contemplar Brasília com as questões da Copa do Mundo de 2014. E o Projeto VLP – Veículo Leve sobre Pneus, ligando o Eixo Sul, Plano Piloto, Gama, Santa Maria e as cidades do Entorno.

Esses projetos foram recebidos com muita simpatia e desenvoltura. E digo mais, se cumprirmos a nossa obrigação, o Banco fará isso em prazo recorde, porque confiam na figura do Governador do Distrito Federal, que, para nossa honra e alegria, pertence aos Democratas.

**O Sr. José Agripino (DEM – RN)** – Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF)** – Com muito prazer, concedo o aparte ao meu Líder, José Agripino.

**O Sr. José Agripino (DEM – RN)** – Senador Adelmir, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pela prestação de contas que faz da viagem que deve ter feito com o Governador José Roberto Arruda a Washington para assinar, com o Banco Mundial, o empréstimo que votamos aqui nesta Casa ao apagar das luzes de 2007, e que destina um bom volume de recursos para provisão de infra-estrutura no Distrito Federal. Mas eu gostaria de fazer um registro especial. O Governador José Roberto Arruda, que é dos quadros do nosso Partido, é um homem, acima de tudo, de muita coragem política, porque ele ousou cortar despesa permanente. Ele cortou na carne e deve ter sentido muita dor ao ser obrigado a fechar órgãos, a demitir pessoas, a cortar despesas permanentes que impedem o processo de investimento em coisas quem vêm para multiplicar, ou seja, que são feitas para propiciar crescimento. Isso é infra-estrutura. O Governador José Roberto Arruda resolveu sacrificar a própria popularidade em benefício do futuro do Distrito Federal: poupar a despesa permanente hoje, amanhã e sempre, cortar essas despesas com desgaste político e social para abrir um espaço para disponibilidades, para investimentos. E, nesse espaço, ele incluiu um pedido de empréstimo que será pago com a poupança que ele terá feito com os cortes de despesas que ele já objetivou. Só que esse empréstimo vem para jogar Brasília para o ano 2020, 2030, 2040, com obras que não seriam realizadas porque o orçamento próprio de Brasília não dispõe, não enseja. Então, com o registro que faço, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento que apresenta à Casa, ao Senado, e apresentar mais do que isso, por meio de V. Ex<sup>a</sup>, meus cumprimentos efusivos ao desempenho do Governador de Brasília, José Roberto Arruda, que está fazendo – repito – um governo corajoso, mas, tenho certeza, vai ser reconhecido por ricos e, principalmente, pelos pobres do futuro, porque ele está sacrificando a própria popularidade em benefício da geração de empregos no futuro de Brasília. Cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup> e ao Governador.

**O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF)** – Muito obrigado, Senador.

Quero dizer que a minha ida a Washington foi exatamente por convite do Governador e uma deferência pela luta que tivemos aqui, no Senado, como já tive oportunidade de destacar, com a participação de V. Ex<sup>a</sup>, de outros Líderes – do Líder Jucá e do Líder Arthur Virgílio – e de todos os Senadores – do Senador Heráclito Fortes, como Relator na Comissão de Assuntos Econômicos –, para aprovarmos esses empréstimos em caráter de urgência e, realmente, no apagar das luzes.

Mas não ficamos apenas nisso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores. No dia seguinte, o Governador faz uma visita ao Banco Mundial e é recebido pela representação do Banco Mundial em almoço, com vários técnicos. Naquela oportunidade, fica acertada a liberação de US\$190 milhões, sendo US\$60 milhões ainda este ano para outros projetos. E esses recursos vão especificamente para obras de saneamento, que chamamos, aqui em Brasília, de Projeto Brasília Sustentável, que está em pleno desenvolvimento. E esta será a segunda etapa deste projeto, porque a primeira etapa, como eu disse, encontra-se em desenvolvimento.

Esses recursos virão de uma linha de crédito chamada Swap, que é o Projeto de Abordagem Setorial Amplo, com o qual serão beneficiadas regiões de baixo poder econômico, como a Vila São José, em Brazlândia, a Cidade Estrutural, Águas Lindas, que pertence a Goiás, tudo isso tentando colocar Brasília, efetivamente, como uma cidade sustentável.

Concedo o aparte ao Senador Romero Jucá; em seguida, ao Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Romero Jucá** (PMDB – RR) – Senador Adelmir Santana, ao dar este aparte, quero parabenizar o Governador José Roberto Arruda, nosso companheiro e amigo, dizer da importância desse Programa Integrado de Transporte para o Distrito Federal, registrar a presteza do Senado no sentido de aprovar, em caráter de urgência, a autorização para o financiamento. Mas também quero registrar, por uma questão de justiça, a posição do Governo Federal, que mudou a regra de aval para empréstimos internacionais para atender ao GDF, portanto a um Governador de partido de Oposição. Mudamos a regra – V. Ex<sup>a</sup> é testemunha disso – senão, mesmo com a aprovação do empréstimo feito aqui, no Senado, o Governo do GDF não poderia assinar o contrato de empréstimo. Mudamos o entendimento – V. Ex<sup>a</sup> é testemunha da ação realizada pelo Governo Federal por meu intermédio –, bancamos a mudança e, graças a Deus, o Governador José Roberto Arruda e V. Ex<sup>a</sup> puderam acompanhar a assinatura desse contrato em Brasília. Portanto, trata-se de uma ação conjunta da classe política, do Senado brasileiro, e o Governador Arruda, que tem toda a nossa admiração e toda a nossa amizade, está de parabéns, principalmente a população do GDF, porque ela será a receptora desse investimento, que é fundamental nas grandes cidades, para fornecer o melhor sistema de transporte para toda a população.

**O SR. ADELMIR SANTANA** (DEM – DF) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Quero fazer justiça, porque, de fato, fizemos essas alterações, e V. Ex<sup>a</sup> – eu o disse desde o início – teve participação efetiva nesse processo, como todos os

demais Líderes e os demais Senadores. E o Governador Arruda, quando da assinatura do contrato, fez questão de destacar a participação do Governo brasileiro e fez referências ao Presidente Lula, ao Ministro Mantega e a vários Ministros do Governo que tiveram participação nesse processo.

Quero me congratular com o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, incorporá-lo ao meu discurso e dizer que é verdade: o Senado, efetivamente, participou e deu sua contribuição, reformulando a legislação para receber o empréstimo.

Concedo um aparte ao Senador Heráclito e, em seguida, ao Senador Alvaro Dias.

**O Sr. Heráclito Fortes** (DEM – PI) – Senador Adelmir, V. Ex<sup>a</sup> faz um pronunciamento em que retrata uma luta indormida, comandada pelo Governador Arruda, para a liberação desse empréstimo; luta essa em que V. Ex<sup>a</sup> e o nosso ex-colega Paulo Octávio tiveram uma participação importante. Eu gostaria apenas, por dever de justiça, de dizer que minha participação deveu-se à agilidade com que o Líder José Agripino participou dessa questão. Ou se aprovava naquele momento, ou teríamos grande dificuldade. V. Ex<sup>a</sup> sabe disso. Eu estava na comissão quando o Líder Agripino me telefona e me diz: “Tenho uma missão para você. Agora, não posso, tenho outro compromisso e gostaria que você relatasse a matéria”. Então, eu gostaria de dizer que o mérito maior é do Líder José Agripino, que fez isso, primeiro, pela admiração que tem pelo Governador Arruda, mas também pelo amor que temos a Brasília. Brasília – talvez ao Senador José Agripino represente menos – é o lugar onde minhas filhas nasceram, minha vida majoritariamente é brasiliense, e todos temos um dever para com esta cidade. Ficamos empolgados quando vemos o Arruda nos incomodando, em Brasília, com obras atrás de obras, engarrafamentos, mas é o tipo de transtorno agradável, porque sabemos que, logo em seguida, vem a melhoria. Daí por que tenho certeza de que esse recurso, se bem aplicado – e será –, vai transformar o sistema viário da nossa Capital, facilitando os transportes, que é o calcanhar-de-aquiles de todas as capitais brasileiras. Brasília sofre menos que os outros Estados, mas sofre também. Esse recurso, tenho certeza, irá – e muito – atender aos brasilienses. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> e peço que faça chegar ao Governador Arruda meus votos de que continue sempre com essa determinação em defesa do povo da Capital Federal. Muito obrigado.

**O SR. ADELMIR SANTANA** (DEM – DF) – Nós que agradecemos, Senador, sua participação na luta por esse empréstimo. Temos também em V. Ex<sup>a</sup> um dos representantes do Distrito Federal.

Peço-lhe mais um pouco de tempo, Sr. Presidente, para conceder um aparte ao Senador Alvaro Dias e para concluir em seguida.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Senador Adelmir, aproveito o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> para registrar também aplausos ao Governador Arruda pela moderna administração que empreende em Brasília, pelo conceito de modernidade e, sobretudo, pelo primeiro ato, o ato da escolha. Esse quero enaltecer. O Governador Arruda não fez barganha, compôs, elegendo os critérios fundamentais, para que o Governo fosse eficiente, competente; deu prioridade aos critérios da probidade e da competência administrativa, à qualificação técnica na composição dos quadros administrativos. Não instalou um balcão de negócios para oferecer a esse ou àquele partido esse ou aquele espaço. Escolheu em função, sobretudo, da competência. É por essa razão que realiza um grande governo. Meus parabéns ao Governador Arruda, a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Adelmir, que o representa aqui muito bem, e a toda a equipe do Governador de Brasília.

**O SR. ADELMIR SANTANA** (DEM – DF) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Para concluir, Sr. Presidente, quanto a esse empréstimo a que fiz referência, o Projeto Swap, Projeto de Abordagem Setorial Ampla, a exigência do Banco Mundial é que o Governo do Distrito Federal melhore sensivelmente os indicadores da Educação básica, melhore os indicadores da Saúde e os indicadores ligados ao Transporte. Ora, uma coisa complementa a outra. Ao fazermos a implantação do Projeto Brasília Integrada, de transporte – e fiz referência ao tema no início do meu discurso –, já estaremos atendendo à exigência do Banco Mundial para a concessão desse empréstimo.

Sr. Presidente, lembrando as palavras do Presidente Moreno, do Banco Interamericano, uma questão também nos chamou atenção quando almoçávamos com os membros da diretoria executiva do Banco Mundial, em presença dos representantes do Brasil naquele Banco. Tivemos oportunidade de ouvir dos técnicos que almoçavam conosco – e não foram os brasileiros – que, numa reunião da Diretoria do Banco Mundial, consideraram o Governo José Roberto Arruda – portanto, o Governo do Distrito Federal – como o Governo mais reformista do Brasil. Isso nos deixou sensivelmente orgulhosos, porque estamos certos de que a ação do Governo Arruda caminha na direção correta, na direção que nos abrirá espaço para novos empréstimos, não apenas no Banco Interamericano, mas também no Banco Mundial.

É preciso que busquemos também rever, inclusive, os índices de endividamento, que, hoje, no Dis-

trito Federal, situam-se em torno de 22%. O Banco Mundial aceita que o índice de endividamento chegue a até 200%, mas é necessário que se façam alterações de comportamento dentro da nossa legislação brasileira.

Eu queria, por último, Sr. Presidente, destacar aqui que se faziam presentes na comitiva do Governador, além do Senador que vos fala, o Secretário Ricardo Penna, do Planejamento, o Secretário dos Transportes, Alberto Fraga, e outros membros da equipe de S. Ex<sup>as</sup>, que realizaram um trabalho destacado, um trabalho importante não apenas no encaminhamento desses projetos, mas nas explanações feitas às autoridades presentes.

Congratulo-me, portanto, com o Governador pelos feitos ocorridos nos dias 30 e 31 e agradeço, em nome do Governador do Distrito Federal, a participação do Senado, a participação do Governo do Distrito Federal e da do Governo Federal pela concessão e pela abertura que foi possível, para que pudéssemos assinar esse contrato em Washington.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Adelmir, seu entusiasmo contagiou todos nós. Nós, vindos de outros Estados, que passamos boa parte do tempo em Brasília, fazemos votos para que tudo isso que V. Ex<sup>a</sup> hoje anuncia e prenuncia se converta de fato numa realidade bonita, porque o povo do Distrito Federal merece exatamente isso.

Parabéns pelo seu discurso.

Concedo a palavra ao Líder Romero Jucá, que a requereu pelo art. 14.

Em seguida, falará o eminente Líder José Agripino, que já estava inscrito.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Com toda curiosidade, eu só queria saber, porque estou tonto com este negócio: esse cartão corporativo é a maior molecagem na história política do mundo! Fui Governador de Estado, fui Prefeito. O ajudante de ordem tem cartão para o Governador pagar umas contas. Mas onze mil?

Agora, eu só queria fazer uma pergunta. Se há alguém que mereça, por suar a camisa, por inteligência, por competência, é o Senador Romero Jucá.

Quero saber se V. Ex<sup>a</sup> está no meio desses onze mil. Tem cartão corporativo?

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Não tenho, não.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Sr. Presidente.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Ah, então é uma injustiça.

Ó, Luiz Inácio, isso é uma injustiça. Quem merecia era Romero Jucá. Isso é uma indignidade. Eu tremo de indignação!

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Vamos permitir que o Senador Romero Jucá inicie o seu pronunciamento.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Sr. Presidente, antes, evidentemente com a permissão do Senador Romero Jucá e de V. Ex<sup>a</sup>,...

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Até porque S. Ex<sup>a</sup> não poderá ser apartadoo.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – V. Ex<sup>a</sup> concedeu a palavra ao Senador Romero Jucá baseado no art. 14.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Eu solicitei.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Não, S. Ex<sup>a</sup> solicitou.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Sim. Fiquei com a curiosidade de saber quem ofendeu o Senador Romero Jucá, qual a justificativa do art. 14. Acho justo, apenas tenho a curiosidade de saber o que levou S. Ex<sup>a</sup> a invocar o art. 14.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Segundo a competente Dr<sup>a</sup> Cláudia nos informa, o Regimento se refere a quando o Parlamentar for citado. Não fala em ofensa.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Não, não, eu sei, é claro. Eu sei. Quero saber apenas por que e em que circunstância.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, posso responder.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Vamos deixar, então, que o Senador Romero Jucá responda essa e outras indagações.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Não, Sr. Presidente. Estamos indo ao contrário. Quando um Senador solicita o art. 14, faz a justificativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Mas S. Ex<sup>a</sup> vai fazê-lo.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Já na tribuna?

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – S. Ex<sup>a</sup> vai fazê-lo da tribuna. Vamos permitir que S. Ex<sup>a</sup> o faça.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Em seguida, falará o Líder do DEM, Senador José Agripino.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Como eu era o orador quando S. Ex<sup>a</sup> chegou aqui, se eu o ofendi, quero pedir perdão antecipadamente.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Não, não, de forma alguma.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Não sei o que fiz, mas me perdoe, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Este Plenário é testemunha de que não houve absolutamente nenhuma ofensa, Senador Heráclito Fortes.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, primeiro, quero registrar que pedi a palavra tanto como Líder do Governo – porque acho que, como Líder do Governo e também como autor do pedido da CPI, preciso fazer alguns posicionamentos – como pelo art. 14, porque talvez o Senador Heráclito não tenha notado mas ele mencionou que rasurei o pedido de CPI. Como entendo que não rasurei o pedido de CPI, quero dar as explicações necessárias, para que não paire nenhuma dúvida, mas não tomo isso como ofensa do Senador Heráclito ou de qualquer Senador ou Senadora desta Casa.

Estamos aqui para o embate político e tenho procurado fazer o embate político, nesta Casa, com muito respeito e muita responsabilidade. O Senado da República, a Casa mais alta do País, tem a obrigação de se debruçar sobre questões importantes e, hoje, uma das questões importantes, na mídia brasileira e na cobrança da sociedade brasileira, são os gastos com adiantamento de saques, ora por adiantamento de recursos em cheque, ora em cartões de pagamento.

Portanto, quero registrar o meu posicionamento quanto a essa questão com muita tranquilidade e quero contar com a benevolência do Presidente, porque, se alguém quiser fazer algum aparte, estarei à disposição para responder, porque essa questão não pode ficar sem resposta.

Primeiro, quero registrar por que pedi a CPI dos cartões ou da tapioca, como alguns a estão chamando. Pedi-a porque foi o assunto que permeou a sociedade no período anterior ao início dos trabalhos legislativos. Na verdade, no início do ano, no período, principalmente, de carnaval, esse foi o grande tema, que levou, inclusive, ao pedido de saída de uma Ministra de Estado. Portanto, algo extremamente relevante.

Os desdobramentos dessas matérias começaram a dar a impressão de que o Governo do Presidente Lula, e pessoalmente o Presidente, teria a intenção de jogar para debaixo do tapete, ou de esconder ou

de não permitir que se verificasse se há algum tipo de equívoco ou de erro nesses pagamentos.

Há muitas matérias de jornais. Está, aqui, uma delas: “Planalto reage para tentar barrar CPI”. Outros jornais escreveram: “Estão entregando cargo ao PMDB para tentar barrar a CPI”. Então, resolvi, como Líder do Governo, defender, dentro do Governo, que o Governo bancasse a CPI. Por quê? Porque acho que temos questões relevantes a discutir.

Não queremos culpar ninguém, não. A culpa de alguém pode ser a consequência da investigação, mas existem temas importantes. Primeiro: a questão do sigilo. O que deve e o que não deve ser sigiloso nessas despesas de adiantamento, de suprimento de fundos, de cartões de pagamento? Está, aqui, a manchete do **Correio Braziliense**: “Magistrados contra o sigilo de cartões”. É um tema para se discutir. Como vamos tratar isso?

O que eu fiz? Apresentei um requerimento baseado, é claro, como fato determinado, nas denúncias que surgiram na imprensa ou nas informações que surgiram na imprensa nos últimos dias, mas fiz um requerimento querendo discutir com seriedade e com profundidade essa questão. O meu requerimento não nomeia, especificamente, ninguém.

Quero dar um testemunho. Aqui, foi dito pelo Senador Alvaro Dias que eu fui Líder do Governo Fernando Henrique. Fui Líder do Governo Fernando Henrique e não tenho dúvida alguma sobre a seriedade do Presidente Fernando Henrique, sobre a seriedade do Vice-Presidente Marco Maciel, sobre a seriedade do Presidente Lula, sobre a seriedade do Vice-Presidente José Alencar.

Não me passa pela cabeça que essas autoridades republicanas mandaram alguém pegar um cartão ou um adiantamento de suprimento de fundos e gastar de forma errada. Não é essa a discussão. Agora, não vou aceitar, como Líder do Governo, que venham querer imputar ao Presidente da República uma ação que, efetivamente, não é do Presidente da República. O Presidente da República não tem cartão. Não há suprimento de fundos em nome do Presidente da República. O Presidente da República é o Chefe de Estado da sexta economia do mundo, que nós devemos respeitar e discutir com seriedade. Foi isso que eu propus, aqui, no meu pedido de CPI.

O que diz o meu pedido de CPI?

Considerando os fatos noticiados pela imprensa referentes aos gastos de suprimento de fundos, incluídas as contas bancárias destinadas à sua movimentação – contas tipo B – e os denominados cartões de pagamento e sua utilização em despesas eventuais e,

também, saques em espécie; considerando a necessidade de verificar a efetividade dos instrumentos de transparência dos gastos públicos da União; considerando a necessidade de aperfeiçoar a legislação que regulamenta os gastos públicos de suprimento de fundos, incluindo as contas bancárias destinadas à sua movimentação – contas tipo B – e os denominados cartões de pagamentos, vimos por meio deste requerer [...]

Aí, vem o pedido da CPI. Esse o meu pedido.

Por que pedi os últimos dez anos? Porque eu não quero discutir, nessa CPI, a personificação de alguém. Eu pedi uma série histórica dos últimos dez anos para discutirmos, efetivamente, o que precisa ser investigado e normatizado, que é o quê? O gasto público. Como se dá esse gasto público? Hoje, esse gasto público se dá com adiantamentos, na maioria, em cartão de pagamento. Como se dava antes esse gasto público do cartão, que foi criado, e bem criado, em 2001, pelo Presidente Fernando Henrique? Dava-se por meio de adiantamentos de saques para servidores fazerem as mesmas despesas que são feitas com cartão.

O cartão foi uma evolução na forma, no instrumento de pagamento, no aporte e no rastreamento dos recursos, porque, no passado, tirava-se um adiantamento de R\$20 mil em nome de um servidor, ia-se ao banco, sacava-se o cheque, botava-se o dinheiro no bolso e gastava-se com o que quisesse. Depois, pegavam-se as notas e prestava-se conta. Assim era feito antes do cartão.

Depois do cartão, o cartão apresentado vem na fatura e é rastreado. E o Governo, que quer transparência, criou o Portal da Transparência, onde as despesas estão publicadas. Então, o Governo não tem o que esconder. Não temos medo de CPI, não temos compromisso com o erro. Se alguém utilizou de forma equivocada o cartão, que responda pelo equívoco, agora, não me venham querer imputar ao Presidente da República esse tipo de gasto, pelo amor de Deus. Aí, é brincadeira.

Se quisermos fazer uma análise e um estudo sério dessa questão, vamos estudar uma série histórica, ver como se comportaram as despesas ao longo desses dez anos e, a partir dessa análise, verificar com tranquilidade, com sobriedade, que tipo de despesa deve se sigilosa ou não, que tipo de despesa deve estar no portal ou não, que tipo de despesa deve ser feita ou não, quem cometeu equívocos, quem tem de devolver dinheiro. Isso será consequência de um estudo feito com seriedade e é isso o que queremos.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senador?

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Concederei o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Alvaro Dias, após terminar meu raciocínio.

A idéia não é acusar o Governo Fernando Henrique ou acusar o Governo Lula.

Quem faz esse tipo de despesa? São os servidores públicos.

Fala-se da questão da segurança. Será que os agentes de segurança do atual Governo do Presidente Lula, na sua grande maioria, não eram os agentes de segurança do Governo Fernando Henrique? Será que mudaram? Os gastos dos Ministérios mudaram?

Qual foi a empresa que mais sacou, que mais usou recursos em espécie no ano de 2007? Qual foi a empresa que mais sacou? Alguém sabe? Vou dizer: foi o IBGE. Por que foi o IBGE quem mais sacou em espécie – R\$ 35 milhões? Foi para fazer uma farra? Não. Foi para fazer o censo agropecuário, para fazer o censo das pequenas e médias cidades, porque este Brasil é muito grande, e no interior do Brasil não se aceita cartão, e é pulverizado o trabalho feito pelos pesquisadores.

Então, vamos olhar com seriedade. Agora, se há equívocos, vamos punir quem os fez.

Volto a dizer: o Governo do Presidente Lula não tem compromisso com o erro, como entendo que o Governo do Presidente Fernando Henrique não teria também compromisso com o erro. Convivi com o Presidente Fernando Henrique e com o Vice-Presidente Marco Maciel e posso atestar isso. Conheço os dois pessoalmente; respeito a ambos. Não viria aqui tentar jogar pedra para trás. Venho, aqui, com responsabilidade, para analisar a série histórica. É por isso que eu pedi os dez anos. E não entendo por que esse *frisson*; não entendo por que esse *frisson*. Talvez seja por que não foi a Oposição que pediu a CPI, foi a Base do Governo, foi o Líder do Governo. Será que há alguma jogada? Não há jogada alguma. A jogada é a análise. A jogada é a nova normatização. A jogada é a padronização necessária dos gastos públicos. É isso que temos de discutir; e é isso que quero discutir na CPI.

Uma outra questão, antes de conceder os apartes, é sobre o requerimento. Apresentei um requerimento. E, ontem, a Dr<sup>a</sup> Cláudia, a Mesa do Senado, informou-me que eu precisava complementar os dados, por que, no requerimento, não constava o número de membros e não constava o prazo da CPI. Fiz a complementação à mão – não fiz rasuras –, acrescentei informações. Mandei uma correspondência para cada Senador e cada Senadora que assinaram a CPI, pedindo autorização para fazer isso. E já tive a confirmação de 22 Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que a autorizaram.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Não estou colocando nessa conta, na dos 22 Parlamentares, os participantes do Democratas e os do PSDB. Não os estou colocando. Respeito se os Senadores do Democratas e os do PSDB quiserem retirar a assinatura da CPI. Vou achar estranho, mas vou respeitar. Estamos numa democracia. Se quiserem retirar... Já estamos com 22 assinaturas confirmadas, na segunda-feira apresento novamente com 27, com a Base do Governo, pedindo a CPI. Sem problema. Não é isso que irá barrar a investigação. Não é isso.

Aí vão dizer: “Por que no Senado e não na Câmara?” Ora, onde existe a maior correlação de igualdade de forças políticas partidárias? Onde? Na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal? É no Senado Federal. Se estivesse pedindo CPI na Câmara poderiam dizer: “Não, porque lá são três a um, a vantagem é do Governo”. Não. Aqui é um a um. É olho no olho; duelo ao pôr-do-sol. Vamos discutir em igualdade.

Defendi, publicamente, na imprensa, que o presidente da comissão seja de um grupo político e o relator de outro, que seja partilhado com a Oposição o comando da CPI, como tenho defendido na CPI das ONGs, e o Senador Heráclito Fortes é testemunha disso. Por que defendo assim? Porque é importante, para que possamos fazer um trabalho desse em harmonia, para que haja interação entre Base e Oposição, que haja seriedade e serenidade, termos que, penso, devem ficar muito em voga agora nesse processo de investigação. O ataque fácil, a acusação fácil, penso que devem ser colocados de lado. Rebaterei todos elas, mas com muita tranquilidade.

Portanto, quero registrar, Sr. Presidente, que, na segunda-feira, estarei entregando, novamente, com um complemento, feito a mão, da forma como fiz, porque não está errado. Vinte e dois Senadores já a autorizaram, e 27 ou mais assinarão esta CPI. E é claro que voltarei a falar com as Sr<sup>as</sup> e com os Srs. Senadores, respeitando a orientação do Líder do Partido do Democratas, Senador José Agripino, e Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio. Mantive alguns contatos com Senadores do Democratas e os do PSDB, que deram-me autorização e eu a retirei, não a coloquei, para não colocar em xeque perante as suas Lideranças. A idéia é não expor ninguém, nem fazer jogada suja com quem quer que seja. Queremos trabalhar aqui com seriedade e, volto a dizer, com serenidade.

Acho que é importante que seja instalada esta CPI para criarmos um novo padrão de gasto público. Vamos discutir: o que é despesa secreta? Tudo bem. O que deve ser sigiloso? Agente de segurança, agente secreto deve estar com CPF no Portal? É uma piada, mas vamos pôr se a decisão legal for essa. É pior do

que a piada do português que tem cartão de visita de agente secreto. Nós vamos botar no Portal da Transparência toda a movimentação secreta do Governo, da segurança do Presidente. É isso que se quer? Como se gasta nos Estados?

Hoje, a imprensa noticia que o Governo de São Paulo gastou mais de R\$100 milhões com pagamentos de pronto pagamento, adiantamentos. Será que o Governador José Serra não é uma pessoa séria? Não. Eu atesto o Governador José Serra, meu amigo, como uma pessoa séria. Agora, o Governo de São Paulo gastou R\$100 milhões, enquanto que o Governo brasileiro gastou R\$170. Proporcionalmente,... Nós tivemos o Pan, estou aqui com a série histórica de gastos, e é por isso que fiz a junção das despesas de pronto pagamento e dos cartões de pagamento, porque uma coisa foi substituindo a outra. Então, não venham dizer: “Não, vamos analisar só os cartões de pagamento”. Os cartões de pagamento eram a forma de dar adiantamento. Como era a forma de dar adiantamento antes do cartão de pagamento? Dinheiro vivo. Dinheiro vivo na mão do cidadão, que ia e pagava as despesas e apresentava a conta do jeito que queria, e não ia para o Portal da Transparência não; ia para a contabilidade e ficava lá. Houve um avanço. O avanço é suficiente? Pode ser que não, pode ser que não. Então, vamos criar uma norma, até porque a norma não é para o atual Governo; será para os futuros governos, é para a sociedade brasileira, para o dinheiro público.

Agora, está aqui um dado relevante: em 2001, cartão de pagamento: zero; conta tipo B, adiantamento em dinheiro: R\$213 milhões.

Em 2002 – quando foi implantado o cartão, começou a funcionar –, cartão de pagamentos: R\$3,6 milhões; conta tipo B, em dinheiro: R\$229 milhões; mais do que o ano de 2001.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Em 2003, Governo Lula, cartão de pagamento: R\$8,8 milhões; adiantamento em dinheiro, conta B: R\$136 milhões. Ou seja, caiu o valor total de pronto pagamento de 2002 de R\$233 milhões para R\$145 milhões.

Em 2004: R\$13 milhões em cartão de pagamento; R\$132 milhões em conta de adiantamento. Valor total: R\$145 milhões, igual a 2003.

Em 2005: R\$20 milhões em cartão de pagamento; R\$104 milhões em pronto pagamento, através de dinheiro em espécie. Total do gasto do pronto pagamento: R\$125 milhões; menos do quem em 2004.

Em 2006, cartão de pagamento: R\$34 milhões; conta tipo B, adiantamento, R\$92 milhões. Total: R\$127 milhões.

Em 2007, cartão de pagamento: R\$78 milhões; pronto pagamento em espécie, R\$99 milhões. Valor total: R\$177 milhões. Cresceu, em 2007, de R\$127 para R\$177 milhões, por conta do censo agropecuário, do censo das pequenas cidades e do Pan, despesas que estão configuradas e que a CPI vai poder analisar.

Portanto, é preciso fazer um análise da despesa como um todo. Não é só cartão de pagamento. O cartão de pagamento é a forma de repassar o dinheiro. O que temos de discutir não é a forma, não é o sofá da sala, e sim o gasto. Quanto se gastou e em que se gastou, que tipo de gasto equivocado está sendo feito para que se possa punir.

Essa a intenção do Governo, é a minha intenção pessoalmente. Todos aqui sabem do respeito com que trato a Oposição, da seriedade com que trato as questões do Governo. Portanto, esta é a posição que estamos defendendo, com muita tranqüilidade.

Concedo o aparte ao Senador Alvaro Dias.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Senador Romero Jucá, vou aparteá-lo, mas peço já ao Senador Mão Santa que me inscreva como Líder do PSDB, para poder responder, de forma mais completa, ao importante discurso do Líder do Governo. Sei que o Senador José Agripino também falará em seguida e, logo após, peço ao Senador Mão Santa que me inscreva. Mas Senador, creio ser necessário aparteá-lo para que V. Ex<sup>a</sup> tenha a oportunidade de responder de pronto. Há duas discordâncias essenciais em relação ao que prega V. Ex<sup>a</sup> da tribuna na manhã de hoje. V. Ex<sup>a</sup> diz: “O Presidente da República não tem responsabilidade pelos cartões corporativos”. Eu penso diferente: tem. Sobretudo...

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Então, o Presidente Fernando Henrique também tem sobre os adiantamentos?

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Também. Também. Em relação à Presidência da República.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Quer dizer que o PSDB, de certa forma,...

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – O Presidente Lula...

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – ... diz que o Presidente Fernando Henrique tem responsabilidade. É uma visão...

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – O Presidente Lula... Deixe-me falar, Senador Romero Jucá. Quero falar um pouco.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Pois não.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – O discurso de V. Ex<sup>a</sup> foi ouvido com muita atenção. O Presidente da República tem inteira responsabilidade sobre os car-

tões corporativos utilizados na esfera da Presidência da República. São 150 cartões corporativos. Olha o que diz o jornalista Eduardo Schneider, do Paraná – não é do PSDB –:

A má-fé do Governo Lula transborda em todos os seus atos. Essa decisão de tirar o cartão corporativo dos ministros, mas permitir que seus assessores os usem, foi concebida para permitir que o primeiro escalão continue a delinquir, mas sem arcar com as consequências de suas delinquências.

Não estou dizendo que o Presidente da República está delinquindo. Estou dizendo, Senador Romero Jucá, que ele é responsável, sim, por todas as despesas feitas com o cartão corporativo na esfera da Presidência da República. E há outra discordância: não tem ele o direito de manter sob sigilo essas despesas. O Ministro Marco Aurélio já disse, taxativamente,...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Mais um minuto, Senador Mão Santa. Não há dispositivo constitucional que autorize esse sigilo. É dinheiro público, prestação de contas. Não havendo prestação de contas, suposição de desonestidade. Esse é o outro ponto de discordância com V. Ex<sup>a</sup>. Em relação à CPI, não vejo problemas que se investigue o Governo anterior, se V. Ex<sup>a</sup> deseja. Não satisfeito com o que pôde conhecer como Líder daquele Governo, deseja uma CPI para investigá-lo agora, anos depois. Se irregularidades existissem, CPI deveria ter sido instalada à época, não agora. O que vejo com essa amplitude que se deseja dar a essa CPI é o objetivo de semear confusão para evitar investigação. Ou seja, como se diz popularmente no Brasil, o que se deseja é uma grande pizza, e não uma investigação rigorosa sobre fatos do presente, fatos determinados, pontuais e específicos, que devem ser alinhados para que uma CPI se coloque de forma técnica e política correta. A indagação que faço para acreditar na boa intenção de V. Ex<sup>a</sup> é se a Presidência da República abrirá a caixa-preta dos cartões corporativos na sua esfera; se os documentos que comprovam as despesas da Presidência da República serão entregues à CPI. Aliás, estranho a afirmação da Ministra Dilma Rousseff, que diz que o Governo não entregará esses documentos à CPI. Mas a CPI tem poderes para quebrar sigilo. Então, não entendo como possa a Ministra se colocar acima de um instrumento legal que é fundamental no processo de fiscalização, responsabilidade precípua do Poder Legislativo. A CPI tem sim poderes para quebrar sigilo da caixa-preta onde se guardam os

segredos dos cartões corporativos da Presidência da República. Se V. Ex<sup>a</sup> assumir o compromisso de que a CPI terá acesso a esses documentos, assinamos prontamente, outra vez o pedido de instalação da CPI que, aliás, já assinei. Assinaremos todos da Oposição, certamente se V. Ex<sup>a</sup> assumir o compromisso de que os documentos da Presidência da República serão revelados à CPI.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Bom, Senador Alvaro Dias, as colocações de V. Ex<sup>a</sup> merecem alguns comentários.

Primeiro, a questão de ministro não ter cartão. O Governo tomou essa decisão para que o portador do cartão não seja o responsável pela execução da despesa para ele mesmo. Para mim, uma decisão acertada do Governo. Por quê? Porque se é um funcionário que vai fazer a despesa, esse funcionário será mais um instrumento de checagem e de fiscalização para que não se cometa nenhum tipo de irregularidade. Trata-se de um aprimoramento do funcionamento do cartão de pagamento. Não vejo isso como algo negativo, mas como algo positivo.

Depois, a questão da despesa secreta. Vamos discutir. A Polícia Federal tem de dizer o que está fazendo, quais são os informantes que está pagando? A Abin tem de dizer que tipo de proteção está dando, qual é o endereço de suas bases secretas? Se essa for uma decisão....

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Para a CPI, Senador Romero Jucá...

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Se essa for uma decisão do Congresso, nós vamos fazer uma legislação complementar definindo isso. Vai virar piada, mas cada um vota da forma como entender. Nós vamos ter os agentes secretos na Internet. Espero que cada um mande uma foto mais bonitinha, que é para sair simpático, para que seja identificado de forma melhor.

É esse tipo de questão que temos de discutir na CPI, com muita tranquilidade.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> sabe que não é isso.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – É isso. V. Ex<sup>a</sup> falou em despesa secreta, que nenhuma despesa pode ser secreta, porque é com dinheiro público.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – As despesas...

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – O dinheiro gasto pela Polícia Federal não é dinheiro público? Nos Estados Unidos, a CIA coloca em seu Portal de Transparência os agentes? O FBI, as operações contra terrorismo? Pelo amor de Deus.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Senador Romero Jucá, essa é uma instituição que tem acesso a documentos secretos. Eu estou me referindo ao Senado Federal.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – E a Presidência da República não tem acesso? A Polícia Federal não têm acesso a documentos secretos?

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Eu estou me referindo ao Senado Federal. O Governo nega ao Senado Federal essas informações.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Eu vou chegar lá.

**O Sr. Heráclito Fortes** (DEM – PI) – Cuba “bota” as despesas?

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Não sei. Provavelmente, não.

**O Sr. Heráclito Fortes** (DEM – PI) – Muito obrigado.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – E ainda dá cacofonia...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, por favor.

A idéia não é investigar o Governo passado. Eu disse aqui muito claramente, e a Oposição teima em distorcer. Eu quero criar uma análise de padrão de gastos. Eu quero saber, por exemplo, como seguranças da Presidência da República, independente de quem seja, se alimentam. Como fazem? Churrascaria foi só agora ou não? Se foi só agora, está errado; se era um padrão do funcionalismo público, vamos criar um limite. Vamos discutir um padrão da série histórica, não vamos querer personalizar. Eu não vou aceitar agora que digam que o Governo do PT, o Governo do Presidente Lula faz isso. Não. Calma. São servidores públicos que estavam aí antes de o Presidente chegar, provavelmente continuarão depois que o Presidente sair. Existe um tipo de procedimento de gasto público. Se esse gasto é coerente ou não, vamos discutir. Eu quero discutir. Mas quero discutir na série histórica. Não quero discutir personificando, politicando e eleitoralizando um debate em um ano de eleição. Para cima de mim não. Vamos discutir. Estou muito tranqüilo, porque fui ministro de governo e não tive cartão corporativo. Estou muito tranqüilo. Vamos discutir o que precisar discutir, com muita tranqüilidade, Senador Alvaro Dias.

O Governo vai cumprir a legislação. Se a legislação manda entregar qualquer informação, vamos discutir o que houver dentro da legislação. Temos de fazer uma CPI com tranqüilidade; do contrário, vira briga política, vira briga de rua. E essa não é a idéia, não vai agregar nada. Certo? Jogar lama para lá e para

cá não vai agregar um milímetro ao controle e melhoria dos gastos públicos. Não vai. O que vai agregar é tranqüilidade, responsabilidade, serenidade e, mais do que tudo, trabalho para identificar as questões e o tipo de desvio que é possível haver, para se fechar a porta a ele. É isso o que temos de fazer. Então, essa é a posição. Não sei se alguém gostaria de fazer mais um aparte, se o Senador Heráclito Fortes ou o Senador Alvaro Dias gostariam de falar...

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Senador Romero Jucá, a Oposição, especialmente o PSDB, já pleiteou. O próprio Senador Arthur Virgílio, que foi membro do Governo Fernando Henrique, requereu que se apresentasse a documentação sobre os gastos efetuados por ele com cartões corporativos, quando foi Ministro. Então, não há nenhum receio, que fique claro.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Nem da parte do Governo.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Que nenhuma insinuação prevaleça. Não há nenhum receio da Oposição em investigar o Governo passado. O que discutimos são as razões técnicas dessa investigação, se é viável investigar o governo passado, mas queremos estabelecer, sim, padrões de comportamento.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – E padrões de gastos públicos, é claro.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Nisso concordamos com V. Ex<sup>a</sup>. Devemos estabelecer padrões de comportamento. Para isso, que se abram as contas da Presidência da República nos tempos de Fernando Henrique e do Governo Lula, para que possamos estabelecer parâmetros de comportamento. Senador Romero Jucá, todos nós somos responsáveis. Quando temos acesso a um documento sigiloso, temos o dever de preservar o sigilo. Tem sido assim nas CPIs, no Congresso Nacional. Ainda há pouco tempo, requeri ao Banco Central, por meio de pedido de informações, informações sigilosas e as recebi. A responsabilidade é minha sobre se devo divulgá-las ou não. Portanto, a instituição tem essa prerrogativa. É uma prerrogativa constitucional do Poder Legislativo. Essa prerrogativa tem sido negada pelo Governo do Presidente Lula. Tenho recurso à Mesa, aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nesse sentido e espero deliberação na próxima semana. Esses documentos que comprovam os gastos da Presidência da República não podem ser negados ao Senado Federal.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Vamos discutir isso, Senador Alvaro Dias, na CPI. Espero que, na segunda-feira, os membros dos Partidos de Oposição que assinaram a minha CPI referendem as assinaturas, para que possa, efetivamente, haver mais membros perante a CPI.

Quero apenas encerrar, dizendo o seguinte: acho que é um momento em que pode ser feito, com muita tranquilidade, um trabalho muito produtivo para o País. Eu diria...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Romero Jucá...

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Vou encerrar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> está com 32 minutos, o que é raro. Cristo, tão inteligente como V. Ex<sup>a</sup>, em um minuto, defendeu a sua mensagem.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Mas Ele era muito mais inteligente do que eu, não é, Presidente? Eu preciso de mais tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – E nunca dantes um Governo foi tão bem defendido. V. Ex<sup>a</sup> é um extraordinário Líder. Acho que vai ficar para a história como o Sr. Líder de Governo.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero apenas encerrar, dizendo e até parafraseando o Senador pernambucano Marcos Freire na sua campanha política: acho que temos de fazer uma CPI sem ódio e sem medo. Sem ódio da Oposição, sem medo do Governo e construindo um caminho melhor para o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – O uso da palavra pelo art. 14, pelo Regimento, só pode ser usado por dois Senadores na mesma sessão. Já foram usados? (Pausa.)

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Consulte a Dr<sup>a</sup> Cláudia Lyra sobre se tenho direito ao art. 14.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – O art. 14 já foi duas vezes? (Pausa.)

V. Ex<sup>a</sup> pode usar da palavra. É a segunda intervenção com base no art. 14 desta sessão.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero pedir desculpas ao Senador Romero Jucá pelo equívoco que cometi. A sua imagem e a sua biografia não merecem. Falei “rasura”. Retire “rasura” e acrescente “adulteração”.

**O Sr. Romero Jucá** (PMDB – RR) – Complementação.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Está satisfeito?

**O Sr. Romero Jucá** (PMDB – RR) – Não, claro que não.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – O documento foi adulterado, meu caro Líder.

**O Sr. Romero Jucá** (PMDB – RR) – Não, foi complementado.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Adulterado, tanto que temos aqui...

**O Sr. Romero Jucá** (PMDB – RR) – Senador Heráclito Fortes, desculpe-me: adulteração é quando se fazem as coisas às escondidas. Eu fiz uma complementação solicitada pela Mesa do Senado e comuniquei a todos os membros que haviam assinado a CPI. Pedi de volta o requerimento ao Senador Garibaldi Alves Filho e tive o cuidado de mandar um ofício para cada membro, para que eles concordassem. Vinte e dois já concordaram, terei mais cinco assinaturas na próxima semana, e a CPI será feita.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Senador Romero Jucá, vamos refletir aqui. Tanto foi adulteração que V. Ex<sup>a</sup> só pediu a modificação, só comunicou aos companheiros quando foi alertado pela diligente Secretária-Geral da Mesa, que tomou a iniciativa de lhe chamar a atenção para o erro. V. Ex<sup>a</sup> deve ser muito grato à Dr<sup>a</sup> Cláudia Lyra, que lhe prestou um serviço extraordinário, ao orientá-lo e guiá-lo nessa questão.

Todos nós sabíamos, Senador Romero Jucá, que havia um erro no seu requerimento – o Senador Demóstenes, quando assinou; eu, quando assinei –, mas nós, que conhecemos a sabedoria e a esperteza de V. Ex<sup>a</sup>, ficamos calados. A adulteração foi feita, sim, por recomendação da Secretária-Geral da Mesa, e V. Ex<sup>a</sup> reconhece, tanto que acrescentou, quero crer que do próprio punho, as deficiências que o documento requeria sanadas.

Agora, o que não se consegue entender é por que o Senador Romero continua insistindo com esse documento e não com um documento novo e limpo. Capricho? Esse documento vai ser julgado para a história, e é muito triste ver a direção administrativa da Casa orientar o Líder do Governo a dar prosseguimento a um documento dessa natureza e não a fazer um novo, sem rasuras nem borrões. É triste, Senador Romero! Fiquei aqui abismado! Não sabia que V. Ex<sup>a</sup> estava totalmente orientado. É lamentável, mas quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Romero Jucá: a Oposição não se nega a assinar, não está atrelada a nada inconfessável. O que a Oposição não fará é assinar um documento que não tenha um texto limpo. Já que V. Ex<sup>a</sup> fez

correspondência aos Senadores, o lógico seria rever e refazer o texto. Tenho certeza de que a Dr<sup>a</sup> Cláudia orientaria V. Ex<sup>a</sup> novamente, e esse fato não estaria causando o constrangimento de agora.

Quando alertei, ontem, o Presidente da Casa – e ele concordou –, foi para alertar, Sr. Senador Romero Jucá, Líder da bancada de acusação ao Governo Fernando Henrique nesta Casa, que esse não era o melhor caminho.

Mas, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Senador Romero Jucá fez um discurso aqui como se fosse o defensor e único paladino da seriedade; quer jogar à Oposição a falta de seriedade em querer apurar e investigar. Senador Romero Jucá, tenho-o na conta de um homem sério, mas não como monopolista desse sentimento.

A Oposição não seria séria se se calasse. Sério não é tentar justificar o injustificável, porque, se tudo correto estivesse, qual a necessidade de o Ministro dos Esportes devolver R\$30 mil gastos de maneira incorreta?

*(Interrupção do som.)*

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Senador Romero Jucá, não se consegue tapar o sol com a peneira. V. Ex<sup>a</sup> quer fazer a defesa jogando a culpa no Presidente Lula. O Presidente Lula tem culpa pela omissão, até concordo, e por isso é o responsável, mas não é o foco da investigação. Não é o foco da investigação o SNI ou a Abin, como não é o foco da investigação, Senador Romero Jucá, a Polícia Federal, que cassou os aloprados, que com o dinheiro secreto prendeu aquela quantia de dinheiro em um hotel em São Paulo ou o cidadão com dólar nas cuecas em um aeroporto também na capital paulista.

Nós não estamos atrás disso. Nós estamos atrás das extravagâncias e dos gastos não justificados com flores, com tapioca, com o pão quentinho no baixo Leblon, pão de burguês. Nós estamos, Senador Romero Jucá, preocupados com os milhões. E V. Ex<sup>a</sup>, como Líder da Oposição ao Governo do ex-Presidente Fernando Henrique, detentor de informações privilegiadas sobre aquele Governo...

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (PMDB – AC) – Senador Heráclito...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Pois não.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (PMDB – AC) – V. Ex<sup>a</sup> levantou uma questão que pode parecer uma filigrana, mas não é. É uma questão relevante. Um documento desse adulterado pode servir a propósitos que a gente, inclusive hoje, pode desconhecer.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Senador Romero Jucá, V. Ex<sup>a</sup> não presta atenção na resposta que estou lhe fazendo, mas preste atenção a este aparte do seu companheiro, do seu colega, vizinho da Região Norte.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (PMDB – AC) – Ouviu, Senador Romero Jucá, o que eu estou ponderando aqui é o seguinte: desde que eu cheguei a esta Casa que eu me bato, quando ainda na base de sustentação do Governo, pela necessidade de o Governo partir para cima em casos de investigação. Para mim foi uma decepção imensa quando o Governo tentou jogar debaixo do tapete a iniciativa de se instalar a CPI do Waldomiro Diniz. Para mim aquilo ali foi um negócio, assim, terrível. E, agora, para minha satisfação, para minha alegria, pela primeira vez eu vejo, na Casa, o Governo tomando a iniciativa, aquela que eu cobrava anteriormente; se há jogo ou se não há, não interessa. Só sei que o Governo resolveu tomar a iniciativa de colocar a investigação no ar. Esse é um fato extremamente relevante. Pela primeira vez, desde que estou aqui, tenho essa tese exercitada nesta Casa. Agora, o Senador Heráclito levantou uma questão que pode parecer para muitos, desavisados inclusive, mera filigrana. Não é não, Senador Jucá, porque um documento desses – V. Ex<sup>a</sup> disse que não é adulteração, mas um documento desse... Eu queria saber, na Casa – peço, agora, inclusive, Sr. Presidente – se há precedente de documento, de requerimento solicitando a instalação de CPI com esse tipo de alteração, de complementação, ou de adulteração, seja do que for, porque algo feito dessa forma, lá na frente, pode servir a propósitos que a gente não está em condições, hoje, de avaliar, de alguém que pode ir inclusive ao Judiciário questionar a legalidade, a validade da instalação de uma CPI como essa. Portanto, acho que o Senador Jucá deu um passo gigantesco no sentido de repor as coisas nos seus devidos lugares nesta Casa. Agora, não pode se perder numa minúcia. Ele alega que vai dar trabalho colher novas assinaturas. Olha, em 24 horas, colheremos 81 assinaturas nesta Casa. Portanto, Senador Jucá, não podemos, depois de dar um passo desse, esbarrar naquilo que V. Ex<sup>a</sup> entende como dificuldade, que eu não entendo que seja dificuldade nenhuma. Portanto, acho só, a bem da tranquilidade desta Casa, a bem da boa condução dos trabalhos nesta Casa, que devemos, sim, refazer. O Senador Alvaro Dias fez uma proposta aqui muito elegante, muito interessante: façamos a redação desse texto a várias mãos, refaçamos o texto do Requerimento; colheremos, segunda e terça-feira, 81 assinaturas, tenho certeza absoluta.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** – Mais do que a CPI das ONGs.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (PMDB – AC) – Sim; mais que a CPI das ONGs, e retomemos a questão com a maior tranqüilidade. Se o Senador Jucá afirma que está tranqüilo com relação a isso, ele deve permanecer tranqüilo no sentido, inclusive, de ter a humildade, de ter a grandeza de reconhecer que isso não é feito de forma leviana por ele, mas que pode ensejar contestações, inclusive judiciais, lá na frente. E não podemos permitir que um assunto desse vire palhaçada, mais uma vez, no Senado Federal.

**O Sr. Romero Jucá** (PMDB – RR) – Permita-me um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> é sem dúvida nenhuma o mais competente Líder de Governo na história política do Brasil desde D. João VI, D. Pedro I, até o dia de hoje. Mas o Regimento – V. Ex<sup>a</sup> está tão preocupado com o Governo – diz que o aparte deve ser solicitado ao orador da tribuna.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Vou conceder o aparte a V. Ex<sup>a</sup>. Mas agora V. Ex<sup>a</sup> preste atenção ao pronunciamento deste seu admirador crescente. Eu queria dizer que quando V. Ex<sup>a</sup> me procurou para assinar o documento, no primeiro momento, relutei. Achei que tinha alguma coisa por trás daquilo. Em seguida, raciocinei: Senador Romero Jucá, com a responsabilidade de Líder, não pode dar um passo em falso, ele não vai poder, com a responsabilidade de Líder, negar as informações que a CPI tem.

Fiquei, Senador Romero Jucá, achando que era o melhor momento de V. Ex<sup>a</sup> nesta Casa.

Ontem, felizmente, recebi duas informações que geraram inclusive uma discussão minha com o meu querido amigo Senador Eduardo Suplicy, quando ele disse aqui, alto e em bom som, que a iniciativa não foi sua mas da Ministra Dilma Rousseff e do Ministro José Múcio Monteiro, que lhe determinaram dar seguimento a esta CPI. Foi dito aqui, e motivou uma discussão minha com o Senador Suplicy.

Acho que CPI, quando nasce por iniciativa do Congresso, tem tudo para prosperar; mas quando ela já nasce sob o manto protetor e a idéia inaugural do Governo, que não quer ser investigado, é um assunto muito perigoso.

Ontem, tivemos aqui um debate gravíssimo sobre isso.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (PMDB – AC) – Senador Heráclito.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que admiro essa sua luta quixotesca. São 12 horas e 37 minutos e somente V. Ex<sup>a</sup> aqui defendendo o Governo, numa situação dessa, grave.

Tenho certeza de que pouco ou quase nada V. Ex<sup>a</sup> usufruiu desse cartão corporativo, quer direta ou indiretamente. Mas o Governo não colocar pelo menos alguém de plantão para prestar esclarecimento é debochar da inteligência brasileira.

Agora, V. Ex<sup>a</sup> fique tranqüilo. A nossa preocupação não é no que diz à investigação que a Polícia Federal fez dos aloprados. É de ver um Ministro devolver, sem mais nem menos, R\$30 mil, a Ministra dizer que os saques em dinheiro são errados e V. Ex<sup>a</sup> não trazer a esta Casa uma prestação de contas, um esclarecimento sobre isso.

Senador Romero Jucá, V. Ex<sup>a</sup>, como Líder, não respondeu, durante três anos e meio, os questionamentos feitos pelo Senador Alvaro Dias ao Palácio com relação a gastos do cartão. Esse assunto não é novo. V. Ex<sup>a</sup> não estava aqui.

Defendi o Presidente da República até tomando o seu lugar, mostrando um pronunciamento que fez em nome da transparência. Vocês é que não estão deixando o Presidente ser transparente. Deixe o Presidente Lula continuar com os seus objetivos de transparência. Não fique acusando.

Ninguém está aqui querendo saber se o Presidente Lula comprou ou deixou de comprar com o cartão de uso do Presidente da República. Não desvie a atenção da opinião pública. Queremos saber sobre a tapioca, as orgias que se espalham por este Brasil afora e que contaminaram a Administração Pública.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (PMDB – AC) – Senador Heráclito, é com relação, inclusive, ao Senador Romero Jucá. O Senador Romero Jucá é Líder do Governo nesta Casa. Nada mais natural que os assuntos trazidos por ele sejam compartilhados, discutidos, tratados com membros do Governo, o qual ele representa nesta Casa. Acho demais, Senador Heráclito Forte, não de sua parte, mas acho demais acreditar no fato de que o Senador Romero Jucá foi chamado para cumprir uma determinação. Pelo que conheço do Senador Romero Jucá, pelo que V. Ex<sup>a</sup> conhece do Senador Romero Jucá, é demais. Não acredito nessa versão. Acredito no fato de que ele, conhecendo como se comporta esta Casa, os meandros desta Casa, deve inclusive tê-lo levado à ponderação de que esse seria o melhor caminho. Acredito nisso.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – V. Ex<sup>a</sup> estava aqui ontem e viu exatamente. Foi o objeto gerador da minha discussão.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (PMDB – AC) – Mas eu me permito dizer que não acredito nessa tese. Não acredito. Acredito no fato de que o Senador Romero Jucá, representando o Governo nesta Casa, deve, sim, sentar e discutir com membros do Gover-

no os encaminhamentos que ele deva fazer aqui. Não acredito que ele seja pau-mandado, não acreditamos nisso. O Senador Romero Jucá tem os seus defeitos. E posso dizer isto de cadeira: o Senador Romero Jucá, por exemplo, é meu colega de PMDB. O Senador Aloizio Mercadante inclusive é tratado aqui como Senador que levita. Muitos de nós aqui, às vezes brincando até, dizemos isso com relação ao Senador Aloizio Mercadante. Estou dizendo isto a cavaleiro: o Senador Romero Jucá, apesar de meu colega, apesar de ser Líder do Governo nesta Casa, muito pouco se dirige a minha pessoa, a não ser quando tem algum assunto, algum interesse em tratar comigo. Portanto, eu estou a cavaleiro para dizer isto: não acredito que ele seja pau-mandado nesta Casa. Acredito, sim, na sua participação responsável, conversando e tratando com o Governo e, mesmo no Governo, dos encaminhamentos a serem feitos nessa Casa.

**O Sr. Romero Jucá** (PMDB – RR) – Posso...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Senador Romero Jucá...

**O Sr. Romero Jucá** (PMDB – RR) – Posso falar, Senador Heráclito?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Senador Romero Jucá, com o maior prazer.

**O Sr. Romero Jucá** (PMDB – RR) – Bom, primeiro eu quero deixar clara essa questão da autoria da CPI. Não sei quem discutiu com V. Ex<sup>a</sup> ontem, mas quem discutiu com V. Ex<sup>a</sup> ontem não participou das tratativas para pedir a CPI. Não sei quem foi. Então, eu quero deixar muito claro que foi uma proposição minha. Ao retornar do carnaval, procurei o Ministro José Múcio, defendi que o Governo se antecipasse; depois, conversei com a Ministra Dilma e defendi que o Governo se antecipasse; conversei com o Presidente Lula e defendi que o Governo se antecipasse e tive a aprovação do Presidente de carta branca para tocar essa questão. Ou seja, foi uma proposição minha, porque entendia que, como Líder nessa Casa, deveria ser essa a posição da base do Governo e do próprio Governo que defendo e represento aqui. Portanto, não houve nenhuma determinação do Governo. Pelo contrário, a linha do Governo era ainda discutir para ver o que ia fazer, e eu antecipei as ações. Então, estou muito tranquilo. Isso foi discutido com o Governo, porque sou Líder do Governo e não podia tomar uma medida dessas sem comunicar o Governo, mas foi uma decisão que nasceu pessoalmente por meio da minha pessoa. Segunda questão: o que eu fiz foi complementar um requerimento. E, ao mesmo tempo em que complementei o requerimento, encaminhei um documento para cada Senador, para saber se ficava com a complementação, mantida a assinatura no re-

querimento. Alguns Senadores da Oposição disseram que teriam de fazer uma reunião, na segunda-feira, com os Líderes, para poder manter. Os da base do Governo mantiveram. Então, nós temos mantidas, até agora, 22 assinaturas. Por que estou insistindo na entrada desse requerimento na segunda-feira? Porque tenho a informação – e aí, Senador Geraldo Mesquita, vamos discutir aqui abertamente, porque, se houver um compromisso da Oposição de ser diferente, podemos até discutir – de que a Oposição está coletando dados para uma outra CPI que pega só o Governo Lula, ou seja, uma CPI meia boca. A CPI só para a parte dos cartões; tira adiantamentos, suprimento de fundos, tira cheque, tira pagamento em dinheiro. Vamos fazer só a do Lula! Então, não é discussão para manter um padrão de gasto público, não é discussão para construir uma política.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – V. Ex<sup>a</sup> não abre mão de investigar o seu ex-Chefe, o Fernando Henrique?

**O Sr. Romero Jucá** (PMDB – RR) – Não, não quero investigar ninguém. Quero criar um padrão de gasto público, Senador Heráclito.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Esta Bancada antes de Fernando Henrique criar...

**O Sr. Romero Jucá** (PMDB – RR) – Não, o gasto não foi feito por Fernando Henrique! Não foi Fernando Henrique que mandou alguém comer em churrascaria, certo? O Presidente da República não trata disso. É muito pequeno começarmos a trazer para o Presidente da República essas questões. É isto que eu digo: ou fazemos uma CPI com seriedade, serenidade, tranquilidade e competência ou vamos ficar aqui discutindo. Tem a CPI proposta pela base do Governo...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa – PMDB – PI) – Senador Heráclito, V. Ex<sup>a</sup> está há vinte minutos. Pelo Regimento, seriam cinco minutos.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Vou encerrar.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa – PMDB – PI) – Está inscrito como Líder do Governo o Senador José Agripino, que está sendo aguardado ansiosamente pelo País.

**O Sr. Romero Jucá** (PMDB – RR) – Vou encerrar o meu aparte, dizendo o seguinte: se a Oposição não está procurando fazer essa outra CPI, podemos até reassinar o mesmo texto, não tem problema. É uma questão operacional.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Faço uma proposta a V. Ex<sup>a</sup>...

**O Sr. Romero Jucá** (PMDB – RR) – Agora, não venham aqui com a história de que só com a questão do cartão do Governo Lula, o resto fica para trás,

porque não vamos ter padrão de gasto público, não vamos poder comparar as contas.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Vamos fazer uma contraproposta? Vamos fazer o texto de V. Ex<sup>a</sup> mas de uma CPMI mista? V. Ex<sup>a</sup> concorda?

**O Sr. Romero Jucá** (PMDB – RR) – Mista, não. Quero fazer aqui no Senado. Estou pronto para fazer no Senado.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Mas eu não quero atropelar a iniciativa da Câmara.

Senador Romero, V. Ex<sup>a</sup> há de convir que falou em seriedade várias vezes, e agora novamente. A imprensa está toda aí assistindo a V. Ex<sup>a</sup>.

É seriedade V. Ex<sup>a</sup> falar nos gastos do Governo Fernando Henrique cinco anos depois, se é Líder deste Governo desde o começo, se nunca tratou desse assunto aqui? Por que calou durante tanto tempo? Por que V. Ex<sup>a</sup> calou durante tanto tempo? Por que o seu Governo calou durante tanto tempo? Por que concordou com isso, conviveu com esse mar de lama que V. Ex<sup>a</sup> diz ter existido no Governo passado?

**O Sr. Romero Jucá** (PMDB – RR) – Eu não disse que existiu mar de lama nem no Governo passado nem neste. Eu disse que é preciso fazer um levantamento dos gastos para se ter um padrão e, se houver algum tipo de irregularidade, quem a cometeu que pague por ela.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Por que V. Ex<sup>a</sup> não pediu isso logo no começo? Por que V. Ex<sup>a</sup> não puxou esse assunto? Nós, da Oposição, levantamos o assunto quando o Senador Alvaro Dias fez um requerimento com dados concretos.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, brasileiros, essa é a linha de raciocínio de quem defende o Governo, é a moral com efeito retardado, é a moral cinco anos depois. É lamentável. É a velha tese, meu caro Romero Jucá, segundo a qual “se estou no banco dos réus quero companhia. Sozinho não quero ficar”.

O Governo tem de assumir as responsabilidades, e não querer usar as pessoas como escudo protetor, Senador José Agripino. Não querer colocar as despesas do General Félix, porque não são elas que estão sendo motivo de curiosidade popular, tampouco a Polícia Federal, que prendeu os aloprados, que prendeu dólar na cueca, não é isso? Nós queremos seriedade, nós queremos cortar o que há de supérfluo no cartão, nós queremos cortar a farra do boi com dinheiro público, nós queremos cortar exatamente aquilo que este Governo prometeu fazer e não está fazendo.

Senador Romero Jucá, estou convencido de que o cartão corporativo é O Bolsa Família dos apaniguados e protegidos do atual Governo.

É questão de tempo para ver quem está certo. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra ao Líder – e peço perdão por tê-lo chamado Líder do Governo; V. Ex<sup>a</sup> é o grande Líder das Oposições deste País –, ao tempo também em que tenho a honra de anunciar a presença, na galeria de honra, de uma brava mulher, Mônica Bona. Mas *bona*, em latim é bom, é do bem. Essa é uma grande líder que representa a mulher do Piauí, na cidade de Campo Maior, em que as mulheres venderam suas jóias para que piauienses expulsassem do Brasil os portugueses.

Com a palavra o Líder José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu pediria a atenção do Senador Romero Jucá, do Senador Alvaro Dias, que aqui como Vice-Líder do PSDB claro que fala por seu partido, pelos Senadores presentes, pelo Senador Geraldo Mesquita, porque quero fazer uma breve análise da situação que estamos vivendo e fazer uma proposta.

Senador Romero Jucá, nós estamos muito próximos de um entendimento. Acho que V. Ex<sup>a</sup> concorda comigo.

V. Ex<sup>a</sup> já foi Líder de um Governo que, hoje, é representado pelas forças que falam pela Oposição e é Líder de um outro Governo que era Oposição antes de V. Ex<sup>a</sup> ser Líder do Governo anterior. V. Ex<sup>a</sup>, como foi Líder de dois Governos e participou de Maiorias, sabe como é importante as Minorias falarem, sabe que, no regime democrático, é importante as Minorias terem a oportunidade de se manifestarem, não para fazer balbúrdia, mas para exercer o papel de fiscalizar, denunciar, melhorar a democracia do Brasil.

V. Ex<sup>a</sup>, como eu, é um democrata, e digo isso com absoluta franqueza e sinceridade. As CPIs são instrumentos das Minorias e que existem para esclarecer fatos e estabelecer processo de punição, para aprimorar a democracia. Veja V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa, o caso da CPI dos Correios, que foi instalada a ferro e a fogo, produziu um relatório que não significou exatamente consenso, mas entregou ao Ministério Público instrumentos para punição, punição esta que não houve no curso do processo da CPI. Waldomiro Diniz foi só afastado, os mensaleiros foram, no máximo, um deles, cassado, José Dirceu, os outros ficaram por aí. O que está acontecendo agora? O produto, relatório da CPI, que é instrumento das Minorias, foi entregue ao Ministério Público que o entregou ao Supremo Tribunal Federal, que, agora, está fazendo o seu papel e, tenho certeza, vai punir pessoas. E a sociedade, que está indignada com fatos anteriores e está indignada com fatos atuais dos cartões corporativos, lavam o peito, lavam a alma com a ação que o Congresso leva

a efeito, investigando, e com a ação que a Justiça – o Supremo Tribunal Federal ou o Ministério Público ou a Justiça comum – leva a efeito em função dos relatórios processados politicamente e pelas CPIs.

É importante, portanto, Sr. Presidente, que uma CPI exista para, sem emoção e sem significar confronto entre Governo e Oposição, – e esta, como outras, não pode significar confronto entre Governo e Oposição – interpretar o sentimento da sociedade. E o desejo da sociedade é ver passados a limpo os fatos anunciados hoje.

Muito bem. O Líder Romero Jucá, com propriedade, disse que se colocou à disposição de um entendimento sobre o enunciado da CPI. Veja, Senador Romero Jucá: o que enseja uma CPI? Um fato determinado. Qual é o fato determinado que nos leva a discutir agora? Eu que, num primeiro momento, fui muito cauteloso porque acho que a CPI das ONGs não pode perder a sua importância perante a sociedade e nem perante o Congresso e eu tinha receio e renovo o meu receio de que uma outra CPI no Senado possa retirar a importância das investigações da CPI das ONGs. Mas há recrudescimento. Todo o dia há uma denúncia nova. A manchete do jornal **O Globo** de hoje fala em Feira do Paraguai, em vinho, em flores, em compra de jóias com o cartão corporativo. Então, veja V. Ex<sup>a</sup>: impõe-se a CPI sobre um fato determinado.

Conversei com o Senador Alvaro Dias, com o Senador Heráclito Fortes e quero conversar com V. Ex<sup>a</sup>. Conversei, por telefone, com o Senador Arthur Virgílio, que está chegando na segunda-feira e está inteiramente de acordo. Como a CPI dos cartões corporativos interessa à sociedade, não interessa nem ao Governo nem à Oposição, interessa a realidade dos fatos e a punição de culpados. Por enquanto foram denunciados a Ministra Matilde, o Ministro Orlando Silva, o Ministro Gregolin. Até aí a Ministra Matilde foi defenestrada. E defenestrada, julgou-se o fato encerrado. Talvez o Governo assim tenha pensado num dado momento. Para mim não, assim como a cassação de José Dirceu para mim não completa o processo, porque todos os denunciados do Mensalão estão sendo ouvidos pela Justiça – à frente o Supremo Tribunal Federal quando é o caso – e têm que ser objeto de pena pelo crime que possa ter sido praticado. E assim como a Ministra ou assessores ou quem quer que seja tenha praticado o dolo não são punidos pela simples demissão. A demissão é um primeiro passo, mas há um segundo passo que é a abertura de um processo que virá em função de uma comissão parlamentar de inquérito que produza resultados.

A Ministra Matilde foi denunciada, o Ministro Gregolin idem, e ninguém falou em CPI. Falou-se no Minis-

tro Orlando Silva. Mas quando se falou em seguranças de Lurian, filha do Presidente Lula, quando se falou em seguranças do Presidente Lula em São Bernardo do Campo, aí o Governo entrou em estado de choque. Aí, rapidamente, V. Ex<sup>a</sup> se antecipou e apresentou um pedido de CPI. V. Ex<sup>a</sup> é um homem inteligente. Senador Geraldo Mesquita, ninguém duvida da competência e da habilidade política do Senador Romero Jucá e ele o exerce, até porque lidera o Governo, lidera a Bancada do Governo no Senado e tem de cumprir essas tarefas.

O que me estranha é que a questão CPI só foi levada a efeito, levada à frente pelo Governo na hora em que se falou em segurança de Lurian, com despesas em material de construção, etc., etc., em despesas de seguranças do Presidente Lula em São Bernardo, falando em material de academia de ginástica, etc., etc. Apresentou-se, por intermédio do Líder do Governo, rapidamente, nessa hora, um pedido de CPI, de Comissão Parlamentar de Inquérito, e o fato determinado... Senador Romero Jucá, para mim, um fato determinado... Senador Heráclito Fortes, acho que V. Ex<sup>a</sup> vai concordar comigo. Qual é o fato determinado que está indignando o País? É a compra em **free shop** com cartão corporativo, é a compra de mesa de sinuca ou reparo de mesa de sinuca com cartão corporativo, é a compra, o pagamento de tapioca. Tapioca, por menor que seja o valor. O cartão corporativo tem um sentido: é o uso de um instrumento pago com recursos públicos do contribuinte, entregue este instrumento a uma pessoa em quem se confia. E para a compra de quê? De coisas de interesse público.

Compra em **free shop** é de interesse público? Tapioca é de interesse público? Feira do Paraguai vende alguma coisa de interesse público? Academia de ginástica supõe-se ser de interesse público?

O fato determinado, Presidente Mão Santa, está aí.

Ah não! Há coisas do passado! De onde é que se tiraram esses elementos? Compra em **free shop**, compra em Feira do Paraguai, compra de vinho, de jóias, compra de diárias no Copacabana Palace, como está no jornal **O Globo** de hoje, de onde é que se tirou? Tirou-se do TCU e do Siafi. TCU significa Tribunal de Contas da União; Siafi é um instrumento de abertura das contas do Ministério da Fazenda, das contas públicas. Já existiam TCU e Siafi na época de Fernando Henrique Cardoso há dez anos? Claro. Existe alguma denúncia na época de conta B ou de cartão corporativo que fale nesse tipo de dolo praticado? Não me consta. Por que, então, se propõe agora, com base em dados divulgados pelo Tribunal de Contas da União e do Siafi, só agora, de prática de dolo com cartão cor-

porativo? Por que se pede a CPI com data retroativa há dez anos? É porque se pretende criar a CPI das justificativas, a CPI da dissimulação. Não se deseja encurralar o Presidente Lula no córner do ringue da luta de boxe. O que se deseja é investigar em nome da indignação da sociedade brasileira.

Graças a Deus vai haver punição sobre os culpados do Mensalão, porque este País não vai evoluir nunca se a prática do dolo, a quebra do padrão ético não for objeto de punição. Agora, se formos instalar o instrumento de busca de justificativas e de simulação, vamos empurrar com a barriga um fato de interesse da sociedade e vamos prejudicar a democracia brasileira.

Por essa razão é que desejo, primeiro de tudo, Senado Romero Jucá, entender-me com V. Ex<sup>a</sup>. Devemos sentar-nos à mesa para discutirmos o enunciado. O assunto é o fato determinado; fato determinado são os fatos que o Tribunal de Contas da União e o Siafi oportunizaram ao Brasil e que os meios de comunicação informaram. O Tribunal de Contas da União e o Siafi existem há muito tempo. Se queremos investigar de verdade, seja quem for, doa a quem doer, como diz o Presidente Lula, temos de nos sentar à mesa e negociar o enunciado de uma CPI justa, tecnicamente correta, com fato determinado, real. E não ir buscar no passado suposições de fatos reais, para, nas suposições, a maioria aprovar os requerimentos que quiser. E nós, da Oposição, que não temos maioria nem no Senado nem na Câmara, vamos assistir à CPI impávidos. E a sociedade, que espera tanto do nosso papel, como é que ela vai ficar? Vaiando a Oposição na rua? Não, a Oposição, agora, tem de fazer valer os princípios técnicos. Onde está o fato determinado? Está nas compras enunciadas como ilegais, na perda da probidade. “Ah, mas é preciso, então, que se investigue o passado”. Como decorrência, até se pode investigar, havendo ilação. Não sou contra, de maneira nenhuma. Sou a favor.

Se existe dolo no passado, que se investigue o passado, mas sem perda do foco, porque o foco é o que interessa ao cidadão brasileiro, que quer ter orgulho do seu Governo, que quer respeitar seu Congresso. O Governo tem de se fazer respeitar, e o Congresso tem de dizer a que veio.

Por essa razão é que estou propondo isso. Já tenho o “de acordo” do Senador Arthur Virgílio e queria o “de acordo” do Senador Romero Jucá. Vou fazer o convite aos Líderes e aos integrantes do PSB, do PDT, de todos os Partidos, para que o enunciado dessa CPI possa ser anunciado na instituição Senado da República, a fim de que possamos, tecnicamente, sem

cometer injustiça com ninguém, verificar onde está havendo mau uso do dinheiro público.

O cartão corporativo é um instrumento de confiança do Governo entregue a pessoas. Se pessoas, em nome de alguém, quebraram a confiança de quem quer que seja, que sejam identificadas e que sejam punidas, porém sem perda de foco, sem que se busquem no passado suposições que contaminem as investigações do presente.

Há mais uma coisa: a Câmara dos Deputados tem de ser ouvida; a Câmara dos Deputados, que tomou a iniciativa das proposições, tem de participar desse processo de discussão com os Líderes dos partidos. Por que não se pensar em uma CPI mista, em uma CPMI, para investigar a questão dos cartões corporativos com as denúncias fundadas dos órgãos técnicos, que podem responder a isso? É o que proponho.

Desejo, na segunda-feira, fazer uma reunião, para, sem medo e sem ódio, realizar não a CPI a que se referiu o Senador Romero Jucá, “a minha CPI”. S. Ex<sup>a</sup> terminou seu discurso dizendo da “minha CPI”. Não quero fazer “minha CPI”, quero fazer a CPI que interessa ao cidadão brasileiro, que interessa a todos os brasileiros que votam no PT, que votam no PSDB, que votam nos Democratas ou no PMDB, mas que queiram um País limpo, como suponho que o queira o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Que não se inquiete o Governo quando a Ministra Mathilde é mencionada ou quando o Gregolin ou o Orlando Silva são mencionados; inquiete-se quando o assunto é a segurança da Lurian ou a segurança do Presidente. Não se deseja aqui vindita pessoal; deseja-se apurar irregularidade, esteja ela onde estiver. Se denunciaram essas pessoas, é nossa obrigação investigar, buscar os culpados onde eles existam e entregar ao Ministério Público ou à Justiça os instrumentos para que ela, Justiça, possa botar na cadeia os corruptos, se for o caso, a fim de que a sociedade se orgulhe do Congresso e se orgulhe de suas instituições. Essa é a nossa obrigação, e é assim que vamos recuperar a credibilidade da instituição Senado, não fazendo papel de Governo e Oposição, não, pois essa é uma luta do Brasil.

Ouçó, com prazer, o Senador Geraldo Mesquita.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC)**

– Quero falar rapidamente, Senador Agripino. Quando V. Ex<sup>a</sup> se refere à CPI que a sociedade quer, V. Ex<sup>a</sup> me dá uma idéia: vou apresentar a esta Casa uma proposta de emenda à Constituição, para que a sociedade, representada por um milhão ou por dois milhões de assinaturas, possa ter também a prerrogativa de solicitar ao Congresso Nacional a instalação de uma CPI.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – É uma boa iniciativa, Senador Geraldo Mesquita. Louvo a iniciativa de V. Ex<sup>a</sup>.

A preocupação que todos temos – é preciso que se diga e que sejamos claros – é a seguinte: o Senador José Jorge era Senador e, há quatro anos, apresentava o primeiro requerimento de informações sobre gastos com cartão corporativo, mas nunca veio resposta nenhuma. Esse assunto de cartão corporativo é uma espécie de monstro sagrado para o atual Governo.

Eu disse, em uma entrevista ou em uma declaração que dei há menos de uma semana, que temia que o caso da Ministra Mathilde fosse a ponta do *iceberg* e que, por trás, por baixo, existisse uma endemia de contaminação de mau uso dos cartões corporativos, prejudicando o interesse da sociedade. É isso o que temos de passar a limpo, e, sem desejo de vingança, se for o caso, devemos identificar os culpados e cortar o mal pela raiz.

Já que o Governo não quis nem ao menos – nem ao menos! – responder aos requerimentos de informação, temos de fazer uma CPI séria, bem focada, com base em fatos determinados, conhecidos, denunciados por órgãos de imprensa com base em elementos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) ou do Tribunal de Contas da União (TCU), para que o Congresso possa recuperar aquilo que é nosso desejo: a credibilidade perante a sociedade.

Ouçó com muito prazer o Senador Romero Jucá.

**O Sr. Romero Jucá** (PMDB – RR) – Senador José Agripino, primeiro, quero agradecer-lhe as palavras a meu respeito e registrar que V. Ex<sup>a</sup> é testemunha de que sempre procuramos aqui buscar o entendimento.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – É verdade.

**O Sr. Romero Jucá** (PMDB – RR) – Em todas as CPIs, em todas as ações do Governo, sempre procurei dividir, inclusive, o próprio processo de construção das propostas com a Oposição, porque entendo que, primeiro, a democracia deve buscar isso e, depois, que a Oposição tem um papel importante nesta Casa. E disse no meu discurso, logo no início – não sei se V. Ex<sup>a</sup> estava presente –, que procurei sugerir a CPI no Senado exatamente por que é nesta Casa que há igualdade de forças entre os Partidos do Governo e os Partidos da Oposição, diferentemente da correlação de forças que existe na Câmara, onde o Governo tem, numericamente, presença muito mais expressiva. É claro que estaremos abertos a qualquer tipo de entendimento. Temos feito isso. Mas volto a insistir: a discussão – e V. Ex<sup>a</sup> concordou em parte com o que

falei na tribuna – deve ser feita de forma tranqüila, responsável, para, efetivamente, construir-se padrões de gastos e padrões de fiscalização. A idéia não é sair acusando. Tomei a iniciativa de propor a CPI não porque se falou na Lurian ou porque se falou na segurança do Lula, mas porque esse processo foi uma escalada de informações, e, na verdade, começaram a sair minhas informações. Por exemplo, há a questão da Feira do Paraguai. Foram comprar na Feira do Paraguai. Maria está dizendo que foi comprar CD e alguma coisa a mais. Antes, comprava-se CD? Comprava-se alguma coisa nesse mesmo nível com suprimento do fundo? Tirando a utilização do cartão pelos Ministros, a maioria dos cartões de pagamento ou de adiantamento é concedida aos servidores públicos, aos servidores de carreira, na sua maioria. Levantei aqui a questão. A segurança do Presidente Lula, provavelmente, é formada pelo mesmo *staff* do Presidente Fernando Henrique. Então, comprar uma esteira ergométrica para exercício da Segurança é algo que se fez antes ou é um abuso que se está fazendo agora? Era um padrão de gasto legítimo ou discutível? Existia ou é algo novo que, agora, está se fazendo como excesso de gastos? Vamos discutir. Não podemos partir para uma discussão dessa prejulgando o Governo e querendo jogar no colo político do Governo qualquer eventual atuação desvirtuada de determinado servidor público. Com isso não concordamos. É por isso que propus a série histórica. Não está em mim nenhuma desconfiança do Presidente Fernando Henrique – eu já disse isso aqui –, nem do Vice-Presidente, Marco Maciel; nem do Presidente Lula; nem do Vice-Presidente, José de Alencar. São pessoas honradas. Não estamos discutindo isso. Mas como se deram os gastos em governos diferentes? Por quê? Para verificarmos se houve o mesmo tipo de gasto. A estrutura do serviço público é a mesma. O que mudou agora, o que migrou foi a forma de utilização do pagamento ou do saque. Antes, 100% dos saques eram feitos em dinheiro, e, agora, há 70% de saques em dinheiro. Já avançamos no controle. A processo de rastreamento está aí. V. Ex<sup>a</sup> disse que o Governo não deu informações sobre os cartões de pagamento, mas elas estão no Portal da Transparência do Governo. Essas informações todas vieram do Portal da Transparência do Governo. Um governo que quer esconder informações não as coloca no *site* da Controladoria-Geral da União (CGU). Não há, deliberadamente, instrução para se fazer algo errado; pelo contrário, a instrução é para que se faça o correto. Se alguém agiu de forma errada ou agiu equivocadamente, que responda pelo seu erro. Mas, politicamente, querer começar o jogo debitando isso ao Governo não é o caminho. Por isso, propusemos a

série histórica e não fizemos qualquer tipo de exploração política em cima de alguém. Se há disposição de sentar e de discutir, vamo-nos sentar e discutir. Não sei se V. Ex<sup>a</sup> acompanhou, mas defendi pela imprensa, o tempo todo, que o comando da CPI fosse partilhável entre Oposição e Governo, com relatoria de um, com presidência de outro, exatamente para que houvesse harmonia nos trabalhos. A idéia, aqui, não é um ficar jogando no colo do outro uma bomba-relógio. A idéia não é essa. A idéia é que possamos trabalhar construtiva e responsabilmente e, a partir daí, tirar um subsídio para dizermos: “Olha, a partir de agora, é mais isso, é mais esse controle, não pode isso, não pode aquilo, vamos discutir, vamos complementar a lei para vermos o que é despesa sigilosa, efetivamente”. Pode ser que a despesa seja sigilosa, pode ser que não o seja. Mas também não se pode chegar ao limite de se dizer: “Não, tem de abrir tudo”. Aí a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e a Polícia Federal vão ter de botar no *site* quem é que está recebendo adiantamento para poder fazer operação. Desculpe-me, mas será um excesso que não há em nenhum país do mundo. Volto a dizer que somos a sexta economia do mundo. Nós temos um Estado que deve ser preservado, deve ter segurança, deve combater o terrorismo, deve ter uma série de prerrogativas que impelem a gastos que não são, inicialmente, divulgáveis. Mas devemos discutir e definir isso em lei. Isso precisa ser complementado. Nem deve ser decreto do Presidente da República. Deve ser resultado do trabalho da CPI a proposta de uma lei que, efetivamente, regule essa questão, para que ela não fique em aberto, mudando o padrão de gastos de governo para governo. V. Ex<sup>a</sup> dá uma contribuição importante a esse debate. Com a chegada do Senador Arthur Virgílio, que está vindo de Portugal, onde foi-se preparar para a campanha presidencial, vamos poder nos sentar e, efetivamente, discutir um caminho, para que possamos buscar a harmonia nos trabalhos da CPI do Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador José Agripino, eu e todo o País gostaríamos de ouvi-lo todo o tempo e sempre, cada vez mais, mas, há 25 minutos, V. Ex<sup>a</sup> está na tribuna. Portanto, lembro-o do Regimento.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Já vou encerrar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu pediria que, em cinco minutos, encerrasse.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Já vou encerrar.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Estamos inscritos o Senador Alvaro Dias, como Líder

do PSDB, e eu próprio. Convido o Senador Geraldo Mesquita para presidir a sessão.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Senador Romero Jucá, somos, realmente, a sexta economia do mundo. Mas, se somos, orgulhosamente, o País que sedia a sexta economia do mundo, infelizmente, também somos o País do mensalão, o País cujo Governo usa o cartão corporativo para compras de *free shop*, para pagar diárias do Copacabana Palace Hotel e para fazer compras na Feira do Paraguai, segundo as denúncias que estão postas. E é nossa obrigação passar este País a limpo, para que, se possível, possamos ser a quinta ou a quarta economia do mundo. Se pudermos nos aperfeiçoar, essa é nossa obrigação.

Senador Alvaro Dias, o que, de prático e eficaz, pode acontecer? Fala-se em investigar fatos correlatos de dez anos atrás. As autoridades que, eventualmente, usavam cartões corporativos há dez anos nunca foram denunciadas, nem pelo TCU, nem pelo Siafi, como as de agora estão sendo. A imprensa está anunciando os fatos, porque existem dados reais de instituições confiáveis, como o TCU e o Siafi, que determinam que o fato, o dolo seja divulgado, o que não aconteceu no passado.

Vamos admitir que houvesse denúncias. O que esse Governo poderia fazer? O que já fez com a Mathilde, imaginando que a demissão da Ministra Mathilde fosse sarjar o tumor, imaginando que, embaixo da ponta do *iceberg*, não existisse uma endemia que contaminasse o serviço público, que usa o privilégio do cartão corporativo. Este Governo pode fazer o que fez com Waldomiro e com mais ninguém, pode fazer o que fez com a Mathilde e com mais ninguém. Vai fazer com todos, agora, porque vamos ficar vigilantes. Para quê? Para que se corte, desde já, o mal pela raiz, para que a punição venha em seguida, pelas recomendações que a Comissão Parlamentar de Inquérito pode fazer, para que o Ministério Público adote providências e para que as instâncias da Justiça possam cumprir também sua obrigação.

É isso que pretendemos, Senador Geraldo Mesquita. Não é vingança, não é vingança, não é a busca, no Palácio do Planalto ou em Santa Catarina, dos culpados. Mas, se culpados existirem no Palácio do Planalto ou em Santa Catarina, que a Nação os conheça, para que a Nação conheça o seu Governo, para que a Nação conheça a qualidade do Poder Executivo que nos governa. Se for boa a qualidade do Poder Executivo, que se renove a confiança nele; se não for boa a qualidade daquele Poder, que se cortem os males pela raiz, e aqui está a Oposição para desempenhar seu papel, querendo, neste momento, não fazer um trabalho organizado de oposição, mas querendo e

oferecendo a oportunidade do entendimento entre os Partidos, para que possamos fazer um enunciado racional, equilibrado e lógico, a bem do entendimento do Brasil, do interesse do Brasil.

Pedi e recomendei aos meus companheiros de Partido que não renovassem a assinatura, que aguardassem a reunião de segunda-feira, porque poderemos assinar os 81 Senadores. Homenagearemos a sociedade com o entendimento do Senado, que vai trabalhar no sentido de prestar contas ao País e de recuperar a sua própria credibilidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.*

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Eu agradeço, Senador e nobre Líder José Agripino.

Concedo, de imediato, a palavra ao Senador Alvaro Dias, como Líder do PSDB.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Geraldo Mesquita Júnior, quero agradecê-lo pela generosidade em permitir que eu possa colocar também, aqui, o posicionamento do PSDB. Nosso Partido não se reuniu. Deve fazê-lo na próxima semana, mas há consenso em relação a essa matéria. Inicialmente, quero dizer que o PSDB avaliza a proposta de entendimento aqui apresentada pelo Senador José Agripino, como Líder dos Democratas.

Seria muito bom que o Congresso Nacional chegasse a um entendimento sobre essa matéria. A crise não é artificial, como diz o Ministro Tarso Genro. É uma crise real e de profundidade. Há um escândalo campeando pela mídia nacional. Certamente, escândalo maior haverá se abrirmos a caixa-preta dos cartões corporativos, instalada na Presidência da República.

O Senador Romero Jucá quer uma CPI para investigar dez anos, mas para investigar vários itens das despesas públicas dos governos que se sucederam nesse período. Não há regimentalidade para essa proposta, porque não há fato determinado. Não conheço denúncias a respeito das despesas efetuadas em governos anteriores. Neste momento, elas não estão postas.

Não conheço, também, Senador Geraldo Mesquita, requerimento de informação que não tenha sido respondido pelo Executivo, relativamente a governos anteriores.

Estamos sob a vigência do Governo Lula. As nossas ações de natureza política se desenvolvem

no âmbito do Governo Lula. A nossa responsabilidade de fiscalização, nesta hora, é em relação ao Governo Lula.

A responsabilidade de fiscalizar governos passados foi daqueles que integravam o Parlamento durante os governos que já se foram.

De outro lado, não há objetividade na proposta do Senador Romero Jucá. Quem diz isso não sou eu, é a Ministra Dilma Rousseff.

Em resposta à nossa pretensão de saber como o Presidente da República e os seus ecônomos gastaram com o cartão corporativo, a Ministra respondeu – cerca de 964 processos, num período de 2003 a agosto de 2005, quando formulamos o nosso pedido de informações –: “Considerando uma média de 100 folhas por processo, teríamos 100 mil cópias; 22.300 notas fiscais nesse período”. Ou seja, a Ministra afirmava: “É muita coisa para se encaminhar ao Senado Federal”.

Imagine, Senador, se fôssemos buscar a documentação de todas as despesas alinhavadas pelo Senador Romero Jucá, no seu requerimento, durante 10 anos. Um *container* de documentos certamente seria transportado até a CPI no Senado Federal.

Ou seja, nós mergulharíamos em um oceano de papéis e não chegaríamos a lugar algum. Certamente, nos afogaríamos, porque não chegaríamos a conclusão alguma. E o que deseja – perdoe-me agora a ausência do Senador Romero Jucá -, é o que deseja o Governo! O Governo não foi estimulado por nenhum objetivo de descobrir o que se passa nos bastidores dos cartões corporativos. O Governo foi estimulado a abafar o escândalo que eclodiu com certa força neste verão de 2008.

Há uma contradição que não pode ser esquecida e deve repetida. Em um primeiro momento a Ministra disse: “Mandem o auditor. Ele pode investigar aqui.” O auditor foi e voltou, porque aí veio aquela alegação que se repete a todo dia, e o Ministro Jucá a faz aqui da tribuna: “São documentos sigilosos que não podem ser conhecidos!”

E eu indago: onde estão as prerrogativas do Congresso Nacional, prerrogativas que nos garantem acesso a informações sigilosas? As CPIs, por exemplo, podem quebrar sigilo bancário, fiscal, telefônico de quem desejar quebrar. E não há mandados de segurança que a impeçam de fazê-lo, quando justifica de forma correta, juridicamente.

Os pedidos de informações sobre matérias sigilosas também são respondidos por vários governos, até pelo atual. Recentemente, o Ministro, Presidente do Banco Central, respondeu ao pedido de informações que formulei sobre matéria sigilosa.

A responsabilidade passa a ser do Congresso Nacional. A discussão sobre o sigilo dos documentos da Presidência chegou à OAB, que discorda do comportamento do Governo; chegou ao Supremo Tribunal Federal, na voz do Ministro Marco Aurélio, que discorda da posição do Governo.

Não há por que não se investigar a Presidência da República. Que não se alegue que o Presidente da República não é beneficiado com a utilização dos cartões corporativos da Presidência. Parte desse sigilo foi quebrado; a imprensa divulgou.

Lá em Florianópolis, na belíssima Florianópolis, os cartões corporativos circularam por supermercados, açougues, lojas, inclusive em empresa de autopeças, por inúmeras vezes durante um ano, ensejando que possamos suspeitar ser uma loja de autopeças que não recupera veículos, mas que oferece notas frias para calçar despesas desonestas. Ou esses cartões dos seguranças do Presidente que circularam por São Bernardo do Campo...A serviço de quem estavam esses cartões? Obviamente o responsável é o Presidente da República, quer queiram, quer não queiram os governistas. Não há como eximir o Presidente da República de responsabilidade.

Quais são as alternativas da Oposição? Primeira: em respeito à primazia da iniciativa, a CPI mista, proposta pelo Deputado Carlos Sampaio. Esta tem fato determinado. É específica. Investigará do Governo Fernando Henrique ao Governo Lula a utilização dos cartões corporativos.

Esta é a prioridade. Há a alternativa de apresentarmos uma CPI, se não houver número suficiente na Câmara, com o mesmo fato determinado, com a mesma justificativa, apenas no Senado Federal, e há essa alternativa proposta pelo Senador Agripino de entendimento com o Governo, uma CPI que pudesse ser avalizada pela Oposição e pelos Governistas. Não acredito nessa hipótese. A idéia é boa, a idéia apresenta bom senso e inteligência, mas não creio que atenda aos interesses do Governo. Essa blindagem persistente, é claro que nos enseja concluir: há irregularidades graves com a utilização dos cartões corporativos no âmbito da Presidência da República. O Presidente da República não pode estar acima do bem e do mal. Ao gastar o dinheiro público tem de prestar contas ao Tribunal de Contas, ao Senado Federal. Se parte dessas despesas são sigilosas, que sejam conhecidas, em que pese o sigilo pelo Senado Federal e pelo Tribunal de Contas. Não há por que se impedir que se audite contas do Presidente da República com gastos do dinheiro público.

E, ao final, Sr. Presidente – já que o Senador Mão Santa está ansioso para ocupar esta tribuna –, repito:

o Senador Romero Jucá voltou a falar no Governo de São Paulo; não vamos confundir, não vamos, maliciosamente, confundir: não existe cartão corporativo no Governo do Estado de São Paulo.

Nenhum secretário, secretário adjunto ou qualquer autoridade estadual possui cartões do Governo para qualquer tipo de gastos. Dê-se o nome que queira dar: cartão de pagamento, cartão corporativo. Não existe no Governo de São Paulo, segundo o Governador José Serra. O que existe é um sistema para a realização de despesas do dia-a-dia, como compra de material de construção, peças para automóveis, suprimentos para informática. As Secretarias com maior gasto são a de Saúde, Educação e Segurança Pública; são aquelas que se destacam na prestação de serviços diretos ao cidadão, e precisam manter maior estrutura de pessoal, viaturas e unidade.

Portanto, é evidente que são despesas elevadas. Num Estado do porte do Estado de São Paulo, do gigantismo do Estado de São Paulo, atendendo a setores fundamentais para a população, há gastos significativos, e não estão sendo realizados através dos cartões corporativos. Os gastos com os cartões corporativos não são significativos se nós nos referirmos ao Orçamento da União. Obviamente, não são significativos, mas podem ser imorais, podem ser ilegais, desonestos, afrontam a pobreza nacional, um desrespeito ao povo brasileiro. E é isto que nós queremos investigar. Não importa se a tapioca custa barato ou se o reparo da mesa de sinuca foi insignificante. É dinheiro público. O povo não pode pagar imposto para que o dinheiro, oriundo do imposto pago com tanto sacrifício, muitas vezes sem poder pagar, seja jogado pelas janelas da irresponsabilidade administrativa ou seja, lamentavelmente, usado por mãos sujas de corrupção. Essa investigação tem que se dar, mas tem que se dar com seriedade, com responsabilidade. É isso o que deseja o nosso Partido. Aliás, o que desejam os Parlamentares sérios do Congresso Nacional e, sobretudo, deseja o povo brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra, de imediato, ao nobre representante do Piauí, Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Geraldo Mesquita, que preside esta reunião de sexta-feira, 8 de fevereiro, Parlamentares, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo fabuloso Sistema de Comunicação do Senado (TV Senado, Rádio AM e FM, *Jornal do Senado*).

Senador Geraldo Mesquita, quis Deus V. Ex<sup>a</sup> na Presidência.

Ano passado, afirmei algumas vezes, com grande convicção, que este era o melhor Senado da história da República, o que motivou enterrarmos a vergonhosa CPMF, que era 76º imposto a que o brasileiro era submetido.

Um quadro vale por 10 mil palavras. V. Exª preside esta reunião, precisamente às 13h31min de sexta-feira.

Senador Heráclito, nunca dantes na história política deste País este Senado da República se reunia às sextas-feiras. Ainda mais pós-carnaval. Nunca na história. Somente a presença de V. Exª, quando regimentalmente já deveria ter se encerrado a sessão, que já dura quatro horas e meia, traduz o esforço, a sensibilidade e a responsabilidade dos Senadores de hoje, que são, sem dúvida nenhuma, a esperança no aprimoramento da democracia de nosso País. Nunca dantes.

Entendemos que a função deste Senado é fazer leis boas e justas, é fiscalizar o Governo e denunciar. Este Senado viu Teotônio Vilela, moribundo, com câncer, dizer que era falar resistindo e resistir falando. Ele tombou. Recentemente, vimos Ramez Tebet com o mesmo estoicismo aqui.

Felizes de nós que não precisamos buscar exemplos em outras histórias, em outros países. Aqui temos os exemplos. E o exemplo maior de Rui Barbosa... E V. Exª fica bem aí. Alvaro Dias dizia que, até fisicamente, V. Exª se parece com ele, mas acho que V. Exª é mais bonito do que Rui Barbosa. Mas ele dizia isso e comparava. Comparei na firmeza do direito.

Rui Barbosa, ó Senador Heráclito, em um de seus lampejos, de tanto ver as nulidades assumirem o Poder e rirem-se da honra, de tanto ver campear a corrupção, fez a previsão: “Vai chegar o tempo em que vamos ter vergonha de sermos honestos”.

E este Senado aqui está. O Senado somos todos nós. Tenho aqui o **Jornal do Senado** de ontem. Olha, Heráclito, V. Exª está na primeira página, aqui, esbravejando, denunciando o Governo. Na pag. 3, a manchete – e focaliza, em tamanho grande, de **outdoor**, como quando é feito para o Mercadante ou para a Ideli, como se fosse do Governo – diz: “Garibaldi: requerimento da CPI dos cartões será refeito”. É a firmeza que nosso Presidente tem demonstrado desde a reabertura deste ano legislativo.

E, José Agripino, houve cinco pronunciamentos, ontem, sobre esse escândalo, que está aí. Não bastasse a imprensa nacional, o Senado vai a fundo nisso, e, sobretudo, ô Senador José Agripino, é o combate à corrupção.

Disse aqui o Líder do Governo, o extraordinário Líder do Governo, que somos o sexto país na economia

mundial. Mas, José Agripino, somos hoje o primeiro em corrupção, o primeiro em malandragem, o primeiro em descrença. Ainda bem que V. Exª é do Rio Grande do Norte! Ontem, eu trouxe uma pesquisa, grande Líder José Agripino, feita pelo Poder Legislativo de Alagoas. Sei que Alagoas, apesar das suas belezas, está vivendo terremotos de ética. Mas eles fizeram isso. Olha, a credibilidade dos políticos chegou a 1%.

**O Sr. José Agripino** (DEM – RN) – V. Exª me permite um aparte, Senador Mão Santa?

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Mas mais estremecido fiquei quando a credibilidade da Justiça era de 7%.

Concedo o aparte a esse grande e extraordinário Líder das Oposições brasileiras, Senador José Agripino.

**O Sr. José Agripino** (DEM – RN) – Senador Mão Santa, V. Exª dignifica este Congresso com sua palavra sempre vibrante, com sua presença permanente. Vejam que, às 13h30min de uma sexta-feira, está aqui V. Exª. Desde quarta-feira, V. Exª estava aqui, sempre vigilante, sempre cuidadoso em seus depoimentos e em seus pronunciamentos, sempre coerente com o voto e zeloso com a imagem da classe política e da instituição a que pertencemos. Senador Mão Santa, temos na mão a oportunidade de colocar um tijolinho na parede da recuperação da imagem da nossa Casa, que foi, pelos fatos do ano passado, tão desmerecida, contra a atuação de V. Exª, permita-me dizer sem modéstia, e contra a minha atuação, pois procuramos ficar ao lado da ética, da coisa correta. Está em nossas mãos a oportunidade de fazer um pedacinho da parede da recuperação da imagem do Senado, na medida em que façamos uma Comissão Parlamentar de Inquérito com o objetivo isento e patriótico de coibir a improbidade. Foi dada a algumas pessoas a oportunidade de gastar com um cartão com o emblema da Nação, da República Federativa do Brasil...

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador José Agripino, peço desculpas por interrompê-lo, mas há a necessidade premente de prorrogarmos a sessão, pois o prazo já se esgotou, por mais 30 minutos, para que o Senador Mão Santa possa concluir o discurso e para que V. Exª possa proferir o aparte. Muito obrigado.

**O Sr. José Agripino** (DEM – RN) – Obrigado, Sr. Presidente. Retomando o raciocínio, devo dizer que foi dada a oportunidade de que pessoas recebessem o aval, o crédito de confiança do País, que tem recursos pagos pelo contribuinte, que somos todos nós, em compras que devem ser legítimas e justificáveis. E há denúncias de que muitas pessoas de altos escalões do atual Governo estão fazendo mau uso desse ins-

trumento. O Governo não pode conviver com a improbidade – não pode, não deve e não vai! Pela nossa ação, isso não vai acontecer, porque vamos denunciar aquilo que for ímprobo. Está V. Ex<sup>a</sup> falando nesse sentido, e estou eu aqui, na sexta-feira, às 13h30min, falando sobre isso. E vamos continuar falando sobre isso, não por vingança pessoal, não, não, mas para dar uma contribuição na recuperação da imagem da República Federativa do Brasil lá fora e da imagem da classe política aqui dentro. Se existem mazelas na classe política, também existem pessoas com coerência e com atitudes, como V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Agradeço-lhe e incorporo ao meu pronunciamento todas as palavras do extraordinário Líder Senador José Agripino, que engrandece não só esta Casa, mas a democracia do Brasil.

Queria dizer que um quadro vale por dez mil palavras. Coloque de novo aí, vamos focalizar o jornal. Ontem, também mostrando a vitalidade e a grandeza deste Senado, cinco Senadores se manifestaram contra e traduziram a indignação do povo brasileiro quanto a esse mar de corrupção que vivemos. Presidente Luiz Inácio, o Senado é para isso. Os pais da Pátria são para aconselhar, Luiz Inácio. Estamos aqui para aconselhar V. Ex<sup>a</sup>. Foram cinco Senadores. Um quadro vale por dez mil palavras.

Aqui está o resumo dos discursos feito pela grande competência dos que fazem o **Jornal do Senado**. A primeira fotografia é de Alvaro Dias. Escute a síntese do que S. Ex<sup>a</sup> disse ontem, Luiz Inácio. O Poder Executivo deve ouvir os Poderes Legislativo e Judiciário. Devemos ser eqüipotententes, um para controlar o outro. Devemos ser eqüipotententes, iguais, Luiz Inácio. Não se iluda com as informações de alopados. Alvaro Dias, que representa o Paraná, com uma vida democrática – S. Ex<sup>a</sup> galgou, foi Governador de Estado –, disse: “Informações devem incluir gastos feitos pela Presidência”.

Lembramos que, desde 2005 – atentai bem, Luiz Inácio! –, há um requerimento de Senador, pedindo melhor zelo em prestações de contas daqueles que servem V. Ex<sup>a</sup> no Palácio. Isso quer dizer que, se atendesse este Senado, V. Ex<sup>a</sup> não estaria passando esse vexame.

Lembramos que essa solicitação foi feita por S. Ex<sup>a</sup> em 2005, Senador Geraldo Mesquita.

Está aqui a síntese de outro orador, que é orgulho nosso, do Piauí, e hoje do Brasil, o Senador Heráclito Fortes, imagem do Brossard do dia de hoje. Diz-se: “Heráclito observa que Lula não poderá dizer que não sabia de nada”. Sintetiza S. Ex<sup>a</sup>, na sua inteligência, que essa é “uma espécie de bolsa-família para os pri-

vilegiados”. Não é que sejamos contra; ela é um ato de caridade. Achamos que a caridade deveria ser acompanhada, Senador Geraldo Mesquita, da educação e do trabalho, pois isso é que engrandeceria. O próprio Apóstolo Paulo, Senador Heráclito, disse que quem não trabalha não merece ganhar para comer. O estudo é que leva à sabedoria de que todos precisamos.

Outro orador é lá do Pará, empresário, Flexa Ribeiro. Segundo o jornal, “Flexa Ribeiro afirma que o decreto baixado agora por Lula não soluciona o problema”. Diz S. Ex<sup>a</sup>: “TCU pedia há quatro anos que Executivo corrigisse o mau uso”.

Trata-se do Tribunal de Contas da União, que é mais uma criação da inspiração de Rui Barbosa para o andar bem e o aperfeiçoar da democracia. Não fomos nós, do PMDB minoritário, independente, autêntico, mas o Tribunal de Contas da União, filho de Rui Barbosa, da inspiração, da obstinação e da inteligência, Luiz Inácio. Senador Alvaro Dias, foi o Tribunal de Contas da União. “O TCU há quatro anos chama a atenção para que se corrija o uso dos cartões”, Luiz Inácio. Tem que dar ouvidos.

Diz o **Jornal do Senado**: “O parlamentar afirmou que o PSDB não é contra o uso dos cartões corporativos, mas sim ‘contra o mau uso deles’.” É isso. V. Ex<sup>a</sup>, o Poder Executivo têm de ouvir o Poder Legislativo. Os pais da Pátria somos nós. Foi longo e sinuoso o caminho a chegarmos aqui. Nós representamos também Luiz Inácio, o povo do Brasil. Some os votos nossos e verifique se não é igual, na matemática, na aritmética de Trajano, que V. Ex<sup>a</sup> estudou no Senai, a aritmética mais elementar; some os votos daqui e veja que temos os votos de V. Ex<sup>a</sup>. Nós somos filhos da democracia e do voto. Estamos aqui como filhos, para defender essa democracia. Então, é isto: o PSDB não combate aquilo que criou, mas o mau uso dos cartões corporativos.

Luiz Inácio, fui Prefeitinho e Governador do Estado. Atentai bem, não posso dizer que o Partido de Vossa Excelência tem uma banda podre, porque é mais do que isso. Mas existem pessoas boas no seu Partido. Todos as tem. Lá no meu Piauí, Nazareno Fonteles é candidato a Prefeito, um homem de dignidade, um médico honrado. Há pessoas boas. Aquela que morreu, a Trindade, uma líder extraordinária, uma mulher autêntica. Há pessoas boas, como aqui. Paim. Ô Luiz Inácio, atentai bem, é dos seus! Paim ontem usou esta tribuna.

Segundo a matéria, Paim recomenda cuidado para não banalizar investigação parlamentar. “Quem errou no uso deve pagar por seu ato. Paulo Paim (PT – RS) afirmou que há muito tempo o Governo já deveria ter tomado a providência de investigar o mau uso dos cartões corporativos”.

Ô Luiz Inácio, não somos nós, Oposição. Somos nós, filhos da democracia, que temos de zelar pela Pátria. Portanto, atentai bem, ouça seu companheiro. Vossa Excelência se vangloria de ter sido um trabalhador que galgou: Paim foi um operário como Vossa Excelência e está aqui. Ontem mesmo, comemorávamos – Geraldo Mesquita estava presente. Lá no meu apartamento, o nosso garçom, Johnson, que se formou em Direito, dizia que admirava Paim. Não tem uma formatura, um curso superior, ô Luiz Inácio, mas tem uma grande cultura, entendimento das coisas. Eu lhe dizia: “Some os anos que ele tem de Parlamento, de Câmara, e isso dá quatro faculdades de Direito, como a sua”. Geraldo Mesquita estava lá.

Mas o Paim, Luiz Inácio – reconheça –, “afirmou que há muito tempo o governo já deveria ter tomado a providência de investigar o mau uso dos cartões cooperativos”.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Antes de conceder o aparte... Ah, vou conceder logo, porque depois quero resumir meu discurso. O Senador Alvaro Dias hoje se superou. S. Ex<sup>a</sup> me fez entender agora por que Sarney, um homem inspirado, no fim do seu difícil Governo, pensou em um nome para sucedê-lo: Alvaro Dias. Não deu certo: Deus, que escreve certo por linhas tortas, queria S. Ex<sup>a</sup> aqui. Isso em 1990. Há 17 anos, esse homem foi admirado e escolhido por Sarney para sucedê-lo, mas o Partido não compreendeu e fraquejou; o PMDB não acreditou na juventude daquele jovem. Hoje, ele se apresenta experimentado e fez o mais belo pronunciamento, com seriedade, sobre as falcatruas desse cartão cooperativo.

Com a palavra, esse Líder do Paraná, Alvaro Dias.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Obrigado, Senador Mão Santa. A generosidade de V. Ex<sup>a</sup> até me constrange, mas tenho que dar aqui um depoimento. V. Ex<sup>a</sup> é um Senador que honra o Piauí, mas é respeitado no Brasil todo. Por onde andamos, ouvimos falar do Mão Santa, as pessoas perguntarem sobre o Mão Santa. As pessoas que acompanham a TV Senado valorizam o seu trabalho, reconhecem a importância da presença do Senador Mão Santa no Senado Federal. E, certamente, o povo do Piauí não permitirá que V. Ex<sup>a</sup> perca essa tribuna, no futuro, já que em 2010 seremos julgados pela população. Não todos nós, mas dois terços do Senado serão submetidos a julgamento. Obviamente, aqueles que se comportaram com correção serão valorizados pela população. Aqueles que decepcionaram, terão de voltar para suas casas. Senador Mão Santa, o Líder Romero Jucá disse à

imprensa, há pouco, que a Oposição quer uma CPI meia-boca. E respondo ao Senador Romero Jucá que não existe meia-boca. Existe boca grande por detrás dos cartões corporativos, especialmente na Presidência da República. É essa boca que queremos investigar. A CPI que a Oposição pretende tem o respaldo do fato determinado, razão direta das denúncias que estão explodindo todos os dias, como enxurrada, na imprensa nacional. V. Ex<sup>a</sup> está muito bem na tribuna e tem competência, autoridade política e moral para dissertar sobre esse tema e dizer ao povo brasileiro o que, na verdade, nós que somos da Oposição, desejamos nessa hora.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Agradecemos e incorporamos todas essas palavras do grande Líder da democracia, Senador Alvaro Dias.

E, ontem, falei e falo as mesmas palavras. Cristo dizia: “Em verdade, em verdade vos digo”. Luiz Inácio, fui Prefeitinho, governei o Piauí por duas vezes; em todo governo tem isso, mas não vamos enganar o povo.

Abraham Lincoln disse: “Conseguimos enganar poucos por muito tempo; muitos, por pouco tempo; mas ninguém consegue enganar todo mundo por todo o tempo”.

Isso é uma enganação.

Eu tinha; dei a um Prefeito ou outro para pagar umas despesas imediatas, mas Vossa Excelência já permitiu, e Vossa Excelência é o nosso Presidente, e queremos ajudá-lo. Vossa Excelência permitiu ou os alopados lhe enganaram? Eu acho que os alopados lhe enganaram mais uma vez. Mais de onze mil cartões corporativos! Isso não existe. Onze mil sem prestar contas. Onze mil! Isso é um exército! Isso não existe. Essa é a porta larga de que fala a Bíblia, da vadiagem, da corrupção. Não tiraram dinheiro só da máquina, não, entrou na devassidão, transformou o Governo de Vossa Excelência.

Shakespeare, que todos nós admiramos – e está ali o nosso intelectual, Geraldo Mesquita –, o do Romeu e Julieta, o que escreveu Julio César, que disse: “*To be, or not to be: that's the question*”.

Eu admiro Hamlet, era um governo – ô Alvaro Dias –, e ele disse assim: “Há algo de podre no reino de Dinamarca”. Luiz Inácio, há algo de podre no seu reino com esses cartões corporativos.

Geraldo Mesquita, outro dia eu fui com minha Adalgisa conhecer Nápoles, porque Hamlet disse que preferia ser um mendigo em Nápoles a ser rei da Dinamarca, onde estava a podridão da corrupção. Eu fui conhecer Nápoles. E ele tinha razão. E eu não entendia por que aquilo tinha sido escrito, mas eu passei a entender: é porque Nápoles naquele tempo era capital da Itália – foi capital antes de Roma – e foi lá que se

deu o Renascimento: Leonardo da Vinci, Michelangelo, Raphael, Dante Alighieri, aquilo. Então ele disse que preferia ser um mendigo lá em Nápoles a conviver no reino podre da Dinamarca.

Vossa Excelência não merece, Luiz Inácio. Vossa Excelência, num desabafo, quase se igualou a Shakespeare quando disse que estava arrodado de aloprados.

E vamos, este Senado, esperança da democracia, continuar a ser o melhor Senado da História da República brasileira. Nós vamos enterrar os fraudadores, os aproveitadores, os aloprados desses cartões corporativos, que mancham a pureza do povo do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, e, em seu nome, cumprimento todos os Parlamen-

res que se fizeram presentes ou não nesta sessão, os servidores, o povo brasileiro em geral.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Está encerrada a presente sessão.

*(Levanta-se a sessão às 13 horas e 56 minutos.)*

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE  
DO SENADO FEDERAL

EM 8-2-08

Sexta-feira

**09:00 – sessão não deliberativa**  
Plenário do Senado

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

### Bahia

**Minoria-DEM** - Antonio Carlos Júnior\* (S)  
**Bloco-PR** - César Borges\*  
**PDT** - João Durval\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella\*  
**Maioria-PMDB** - Paulo Duque\* (S)  
**Bloco-PP** - Francisco Dornelles\*\*

### Maranhão

**Minoria-DEM** - Lobão Filho\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Roseana Sarney\*  
**PTB** - Epitácio Cafeteira\*\*

### Pará

**Minoria-PSDB** - Flexa Ribeiro\* (S)  
**PSOL** - José Nery\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Mário Couto\*\*

### Pernambuco

**Minoria-DEM** - Marco Maciel\*  
**Minoria-PSDB** - Sérgio Guerra\*  
**Maioria-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*\*

### São Paulo

**Bloco-PT** - Aloizio Mercadante\*  
**PTB** - Romeu Tuma\*  
**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*\*

### Minas Gerais

**Minoria-PSDB** - Eduardo Azeredo\*  
**Maioria-PMDB** - Wellington Salgado de Oliveira\* (S)  
**Minoria-DEM** - Eliseu Resende\*\*

### Goiás

**Minoria-DEM** - Demóstenes Torres\*  
**Minoria-PSDB** - Lúcia Vânia\*  
**Minoria-PSDB** - Marconi Perillo\*\*

### Mato Grosso

**Minoria-DEM** - Jonas Pinheiro\*  
**Bloco-PT** - Serys Slhessarenko\*  
**Minoria-DEM** - Jayme Campos\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**PTB** - Sérgio Zambiasi\*  
**Maioria-PMDB** - Pedro Simon\*\*

### Ceará

**PDT** - Patrícia Saboya\*  
**Minoria-PSDB** - Tasso Jereissati\*  
**Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda\*\*

### Paraíba

**Minoria-DEM** - Efraim Morais\*  
**Maioria-PMDB** - José Maranhão\*  
**Minoria-PSDB** - Cícero Lucena\*\*

### Espírito Santo

**Maioria-PMDB** - Gerson Camata\*  
**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**Bloco-PSB** - Renato Casagrande\*\*

### Piauí

**Minoria-DEM** - Heráclito Fortes\*  
**Maioria-PMDB** - Mão Santa\*  
**PTB** - João Vicente Claudino\*\*

### Rio Grande do Norte

**Maioria-PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Minoria-DEM** - José Agripino\*  
**Minoria-DEM** - Rosalba Ciarlini\*\*

### Santa Catarina

**Bloco-PT** - Ideli Salvatti\*  
**Maioria-PMDB** - Neuto De Conto\* (S)  
**Minoria-DEM** - Raimundo Colombo\*\*

### Alagoas

**Minoria-PSDB** - João Tenório\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Renan Calheiros\*  
**PTB** - Fernando Collor\*\*

### Sergipe

**Maioria-PMDB** - Almeida Lima\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**Minoria-DEM** - Maria do Carmo Alves\*\*

### Mandatos

\*: Período 2003/2011    \*\*: Período 2007/2015

### Amazonas

**Minoria-PSDB** - Arthur Virgílio\*  
**PDT** - Jefferson Peres\*  
**Bloco-PT** - João Pedro\*\* (S)

### Paraná

**Bloco-PT** - Flávio Arns\*  
**PDT** - Osmar Dias\*  
**Minoria-PSDB** - Alvaro Dias\*\*

### Acre

**Maioria-PMDB** - Geraldo Mesquita Júnior\*  
**Bloco-PT** - Sibá Machado\* (S)  
**Bloco-PT** - Tião Viana\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PT** - Delcídio Amaral\*  
**Maioria-PMDB** - Valter Pereira\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Marisa Serrano\*\*

### Distrito Federal

**Minoria-DEM** - Adelmir Santana\* (S)  
**PDT** - Cristovam Buarque\*  
**PTB** - Gim Argello\*\* (S)

### Tocantins

**Bloco-PR** - João Ribeiro\*  
**Maioria-PMDB** - Leomar Quintanilha\*  
**Minoria-DEM** - Kátia Abreu\*\*

### Amapá

**Maioria-PMDB** - Gilvam Borges\*  
**Minoria-PSDB** - Papaléo Paes\*  
**Maioria-PMDB** - José Sarney\*\*

### Rondônia

**Bloco-PT** - Fátima Cleide\*  
**Maioria-PMDB** - Valdir Raupp\*  
**Bloco-PR** - Expedito Júnior\*\*

### Roraima

**Bloco-PT** - Augusto Botelho\*  
**Maioria-PMDB** - Romero Jucá\*  
**PTB** - Mozarildo Cavalcanti\*\*

## COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)  
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.3.2007)

| Titulares   | Suplentes                     |
|---|-------------------------------|
| <b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA <sup>(1)</sup></b><br><b>(DEM/PSDB)</b> |                               |
| Heráclito Fortes (DEM)  | 1. César Borges (DEM)         |
| Raimundo Colombo (DEM)  |                               |
| Flexa Ribeiro (PSDB)  | 2. Marconi Perillo (PSDB)     |
| Marisa Serrano (PSDB)   |                               |
| <b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO</b><br><b>(PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)</b> |                               |
| Flávio Arns (PT)  | 1. João Ribeiro (PR)          |
| Eduardo Suplicy (PT)  | 2. Mozarildo Cavalcanti (PTB) |
| João Vicente Claudino (PTB)   |                               |
| <b>PMDB</b>   |                               |
| Valdir Raupp  | 1. Valter Pereira             |
| Wellington Salgado de Oliveira  | 2. Romero Jucá                |
| Leomar Quintanilha  |                               |
| <b>PDT</b>  |                               |
| Jefferson Peres   |                               |

(1) De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.

**Leitura: 15.3.2007**  
**Designação: 5.6.2007**  
**Instalação:**  
**Prazo Final:**

2) Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 Senadores titulares e 8 suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de voo ocorrido em 30 de março de 2007.

(Requerimento nº 401, de 2007)

(13 titulares e 8 suplentes)

**Presidente: Senador Tião Viana – (PT-AC)**

**Vice-Presidente: Senador Renato Casagrande – (PSB-ES)**

**Relator: Senador Demóstenes Torres – (DEM-GO)**

| <b>Titulares</b>  | <b>Suplentes</b>                |
|---|---------------------------------|
| <b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA<br/>(DEM/PSDB)</b>                |                                 |
| (vago) <sup>3</sup>   | 1.Raimundo Colombo (DEM)        |
| Demóstenes Torres (DEM)   | 2.Romeu Tuma (DEM)              |
| José Agripino (DEM)   |                                 |
| Mário Couto (PSDB)  | 3. Tasso Jereissati (PSDB)      |
| Sérgio Guerra (PSDB)  |                                 |
| <b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO<br/>(PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)</b> |                                 |
| Tião Viana (PT)   | 1. Ideli Salvatti (PT)          |
| Sibá Machado (PT)   | 2. João Pedro (PT) <sup>2</sup> |
| Sérgio Zambiasi (PTB)   | 3. Inácio Arruda (PCdoB)        |
| Renato Casagrande (PSB)   |                                 |
| <b>PMDB</b>   |                                 |
| Leomar Quintanilha  | 1. Romero Jucá                  |
| Gilvam Borges   | 2. Valdir Raupp                 |
| Wellington Salgado  |                                 |
| <b>PDT</b>  |                                 |
| (vago) <sup>1</sup>   |                                 |

<sup>1</sup> O Senador Osmar Dias deixa de compor esta Comissão, a partir de 29.05.2007 (Ofício nº 70/07 – GLPDT).

<sup>2</sup> O Senador Expedito Júnior foi substituído pelo Senador João Pedro, conforme número 114/2007 – da liderança do Bloco de Apoio do Governo, lido na sessão de 16/05/2007.

<sup>3</sup> Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

**Leitura: 25.4.2007**

**Designação: 15.5.2007**

**Instalação: 17.5.2007**

**Prazo Final: 26.11.2007**

## COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

|                         |
|-------------------------|
| Aloizio Mercadante – PT |
| Eduardo Suplicy – PT    |
| Romeu Tuma – DEM        |

**Leitura: 8.2.2007**

**Designação: 13.2.2007**

**Instalação:**

**Prazo Final:**

**COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**  
**1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT**  
**Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - DEM**

| TITULARES  | SUPLENTE                          |
|--|-----------------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                                   |
| Eduardo Suplicy – PT   | 1. Flávio Arns – PT               |
| Francisco Dornelles – PP   | 2. Paulo Paim – PT                |
| Delcídio Amaral – PT   | 3. Ideli Salvatti – PT            |
| Aloizio Mercadante – PT  | 4. Sibá Machado – PT              |
| Fernando Collor – PTB  | 5. Marcelo Crivella – PRB         |
| Renato Casagrande – PSB  | 6. Inácio Arruda – PC do B        |
| Exedito Júnior – PR  | 7. Patrícia Saboya – PSB          |
| Serys Slhessarenko – PT  | 8. Antonio Carlos Valadares – PSB |
| João Vicente Claudino – PTB  | 9. João Ribeiro – PR              |
| <b>PMDB</b>  |                                   |
| Romero Jucá  | 1. Valter Pereira                 |
| Valdir Raupp   | 2. Roseana Sarney                 |
| Pedro Simon  | 3. Wellington Salgado de Oliveira |
| Mão Santa  | 4. Leomar Quintanilha             |
| Gilvam Borges  | 5. (vago)                         |
| Neuto De Conto   | 6. Paulo Duque                    |
| Garibaldi Alves Filho  | 7. Jarbas Vasconcelos             |
| <b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>                                   |                                   |
| Adelmir Santana - DEM  | 1. Jonas Pinheiro - DEM           |
| Edison Lobão - DEM   | 2. (vago) <sup>1</sup>            |
| Eliseu Resende - DEM   | 3. Demóstenes Torres - DEM        |
| Jayme Campos - DEM   | 4. Rosalba Ciarlini - DEM         |
| Kátia Abreu - DEM  | 5. Marco Maciel - DEM             |
| Raimundo Colombo - DEM   | 6. Romeu Tuma - DEM               |
| Cícero Lucena – PSDB   | 7. Arthur Virgílio – PSDB         |
| Flexa Ribeiro – PSDB   | 8. Eduardo Azeredo – PSDB         |
| Sérgio Guerra – PSDB   | 9. Marconi Perillo – PSDB         |
| Tasso Jereissati – PSDB  | 10. João Tenório – PSDB           |
| <b>PDT</b>   |                                   |
| Osmar Dias   | 1. Jefferson Péres                |

<sup>1</sup> Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [scomcae@senado.gov.br](mailto:scomcae@senado.gov.br)

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Cícero Lucena - PSDB  
Vice-Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>                          |
|--|---|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |   |
| Antonio Carlos Valadares – PSB   | 1. Delcídio Amaral – PT                   |
| Sibá Machado – PT  | 2. Serys Slhessarenko – PT                |
| Expedito Júnior – PR   | 3. João Vicente Claudino – PTB            |
| <b>PMDB</b>  |   |
| Valdir Raupp   | 1. Mão Santa                              |
| Garibaldi Alves Filho  | 2. Renato Casagrande – PSB <sup>(1)</sup> |
| <b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>                                   |   |
| Jayme Campos - DEM   | 1. Jonas Pinheiro - DEM                   |
| Raimundo Colombo - DEM   | 2. Flexa Ribeiro – PSDB                   |
| Sérgio Guerra – PSDB   | 3. Eduardo Azeredo – PSDB                 |
| <b>(PMDB, PSDB, PDT)<sup>(2)</sup></b>                                 |   |
| Cícero Lucena - PSDB   | 1. vago                                   |

<sup>(1)</sup> Vaga do PMDB cedida ao PSB

<sup>(2)</sup> Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB  
Vice-Presidente: Senador Neuto De Conto – PMDB  
Relator: Senador Francisco Dornelles - PP**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>                       |
|--|--|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |  |
| Eduardo Suplicy – PT   | 1. Renato Casagrande – PSB             |
| Francisco Dornelles – PP   | 2. Ideli Salvatti – PT                 |
| <b>PMDB</b>  |  |
| Mão Santa  | 1. vago                                |
| Neuto De Conto   | 2. vago                                |
| <b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>                                   |  |
| Raimundo Colombo - DEM   | 1. João Tenório – PSDB <sup>(2)</sup>  |
| Osmar Dias – PDT <sup>(1)</sup>  | 2. Cícero Lucena – PSDB <sup>(2)</sup> |
| Tasso Jereissati – PSDB  | 1. Flexa Ribeiro – PSDB                |

<sup>(1)</sup> Vaga cedida ao PDT

<sup>(2)</sup> Vaga cedida ao PSDB

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:  
Vice-Presidente:**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>            |
|--|-----------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                             |
| Delcídio Amaral – PT   | 1. Francisco Dornelles – PP |
| Inácio Arruda – PC do B  | 2. Renato Casagrande – PSB  |
| <b>PMDB</b>  |                             |
| Valdir Raupp   | 1. Romero Jucá              |
| Garibaldi Alves Filho  | 2. Valter Pereira           |
| <b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>                                   |                             |
| Kátia Abreu - DEM  | 1. José Agripino - DEM      |
| Eliseu Resende - DEM   | 2. Romeu Tuma - DEM         |
| Sérgio Guerra – PSDB   | 1. Tasso Jereissati – PSDB  |

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**  
**(21 titulares e 21 suplentes)**

**Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – DEM**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>                  |
|--|-----------------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                                   |
| Patrícia Saboya – PSB  | 1. Fátima Cleide – PT             |
| Flávio Arns – PT   | 2. Serys Slhessarenko – PT        |
| Augusto Botelho – PT   | 3. Expedito Júnior – PR           |
| Paulo Paim – PT  | 4. Fernando Collor – PTB          |
| Marcelo Crivella – PRB   | 5. Antonio Carlos Valadares – PSB |
| Inácio Arruda – PC do B  | 6. Ideli Salvatti – PT            |
| João Pedro - PT  | 7. Magno Malta - PR               |
|  | 8. (vago)                         |
| <b>PMDB</b>  |                                   |
| Romero Jucá  | 1. Leomar Quintanilha             |
| Geraldo Mesquita Júnior  | 2. Valter Pereira                 |
| Garibaldi Alves Filho  | 3. Pedro Simon                    |
| Valdir Raupp   | 4. Neuto De Conto                 |
| Wellington Salgado de Oliveira   | 5. (vago)                         |
| <b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>                                   |                                   |
| Demóstenes Torres – DEM  | 1. Adelmir Santana – DEM          |
| Jayme Campos – DEM   | 2. Heráclito Fortes – DEM         |
| Kátia Abreu – DEM  | 3. Raimundo Colombo – DEM         |
| Rosalba Ciarlini – DEM   | 4. Romeu Tuma – DEM               |
| Eduardo Azeredo – PSDB   | 5. Cícero Lucena – PSDB           |
| Lúcia Vânia – PSDB   | 6. Sérgio Guerra – PSDB           |
| Papaléo Paes – PSDB  | 7. Marisa Serrano – PSDB          |
| <b>PDT</b>   |                                   |
| João Durval  | 1. Cristovam Buarque              |
| <b>PSOL</b>  |                                   |
| José Nery  |                                   |

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [somcas@senado.gov.br](mailto:somcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT  
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>        |
|--|-------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                         |
| Paulo Paim - PT  | 1. Flávio Arns – PT     |
| Marcelo Crivella - PRB   | 2. (vago)               |
| <b>PMDB e PDT</b>  |                         |
| Geraldo Mesquita Júnior – PMDB   | 1. (vago)               |
| <b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>                                   |                         |
| Lúcia Vânia – PSDB   | 1. Cícero Lucena – PSDB |
| Jayne Campos – DEM   | 2. Kátia Abreu - DEM    |

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [scomcas@senado.gov.br](mailto:scomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB  
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>         |
|--|--------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                          |
| Flávio Arns - PT   | 1. Fátima Cleide - PT    |
| Paulo Paim - PT  | 2. (vago)                |
| <b>PMDB e PDT</b>  |                          |
| Geraldo Mesquita Júnior – PMDB   | 1. (vago)                |
| <b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>                                   |                          |
| Eduardo Azeredo – PSDB   | 1. Papaléo Paes – PSDB   |
| Rosalba Ciarlini – DEM   | 2. Marisa Serrano - PSDB |

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [scomcas@senado.gov.br](mailto:scomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,  
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB**

**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>         |
|--|--------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                          |
| Augusto Botelho - PT   | 1. (vago)                |
| Flávio Arns – PT   | 2. (vago)                |
| <b>DEM ou PDT</b>  |                          |
| João Durval - PDT  | 1. Adelmir Santana - DEM |
| <b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>                                   |                          |
| Papaléo Paes – PSDB  | 1. Cícero Lucena – PSDB  |
| Rosalba Ciarlini – DEM   | 2. Kátia Abreu - DEM     |

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [scomcas@senado.gov.br](mailto:scomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: (vago) <sup>1</sup>**

**Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB**

| TITULARES  | SUPLENTE                          |
|--|-----------------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                                   |
| Serys Slhessarenko – PT  | 1. Paulo Paim - PT                |
| Sibá Machado – PT  | 2. Ideli Salvatti - PT            |
| Eduardo Suplicy – PT   | 3. Patrícia Saboya - PSB          |
| Aloizio Mercadante – PT  | 4. Inácio Arruda – PC do B        |
| Epitácio Cafeteira - PTB   | 5. João Ribeiro - PR              |
| Mozarildo Cavalcanti - PTB   | 6. Magno Malta - PR               |
| Antonio Carlos Valadares - PSB   |                                   |
| <b>PMDB</b>  |                                   |
| Pedro Simon  | 1. Roseana Sarney                 |
| Valdir Raupp   | 2. Wellington Salgado de Oliveira |
| Romero Jucá  | 3. Leomar Quintanilha             |
| Jarbas Vasconcelos   | 4. Paulo Duque                    |
| Valter Pereira   | 5. José Maranhão                  |
| Gilvam Borges  | 6. Neuto De Conto                 |
| <b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>                                   |                                   |
| Adelmiir Santana – DEM   | 1. Eliseu Resende – DEM           |
| (vago) <sup>1</sup>  | 2. Jayme Campos – DEM             |
| Demóstenes Torres – DEM  | 3. José Agripino – DEM            |
| Edison Lobão – DEM   | 4. Kátia Abreu – DEM              |
| Romeu Tuma – DEM   | 5. Maria do Carmo Alves – DEM     |
| Arthur Virgílio - PSDB   | 6. Flexa Ribeiro - PSDB           |
| Eduardo Azeredo - PSDB   | 7. João Tenório - PSDB            |
| Lúcia Vânia - PSDB   | 8. Marconi Perillo - PSDB         |
| Tasso Jereissati - PSDB  | 9. Mário Couto - PSDB             |
| <b>PDT</b>   |                                   |
| Jefferson Péres  | 1. Osmar Dias                     |
| <b>PSOL</b>  |                                   |
|  | José Nery                         |

<sup>1</sup> Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [scomccj@senado.gov.br](mailto:scomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**  
(5 titulares)

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT**  
**Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>                  |
|--|-----------------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                                   |
| Flávio Arns - PT   | 1. Patrícia Saboya - PSB          |
| Augusto Botelho - PT   | 2. João Pedro - PT                |
| Fátima Cleide - PT   | 3. Aloizio Mercadante - PT        |
| Paulo Paim - PT  | 4. Antonio Carlos Valadares - PSB |
| Ideli Salvatti - PT  | 5. Francisco Dornelles - PP       |
| Inácio Arruda – PC do B  | 6. Marcelo Crivella – PRB         |
| Renato Casagrande - PSB  | 7. João Vicente Claudino – PTB    |
| Sérgio Zambiasi - PTB  | 8. Magno Malta – PR               |
| João Ribeiro - PR  | 9. (vago)                         |
| <b>PMDB</b>  |                                   |
| Wellington Salgado de Oliveira   | 1. Romero Jucá                    |
| Gilvam Borges  | 2. Leomar Quintanilha             |
| Mão Santa  | 3. Pedro Simon                    |
| Valdir Raupp   | 4. Valter Pereira                 |
| Paulo Duque  | 5. Jarbas Vasconcelos             |
| Geraldo Mesquita Júnior  | 6. (vago)                         |
| (vago)   | 7. Neuto De Conto                 |
| <b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>                                   |                                   |
| Edison Lobão - DEM   | 1. Adelmir Santana - DEM          |
| Heráclito Fortes - DEM   | 2. Demóstenes Torres - DEM        |
| Maria do Carmo Alves - DEM   | 3. Jonas Pinheiro - DEM           |
| Marco Maciel - DEM   | 4. José Agripino - DEM            |
| Raimundo Colombo - DEM   | 5. Kátia Abreu - DEM              |
| Rosalba Ciarlini - DEM   | 6. Romeu Tuma - DEM               |
| Marconi Perillo - PSDB   | 7. Cícero Lucena - PSDB           |
| Marisa Serrano - PSDB  | 8. Eduardo Azeredo - PSDB         |
| Papaléo Paes - PSDB  | 9. (vago) <sup>1</sup>            |
| Flexa Ribeiro- PSDB  | 10. Lúcia Vânia - PSDB            |
| <b>PDT</b>   |                                   |
| Cristovam Buarque  | 1. Jefferson Péres                |

<sup>1</sup> Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

#### 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Presidente: Senador Demóstenes Torres - DEM**  
**Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB**

**(12 titulares e 12 suplentes)**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>              |
|--|-------------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                               |
| Paulo Paim - PT  | 1. (vago)                     |
| Flávio Arns - PT   | 2. (vago)                     |
| Sérgio Zambiasi - PTB  | 3. Magno Malta - PR           |
| <b>PMDB</b>  |                               |
| Geraldo Mesquita Júnior  | 1. Valdir Raupp               |
| Valter Pereira   | 2. (vago)                     |
| Paulo Duque  | 3. (vago)                     |
| <b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>                                   |                               |
| Demóstenes Torres - DEM  | 1. Maria do Carmo Alves - DEM |
| Romeu Tuma - DEM   | 2. Marco Maciel - DEM         |
| Rosalba Ciarlini - DEM   | 3. Raimundo Colombo - DEM     |
| Marisa Serrano - PSDB  | 4. Eduardo Azeredo - PSDB     |
| Marconi Perillo - PSDB   | 5. Flexa Ribeiro - PSDB       |
| <b>PDT</b>   |                               |
| Francisco Dornelles - PP   | 1. Cristovam Buarque          |

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

#### 4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (9 titulares e 9 suplentes)

#### 4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO (7 titulares e 7 suplentes)

#### 4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE (7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE - CMA  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB**

**Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>           |
|--|----------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                            |
| Renato Casagrande – PSB  | 1. Flávio Arns – PT        |
| Sibá Machado – PT  | 2. Augusto Botelho –PT     |
| Fátima Cleide – PT   | 3. Serys Slhessarenko – PT |
| João Ribeiro – PR  | 4. Inácio Arruda – PC do B |
| Fernando Collor – PTB  | 5. Expedito Júnior – PR    |
| <b>PMDB</b>  |                            |
| Leomar Quintanilha   | 1. Romero Jucá             |
| Wellington Salgado de Oliveira   | 2. Gilvam Borges           |
| Valdir Raupp   | 3. Garibaldi Alves Filho   |
| Valter Pereira   | 4. Geraldo Mesquita Júnior |
| <b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>                                   |                            |
| Eliseu Resende – DEM   | 1. Adelmir Santana – DEM   |
| Heráclito Fortes – DEM   | 2. César Borges – DEM      |
| Jonas Pinheiro – DEM   | 3. Edison Lobão – DEM      |
| José Agripino – DEM  | 4. Raimundo Colombo – DEM  |
| Cícero Lucena – PSDB   | 5. Lúcia Vânia – PSDB      |
| Marisa Serrano – PSDB  | 6. Flexa Ribeiro – PSDB    |
| Marconi Perillo – PSDB   | 7. Sérgio Guerra – PSDB    |
| <b>PDT</b>   |                            |
| Jefferson Péres  | 1. (vago)                  |

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB  
Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>         |
|--|--------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                          |
| Renato Casagrande – PSB  | 1. Flávio Arns – PT      |
| Inácio Arruda – PC do B  | 2. Expedito Júnior – PR  |
| <b>PMDB</b>  |                          |
| Valter Pereira   | 1. Garibaldi Alves Filho |
| <b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>                                   |                          |
|  | 1. Adelmir Santana – DEM |
| Marconi Perillo – PSDB   | 2. Marisa Serrano – PSDB |
| Cícero Lucena – PSDB   |                          |

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Cícero Lucena- PSDB  
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PR**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>           |
|--|----------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                            |
| João Ribeiro – PR  | 1. Inácio Arruda – PC do B |
| Serys Shlessarenko – PT  | 2. Augusto Botelho –PT     |
| <b>PMDB</b>  |                            |
| Wellington Salgado de Oliveira   | 1. Garibaldi Alves Filho   |
| <b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>                                   |                            |
| Jonas Pinheiro – DEM   | 1. Adelmir Santana – DEM   |
| Cícero Lucena – PSDB   | 5. Marisa Serrano – PSDB   |

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH  
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim- PT  
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>              |
|--|-------------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                               |
| Flávio Arns – PT   | 1. Serys Slhessarenko- PT     |
| Fátima Cleide – PT   | 2. Eduardo Suplicy – PT       |
| Paulo Paim – PT  | 3. Sérgio Zambiasi – PTB      |
| Patrícia Saboya – PSB  | 4. Sibá Machado - PT          |
| Inácio Arruda – PC do B  | 5. Ideli Salvatti- PT         |
|  | 6. Marcelo Crivella - PRB     |
| <b>PMDB</b>  |                               |
| Leomar Quintanilha   | 1. Mão Santa                  |
| Geraldo Mesquita Júnior  | 2. Romero Jucá                |
| Paulo Duque  | 3. (vago)                     |
| Wellington Salgado de Oliveira   | 4. Valter Pereira             |
| Gilvam Borges  | 5. Jarbas Vasconcelos         |
| <b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>                                   |                               |
| César Borges – DEM   | 1. Edison Lobão – DEM         |
| Eliseu Resende – DEM   | 2. Heráclito Fortes – DEM     |
| Romeu Tuma – DEM   | 3. Jayme Campos – DEM         |
| Jonas Pinheiro – DEM   | 4. Maria do Carmo Alves – DEM |
| Arthur Virgílio – PSDB   | 5. Mário Couto – PSDB         |
| Cícero Lucena – PSDB   | 6. Lúcia Vânia – PSDB         |
| (vago) <sup>1</sup>  | 7. Papaléo Paes               |
| <b>PDT</b>   |                               |
| Cristovam Buarque  | 1. (vago)                     |
| <b>PSOL</b>  |                               |
| José Nery  |                               |

<sup>1</sup> Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: [scomcdh@senado.gov.br](mailto:scomcdh@senado.gov.br).

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>       |
|--|------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                        |
| Paulo Paim – PT  | 1. Flávio Arns – PT    |
| Serys Slhessarenko- PT   | 2. Sibá Machado - PT   |
| <b>PMDB</b>  |                        |
| Leomar Quintanilha   | 1. Gilvam Borges       |
| Geraldo Mesquita Júnior  | 2. (vago)              |
| <b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>                                   |                        |
| Maria do Carmo Alves – DEM   | 1. (vago)              |
| Heráclito Fortes – DEM   | 2. (vago)              |
| Lúcia Vânia – PSDB   | 3. Papaléo Paes – PSDB |

**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO**  
(5 titulares e 5 suplentes)

**Presidente: Senador José Nery - PSOL**  
**Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>           |
|--|----------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                            |
| Eduardo Suplicy – PT   | 1. Flávio Arns - PT        |
|  | 2. Patrícia Saboya – PSB . |
| <b>PMDB</b>  |                            |
| Inácio Arruda – Pcdob  | 1. Geraldo Mesquita Júnior |
| <b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>                                   |                            |
| Maria do Carmo Alves – DEM   | 1. Edison Lobão – DEM      |
| Lúcia Vânia – PSDB   | 5. Cícero Lucena – PSDB    |
| <b>PSOL</b>  |                            |
| José Nery  |                            |

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente – Senador Heráclito Fortes - DEM**  
**Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>                  |
|--|-----------------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                                   |
| Eduardo Suplicy – PT   | 1. Inácio Arruda – PC do B        |
| Marcelo Crivella – PRB   | 2. Aloizio Mercadante – PT        |
| Fernando Collor – PTB  | 3. Augusto Botelho – PT           |
| Antonio Carlos Valadares – PSB   | 4. Serys Slhessarenko – PT        |
| Mozarildo Cavalcanti – PTB   | 5. Fátima Cleide – PT             |
| João Ribeiro – PR  | 6. Francisco Dornelles – PP       |
| <b>PMDB</b>  |                                   |
| Pedro Simon  | 1. Valdir Raupp                   |
| Mão Santa  | 2. Leomar Quintanilha             |
| (vago)   | 3. Wellington Salgado de Oliveira |
| Jarbas Vasconcelos   | 4. Gilvam Borges                  |
| Paulo Duque  | 5. Garibaldi Alves Filho          |
| <b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>                                   |                                   |
| Heráclito Fortes – DEM   | 1. Edison Lobão – DEM             |
| Marco Maciel – DEM   | 2. César Borges – DEM             |
| Maria do Carmo Alves – DEM   | 3. Kátia Abreu – DEM              |
| Romeu Tuma – DEM   | 4. Rosalba Ciarlini – DEM         |
| Arthur Virgílio – PSDB   | 5. Flexa Ribeiro – PSDB           |
| Eduardo Azeredo – PSDB   | 6. (vago) <sup>1</sup>            |
| João Tenório – PSDB  | 7. Sérgio Guerra – PSDB           |
| <b>PDT</b>   |                                   |
| Cristovam Buarque  | 1. Jefferson Péres                |

<sup>1</sup> Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [giraomot@senado.gov.br](mailto:giraomot@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS  
BRASILEIROS NO EXTERIOR  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB**

**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>          |
|--|---------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                           |
| Augusto Botelho - PT   | 1. João Ribeiro - PR      |
| Mozarildo Cavalcanti - PTB   | 2. Fátima Cleide - PT     |
| <b>PMDB</b>  |                           |
| Valdir Raupp   | 1. Leomar Quintanilha     |
| Pedro Simon  | 2. Gilvam Borges          |
| <b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>                                   |                           |
| Romeu Tuma – DEM   | 1. Marco Maciel – DEM     |
| Flexa Ribeiro - PSDB   | 2. Arthur Virgílio – PSDB |
| <b>PDT</b>   |                           |
| Jefferson Péres  | 1. Cristovam Buarque      |

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva  
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
 E – Mail: [giraomot@senado.gov.br](mailto:giraomot@senado.gov.br)

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL  
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Fernando Collor - PTB**

**Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>           |
|--|----------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                            |
| Fernando Collor - PTB  | 1. Inácio Arruda – PC do B |
| João Ribeiro - PR  | 2. Augusto Botelho - PT    |
| <b>PMDB</b>  |                            |
| Mão Santa  | 1. Valdir Raupp            |
| (vago)   | 2. Leomar Quintanilha      |
| <b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>                                   |                            |
| Romeu Tuma – DEM   | 1. Rosalba Ciarlini – DEM  |
| Eduardo Azeredo - PSDB   | 2. Papaléo Paes – PSDB     |
| <b>PDT</b>   |                            |
| Cristovam Buarque  | 1. Jefferson Péres         |

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva  
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
 E – Mail: [giraomot@senado.gov.br](mailto:giraomot@senado.gov.br)

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS  
FORÇAS ARMADAS**

**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Romeu Tuma - DEM**

**Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>          |
|--|---------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                           |
| Fernando Collor - PTB  | 1. Marcelo Crivella – PRB |
| <b>PMDB</b>  |                           |
| Paulo Duque  | 1. Pedro Simon            |
| <b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>                                   |                           |
| Romeu Tuma – DEM   | 1. Marco Maciel – DEM     |
| Eduardo Azeredo - PSDB   | 2. Flexa Ribeiro – PSDB   |
| <b>PDT</b>   |                           |
| Jefferson Péres  | 1.                        |

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [giraomot@senado.gov.br](mailto:giraomot@senado.gov.br)

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB**  
**Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>               |
|--|--------------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                                |
| Serys Slhessarenko – PT  | 1. Flávio Arns– PT             |
| Delcídio Amaral– PT  | 2. Fátima Cleide– PT           |
| Ideli Salvatti– PT   | 3. Aloizio Mercadante– PT      |
| Francisco Dornelles– PP  | 4. João Ribeiro– PR            |
| Inácio Arruda– PC do B   | 5. Augusto Botelho – PT        |
| Fernando Collor– PTB   | 6. João Vicente Claudino – PTB |
| Expedito Júnior– PR  | 7. Renato Casagrande– PSB      |
| <b>PMDB</b>  |                                |
| Romero Jucá  | 1. Garibaldi Alves Filho       |
| Valdir Raupp   | 2. José Maranhão               |
| Leomar Quintanilha   | 3. Gilvam Borges               |
| (vago)   | 4. Neuto De Conto              |
| Valter Pereira   | 5. Geraldo Mesquita Júnior     |
| Wellington Salgado de Oliveira   | 6. Pedro Simon                 |
| <b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>                                   |                                |
| Adelmir Santana – DEM  | 1. Demóstenes Torres – DEM     |
| Eliseu Resende – DEM   | 2. Marco Maciel – DEM          |
| Jayme Campos – DEM   | 3. Jonas Pinheiro – DEM        |
| Heráclito Fortes – DEM   | 4. Rosalba Ciarlini – DEM      |
| Raimundo Colombo – DEM   | 5. Romeu Tuma – DEM            |
| João Tenório – PSDB  | 6. Cícero Lucena – PSDB        |
| Marconi Perillo – PSDB   | 7. Eduardo Azeredo – PSDB      |
| Flexa Ribeiro – PSDB   | 8. Mário Couto – PSDB          |
| Sérgio Guerra – PSDB   | 9. Tasso Jereissati – PSDB     |
| <b>PDT</b>   |                                |
| João Durval  | 1. (vago)                      |

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286  
E – Mail : [scomci@senado.gov.br](mailto:scomci@senado.gov.br)

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A  
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB  
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - DEM**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>                  |
|--|-----------------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                                   |
| Fátima Cleide – PT   | 1. Sibá Machado – PT              |
| Patrícia Saboya – PSB  | 2. Expedito Júnior – PR           |
| João Pedro - PT  | 3. Inácio Arruda – PC do B        |
| João Vicente Claudino – PTB  | 4. Antonio Carlos Valadares – PSB |
| Mozarildo Cavalcanti – PTB   |                                   |
| <b>PMDB</b>  |                                   |
| José Maranhão  | 1. Leomar Quintanilha             |
| Geraldo Mesquita Júnior  | 2. Wellington Salgado de Oliveira |
| Garibaldi Alves Filho  | 3. Pedro Simon                    |
| Valter Pereira   | 4. Valdir Raupp                   |
| <b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>                                   |                                   |
| Demóstenes Torres – DEM  | 1. Adelmir Santana – DEM          |
| Jonas Pinheiro – DEM   | 2. Jayme Campos – DEM             |
| Marco Maciel – DEM   | 3. Kátia Abreu – DEM              |
| Rosalba Ciarlini – DEM   | 4. Maria do Carmo Alves – DEM     |
| Lúcia Vânia – PSDB   | 5. Tasso Jereissati – PSDB        |
| Marisa Serrano – PSDB  | 6. Flexa Ribeiro – PSDB           |
| Cícero Lucena – PSDB   | 7. João Tenório – PSDB            |
| <b>PDT</b>   |                                   |
| Jefferson Péres  | 1. Osmar Dias                     |
| <b>PSOL</b>  |                                   |
|  | José Nery                         |

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira  
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas  
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627  
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente – Senador Neuto De Conto - PMDB**  
**Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>           |
|--|----------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                            |
| Sibá Machado – PT  | 1. Paulo Paim – PT         |
| Delcídio Amaral – PT   | 2. Aloizio Mercadante – PT |
| Antonio Carlos Valadares – PSB   | 3. João Ribeiro – PR       |
| Expedito Júnior – PR   | 4. Augusto Botelho - PT    |
| João Pedro – PT  | 5. José Nery – PSOL        |
| <b>PMDB</b>  |                            |
| Garibaldi Alves Filho  | 1. Valdir Raupp            |
| Leomar Quintanilha   | 2. Romero Jucá             |
| Pedro Simon  | 3. Valter Pereira          |
| Neuto De Conto   | 4. Mão Santa               |
| <b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>                                   |                            |
| Heráclito Fortes – DEM   | 1. Edison Lobão – DEM      |
| César Borges – DEM   | 2. Eliseu Resende – DEM    |
| Jonas Pinheiro – DEM   | 3. Raimundo Colombo – DEM  |
| Kátia Abreu – DEM  | 4. Rosalba Ciarlini – DEM  |
| Cícero Lucena – PSDB   | 5. Marconi Perillo – PSDB  |
| Flexa Ribeiro – PSDB   | 6. João Tenório – PSDB     |
| Marisa Serrano – PSDB  | 7. Sérgio Guerra – PSDB    |
| <b>PDT</b>   |                            |
| Osmar Dias   | 1. João Durval             |

Secretário: Marcello Varella  
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –  
Telefone: 3311-3506 Fax:  
E – Mail: marcello@senado.gov.br

**10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente – Senador João Tenório - PSDB**  
**Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>                |
|--|---------------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                                 |
| Sibá Machado – PT  | 1. Paulo Paim – PT              |
| Antonio Carlos Valadares – PSB   | 2. João Ribeiro – PR            |
| <b>PMDB</b>  |                                 |
| Valter Pereira   | 1. Valdir Raupp                 |
| Neuto De Conto   | 2. Mão Santa                    |
| <b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>                                   |                                 |
| Jonas Pinheiro – DEM   | 1. Raimundo Colombo – DEM – DEM |
|  | 2. Rosalba Ciarlini – DEM – DEM |
| João Tenório – PSDB  | 3. Cícero Lucena - PSDB         |
| Marisa Serrano – PSDB  |                                 |

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA -  
CCT  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB**

**Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>            |
|--|-----------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                             |
| Marcelo Crivella – PRB   | 1. Expedito Júnior – PR     |
| Augusto Botelho – PT   | 2. Flávio Arns – PT         |
| Renato Casagrande – PSB  | 3. João Ribeiro – PR        |
| Sérgio Zambiasi – PTB  | 4. Francisco Dornelles – PP |
| Ideli Salvatti – PT  | 5. Fátima Cleide – PT       |
| <b>PMDB</b>  |                             |
| Valdir Raupp   | 1. Romero Jucá              |
| Wellington Salgado de Oliveira   | 2. Garibaldi Alves Filho    |
| Gilvam Borges  | 3. Mão Santa                |
| Valter Pereira   | 4. Leomar Quintanilha       |
| <b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>                                   |                             |
| Demóstenes Torres – DEM  | 1. Eliseu Resende – DEM     |
| Romeu Tuma – DEM   | 2. Heráclito Fortes – DEM   |
| Maria do Carmo Alves – DEM   | 3. Marco Maciel – DEM       |
| José Agripino – DEM  | 4. Rosalba Ciarlini – DEM   |
| João Tenório – PSDB  | 5. Flexa Ribeiro – PSDB     |
| Eduardo Azeredo – PSDB   | 6. Marconi Perillo – PSDB   |
| Cícero Lucena – PSDB   | 7. Papaléo Paes – PSDB      |
| <b>PDT</b>   |                             |
| (vago)   | 1. (vago)                   |

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas

Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025

E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

**11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**  
(5 titulares e 5 suplentes)

**Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB**  
**Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>          |
|--|---------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                           |
| Flávio Arns – PT   | 1. Sérgio Zambiasi – PTB  |
| Renato Casagrande – PSB  | 2. Expedito Júnior – PR   |
| <b>PMDB</b>  |                           |
| Valter Pereira   | 1. Gilvam Borges          |
| <b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>                                   |                           |
| Demóstenes Torres – DEM  | 1. Heráclito Fortes – DEM |
| Eduardo Azeredo – PSDB   | 2. Cícero Lucena – PSDB   |

**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS**  
(5 titulares e 5 suplentes)

**Presidente –**  
**Vice-Presidente –**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>            |
|--|-----------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                             |
| Marcelo Crivella – PRB   | 1. Francisco Dornelles – PP |
| Augusto Botelho – PT   | 2. Fátima Cleide – PT       |
| <b>PMDB</b>  |                             |
| Mão Santa  | 1. Garibaldi Alves Filho    |
| <b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>                                   |                             |
| Romeu Tuma – DEM   | 1. Rosalba Ciarlini – DEM   |
| Cícero Lucena – PSDB   | 2. Eduardo Azeredo – PSDB   |

# CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

## COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha** <sup>8</sup>

**Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana** <sup>3</sup>

| <b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)</b>                   |           |              |                                     |           |              |
|--|-----------|--------------|-------------------------------------|-----------|--------------|
| <b>Titulares</b>   | <b>UF</b> | <b>Ramal</b> | <b>Suplentes</b>                    | <b>UF</b> | <b>Ramal</b> |
| Augusto Botelho (PT)   | RR        | 2041         | 1. (vago)                           |           |              |
| João Pedro (PT) <sup>9</sup>                                       | PT        | 1166         | 2. Fátima Cleide (PT) <sup>5</sup>  | RO        | 2391         |
| Renato Casagrande (PSB)  | ES        | 1129         | 3. Ideli Salvatti (PT) <sup>2</sup> | SC        | 2171         |
| João Vicente Claudino (PTB) <sup>1</sup>                           | PI        | 2415         | 4. (vago)                           |           |              |
| Eduardo Suplicy (PT)   | SP        | 3213         | 5. (vago)                           |           |              |
| <b>MAIORIA (PMDB)</b>  |           |              |                                     |           |              |
| Wellington Salgado de Oliveira                                     | MG        | 2244         | 1. Valdir Raupp                     | RO        | 2252         |
| Almeida Lima <sup>4</sup>  | SE        | 1312         | 2. Gerson Camata                    | ES        | 3235         |
| Gilvam Borges  | AP        | 1713         | 3. Romero Jucá                      | RR        | 2112         |
| Leomar Quintanilha   | TO        | 2073         | 4. José Maranhão                    | PB        | 1891         |
| <b>DEM</b>   |           |              |                                     |           |              |
| Demóstenes Torres  | GO        | 2091         | 1. Jonas Pinheiro                   | MT        | 2271         |
| Heráclito Fortes   | PI        | 2131         | 2. César Borges (PR) <sup>10</sup>  | BA        | 2212         |
| Adelmir Santana  | DF        | 4702         | 3. Maria do Carmo Alves             | SE        | 1306         |
| <b>PSDB</b>  |           |              |                                     |           |              |
| Marconi Perillo  | GO        | 1961         | 1. Arthur Virgílio <sup>6</sup>     | MS        | 3016         |
| Marisa Serrano <sup>7</sup>  | AM        | 1413         | 2. Sérgio Guerra                    | PE        | 2382         |
| <b>PDT</b>   |           |              |                                     |           |              |
| Jefferson Péres  | AM        | 2063         | 1. (vago)                           |           |              |
| Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93) |           |              |                                     |           |              |
| Senador Romeu Tuma <sup>11</sup> (PTB/SP)                          |           |              |                                     |           | 2051         |

(Atualizada em 17.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br); [www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

<sup>1</sup> Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epiácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 – GLDBAG) )DSF 18.10.2007).

<sup>2</sup> Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

<sup>3</sup> Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

<sup>4</sup> Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

<sup>5</sup> Eleita na Sessão de 27.6.2007.

<sup>6</sup> Eleito na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 04.07.2007.

<sup>7</sup> Eleita na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 04.07.2007.

<sup>8</sup> Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.

<sup>9</sup> Eleito na Sessão de 16.08.2007.

<sup>10</sup> O Senador César Borges deixou o Partido dos Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.

<sup>11</sup> O Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

**COMPOSIÇÃO**

|  |                          |
|--|--------------------------|
| Senador Romeu Tuma <sup>1</sup> (PTB-SP) | Corregedor               |
| (Vago)                                   | 1º Corregedor Substituto |
| (Vago)                                   | 2º Corregedor Substituto |
| (Vago)                                   | 3º Corregedor Substituto |

(Atualizada em 17.10.2007)

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**COMPOSIÇÃO**

|        |  |
|--------|--|
| (Vago) |  |

Atualizado em 23.11.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5255  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

**COMPOSIÇÃO**

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

3ª Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda

|                                     |
|-------------------------------------|
| <b>PMDB</b>                         |
| Senadora Roseana Sarney (MA)        |
| <b>PFL</b>                          |
| Senadora Maria do Carmo Alves (SE)  |
| <b>PSDB</b>                         |
| Senadora Lúcia Vânia (GO)           |
| <b>PT</b>                           |
| Senadora Serys Slhessarenko (MT)    |
| <b>PTB</b>                          |
| Senador Sérgio Zambiasi (RS)        |
| <b>PR</b>                           |
| (vago)                              |
| <b>PDT</b>                          |
| Senador Cristovam Buarque           |
| <b>PSB (PDT)</b>                    |
| Senadora Patrícia Saboya (CE) - PDT |
| <b>PC do B</b>                      |
| Senador Inácio Arruda (CE)          |
| <b>PRB</b>                          |
| Senador Marcelo Crivella (RJ)       |
| <b>PP</b>                           |
| (vago)                              |
| <b>PSOL</b>                         |
| (vago)                              |

(Atualizada em 02.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

# CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

## COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal  
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

| MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS  | MESA DO SENADO FEDERAL   |
|---|--|
| <b><u>PRESIDENTE</u></b><br>Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)  | <b><u>PRESIDENTE</u></b>   |
| <b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b><br>Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)   | <b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b><br>Senador Tião Viana (PT-AC)   |
| <b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b><br>Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)   | <b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b><br>Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)  |
| <b><u>1º SECRETÁRIO</u></b><br>Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)   | <b><u>1º SECRETÁRIO</u></b><br>Senador Efraim Morais (DEM-PB)  |
| <b><u>2º SECRETÁRIO</u></b><br>Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)   | <b><u>2º SECRETÁRIO</u></b><br>Senador Gerson Camata (PMDB-ES)   |
| <b><u>3º SECRETÁRIO</u></b><br>Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)   | <b><u>3º SECRETÁRIO</u></b><br>Senador César Borges (DEM-BA)   |
| <b><u>4º SECRETÁRIO</u></b><br>Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)  | <b><u>4º SECRETÁRIO</u></b><br>Senador Magno Malta (PR-ES)   |
| <b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b><br>Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)   | <b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b><br>Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)   |
| <b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b><br>Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)   | <b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b><br>Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)                          |
| <b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b><br>Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ) | <b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b><br>Senador Marco Maciel (DEM-PE)         |
| <b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b><br>Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS) | <b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b><br>Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) |

(Atualizada em 12.12.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho<sup>1</sup>

| LEI Nº 8.389/91, ART. 4º  | TITULARES                                   | SUPLENTES                                       |
|---|---|---|
| Representante das empresas de rádio (inciso I)                                  | PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO <sup>2</sup> | EMANUEL SOARES CARNEIRO <sup>2</sup>            |
| Representante das empresas de televisão (inciso II)                             | GILBERTO CARLOS LEIFERT                     | ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO <sup>2</sup> |
| Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)                      | PAULO R. TONET CAMARGO                      | SIDNEI BASILE <sup>2</sup>                      |
| Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV) | FERNANDO BITTENCOURT <sup>2</sup>           | ROBERTO DIAS LIMA FRANCO                        |
| Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)              | CELSO AUGUSTO SCHRÖDER <sup>3</sup>         | (VAGO)  |
| Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)             | EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO                  | MÁRCIO LEAL                                     |
| Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)               | BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA <sup>2</sup> | STEPAN NERCESSIAN <sup>2</sup>                  |
| Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)      | GERALDO PEREIRA DOS SANTOS <sup>2</sup>     | ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO <sup>2</sup>    |
| Representante da sociedade civil (inciso IX)                                    | DOM ORANI JOÃO TEMPESTA                     | SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR                     |
| Representante da sociedade civil (inciso IX)                                    | ARNALDO NISKIER                             | GABRIEL PRIOLLI NETO                            |
| Representante da sociedade civil (inciso IX)                                    | LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO                   | PHÉLIPPE DAOU                                   |
| Representante da sociedade civil (inciso IX)                                    | ROBERTO WAGNER MONTEIRO <sup>2</sup>        | FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ <sup>2</sup>          |
| Representante da sociedade civil (inciso IX)                                    | JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO               | PAULO MARINHO                                   |

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

<sup>1</sup> Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

<sup>2</sup> Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

<sup>3</sup> Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)  
**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA<sup>4</sup>**

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)<sup>5</sup>

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

---

<sup>4</sup> Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

<sup>5</sup> Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

## REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

### COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)<sup>2</sup>

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)<sup>2</sup>

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB – RS)<sup>2</sup>

### SENADORES

| TITULARES                         | SUPLENTES                                |
|-----------------------------------|--|
| <b>Maioria (PMDB)</b>             |  |
| PEDRO SIMON (PMDB/RS)             | 1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)              |
| GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC) | 2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)                |
| <b>DEM</b>                        |  |
| EFRAIM MORAIS (DEM/PB)            | 1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)              |
| ROMEU TUMA (DEM/SP)               | 2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)             |
| <b>PSDB</b>                       |  |
| MARISA SERRANO (PSDB/MS)          | 1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)             |
| <b>PT</b>                         |  |
| ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)        | 1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)                   |
| <b>PTB</b>                        |  |
| SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)          | 1. FERNANDO COLLOR <sup>3</sup> (PTB/AL) |
| <b>PDT</b>                        |  |
| CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)        | 1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)              |
| <b>PCdoB</b>                      |  |
| INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)          | 1.                                       |

### DEPUTADOS

| TITULARES                              | SUPLENTES  |
|--|--|
| <b>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b> |  |
| CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)               | 1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)                        |
| DR. ROSINHA (PT/PR)                    | 2. NILSON MOURÃO (PT/AC)                           |
| GEORGE HILTON (PP/MG)                  | 3. RENATO MOLLING (PP/RS)                          |
| MAX ROSENMANN (PMDB/PR)                | 4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)                        |
| <b>PSDB/DEM/PPS</b>                    |  |
| CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)                 | 1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)                        |
| GERALDO RESENDE (PPS/MS)               | 2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO <sup>4</sup> (PSDB/SP) |
| GERMANO BONOW (DEM/RS)                 | 3. (vago) <sup>1</sup>                             |
| <b>PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN</b>           |  |
| BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)              | 1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)                        |
| <b>PV</b>                              |  |
| JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)             | 1. DR. NECHAR (PV/SP)                              |

(Atualizada em 20.12.2007)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

<sup>1</sup> Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

<sup>2</sup> Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

<sup>3</sup> Encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias conforme Requerimento nº 968, de 2007, publicado no DSF de 29.8.2007.

<sup>4</sup> Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

| <b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>  | <b>SENADO FEDERAL</b>   |
|--|---|
| <b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b><br>HENRIQUE EDUARDO ALVES<br>PMDB-RN  | <b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b><br>VALDIR RAUPP<br>PMDB-RO   |
| <b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b><br>ZENALDO COUTINHO<br>PSDB-PA  | <b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b><br>DEMOSTENES TORRES<br>DEM-GO                          |
| <b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b><br>VIEIRA DA CUNHA<br>PDT-RS | <b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b><br>HERÁCLITO FORTES<br>PFL-PI |

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL  
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
PREÇO DE ASSINATURA**

**SEMESTRAL**

|   |                   |
|---|-------------------|
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada) | <b>R\$ 58,00</b>  |
| Porte do Correio  | <b>R\$ 488,40</b> |
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada) | <b>R\$ 546,40</b> |

**ANUAL**

|   |                     |
|---|---------------------|
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada) | <b>R\$ 116,00</b>   |
| Porte do Correio  | <b>R\$ 976,80</b>   |
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada) | <b>R\$ 1.092,80</b> |

**NÚMEROS AVULSOS**

|                        |                 |
|------------------------|-----------------|
| Valor do Número Avulso | <b>R\$ 0,50</b> |
| Porte Avulso           | <b>R\$ 3,70</b> |

**ORDEM BANCÁRIA**

|                    |                       |
|--------------------|-----------------------|
| <b>UG – 020055</b> | <b>GESTÃO – 00001</b> |
|--------------------|-----------------------|

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

**Contato internet: 3311-4107**

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF  
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



**EDIÇÃO DE HOJE: 92 PÁGINAS**